

**Judite Maria Pinheiro de Sousa Amaral**

**Competências Sociais e Pessoais:**  
Actividades Prisionais num Estabelecimento  
Especial da Região Norte

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PORTO, 2008**



Judite Maria Pinheiro de Sousa Amaral

**Competências Sociais e Pessoais:**  
Actividades Prisionais num Estabelecimento  
Especial da Região Norte

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PORTO, 2008**

Judite Maria Pinheiro de Sousa Amaral

**Competências Sociais e Pessoais:**  
Actividades Prisionais num Estabelecimento  
Especial da Região Norte

---

**Judite Maria Pinheiro de Sousa Amaral**

Monografia apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Orientada pela Professora Doutora Glória Jólluskin, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciada em Psicologia (Ramo Clínico).

## RESUMO

Toda a tarefa de construção deste trabalho desenvolve-se em torno da problemática de aquisição de competências sociais e pessoais nas reclusas do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo. Saber se, após a sua entrada no Estabelecimento Prisional, com o desempenho de uma actividade prisional, se constata índices mais elevados ao nível das competências sociais e pessoais tornou-se no nosso objectivo central, na medida em que são fundamentais para uma posterior reinserção social. Propiciar condições dignas que contribuam para o seu processo de reintegração social faz parte dos esforços de implementação de estratégias que a tornem uma realidade. É nosso intuito chegar a soluções que permitam melhorar a situação actual e, dessa forma, contribuir para um melhoramento do sistema prisional, oferecer expectativas de reintegração.

Toda esta caminhada teve início com uma breve referência à reclusão feminina, objecto do nosso estudo, com a descrição do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, local onde colhemos a nossa amostra e culminou com a descrição do percurso de encaminhamento das reclusas dentro do EP, o que nos possibilitou uma representação do seu quotidiano e competências desenvolvidas pelas mesmas.

Com este trabalho pretendemos saber se o combate à ociosidade prisional é um caminho que propicia a reinserção social.

## ABSTRACT

All the task of constructing this work develops under the problematic of the acquisition of social and personal skills by the female prisoners of “Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo”. Getting to know if, after their entry in prison, with the performance of a professional activity, higher rates concerning social and personal skills can be observed has become our main goal, as they are fundamental to a later social reinsertion. Providing worthy conditions that contribute to their process of social reintegration is part of the efforts of strategies implementation that make it a reality. It’s our intention to reach solutions that make it possible to improve the present situation and, that way, contribute to an improvement of the prison system and offer reintegration expectancies.

All this walk had its beginning with a brief reference to the female confinement, object of our study, with the description of “Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo”, where we collected our sample and it culminated with the description of the prisoners’ guiding trajectory inside the EP, which enabled us a representation of their daily routine and the skills developed by themselves.

With this work we want to know if the combat to prison idleness is a way that favours social reinsertion.

“Qualquer um pode zangar-se – isso é fácil.  
Mas zangar-se com a pessoa certa, na justa  
medida, no momento certo, pela razão certa  
– isso não é fácil.”

(Goleman, 1996, p. 17)

## AGRADECIMENTOS

Se um dia chorei tanto na janela de um comboio a olhar para ti, mãe, quando fui naquele dia para a cidade invicta para ir para a faculdade, hoje, sinto-me livre por ter chegado ao fim da viagem. Que viagem agradável esta, que me preencheu a tantos níveis. Por todos os apeadeiros que percorri, por cada paisagem que vi, por cada sentimento que senti, agradeço às pessoas que sentiram comigo, que partilharam comigo e que me ajudaram a terminar esta viagem. Obrigada!

Obrigada em primeiro lugar “às minhas reclusinhas”, como lhes chamo porque sem o seu contributo, este trabalho nunca poderia ser realizado. Por tanto turbilhão de sentimentos causados que me mantiveram com uma grande vontade e curiosidade de analisar certas temáticas.

À Professora Doutora Glória Jolluskin, pela paciência, pelo *feed-back*, pelas inúmeras reuniões, pelas palavras que ajudaram a continuar.

Ao Doutor Gustavo Wallenstein, por toda a orientação, por desintegrar os meus fantasmas e me “tocar nas feridas”, para me erguer.

Não poderei esquecer a “menina Marina”, guarda prisional, que sempre me motivou, enquanto me encontrei a fazer a recolha de dados. Obrigada.

À Professora Doutora Sílvia Pina Neves pela ajuda. Penso que um “obrigada” poderá circunscrever tudo o que terei a agradecer-lhe.

Aos meus amigos, a quem recorri, quando me senti a cair, tantas vezes neste percurso! Obrigada por me ajudarem. Obrigada por se encontrarem a meu lado nestes cinco anos de vida cigana, entre Viseu e Porto. Obrigada Florência, pela partilha de informação, pela amizade, pela ajuda incondicional, bem como à Francisca, por tudo, pelas noites dormidas em tua casa, pela amizade e incentivo positivo. Ao trio maravilha, Ana, Zaida e Goreti que se encontraram presentes durante esta etapa.

Também tenho de agradecer ao meu “padrinho”, Ribeiro, pelo apoio, por um começo revoltante e por um término de grande amizade. Por um início de vida académica e por um fim de pertença.

Obrigada aos meus irmãos adoptivos de anos, Eduardo e Carina, por tudo! Vocês sabem.

Obrigada a ti, João pela paciência e pela ajuda crucial nos momentos em que o desespero já falava mais alto e não via o comboio a partir. És uma pessoa incrível!

Helena Sousa, minha segunda mãe, que mais posso eu dizer. Agradeço por seres da nossa pequena família, por seres a mulher lutadora que és, por seres extraordinária.

Agradeço ainda à Vera, à Alininha, ao Hugo pelas noitadas de trabalho na FEUP, à Ana que na biblioteca suspirava e vivia a nossa angústia, à Sofia e à Isabelinha, as nossas pequenas mulheres, ao Miguel Machado pela grande amizade de anos e pelos nossas “viagens dos tristes” que ajudaram a fomentar pensamentos, ao Pascoal pela amizade de anos e por me ajudares a delinear pensamentos primordiais e a todos aqueles que, durante os apeadeiros, entraram no comboio e permaneceram na viagem. São muito importantes para mim!

E porque os últimos são os primeiros, obrigada a ti mãe e a ti meu pai, por estarem sempre presentes e por me ajudarem incondicionalmente em tudo na minha vida. Obrigada a ti, meu pequeno, por nunca perderes a paciência, por saberes dar a volta e me ajudares sempre. Adoro-te, Octávio!

Teria tão mais a agradecer, mas penso que durante este percurso fui transmitindo esse mesmo agradecimento. Vocês são a minha família!

## ÍNDICE GERAL

<b>Introdução Geral</b> .....	1
<b>Parte I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	3
<b>Capítulo I. A realidade prisional: os estabelecimentos especiais</b> .....	4
1.1. Introdução .....	4
1.2. Caracterização da população reclusa .....	7
1.3. A reclusão feminina com enfoque no caso português .....	9
<b>Capítulo II. A reclusão feminina no EPESCB: quotidiano vivencial</b> .....	15
2.1. Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo .....	15
2.2. Recepção e encaminhamento de reclusas .....	17
2.3. Actividades proporcionadas no EPESCB .....	18
2.4. Actividade laboral e ocupacional em meio prisional .....	21
2.5. Quotidiano vivencial: trabalho em meio prisional .....	23
2.6. Motivação pessoal para ingressar uma actividade .....	31
2.7. Práticas relativas à reinserção social .....	33
2.7.1. O trabalho penitenciário e a dimensão da reinserção social .....	34
2.7.2. O trabalho penitenciário e a dimensão económica a este associado .....	35
<b>Capítulo III. Competências sociais e pessoais: relação ao nível das actividades realizadas em contexto prisional e posterior reinserção social</b> .....	38
3.1. Introdução .....	38
3.2. Dificuldades na construção da identidade adaptada ao nível da institucionalização ..	40
3.3. Competências a desenvolver para uma melhor reinserção social .....	42
3.3.1. Cooperação .....	42
3.3.2. Auto-Realização .....	43
3.3.3. Auto-Estima .....	43
3.3.4. Suporte social .....	44
3.3.5. Assertividade .....	44
3.3.6. Empatia .....	45
3.4. Desenvolvimento de competências sociais e pessoais através do ingresso em actividades laborais e ocupacionais .....	45
3.4.1. Actividades ocupacionais relacionadas com o desenvolvimento de competências sociais e pessoais .....	47
3.4.2. Actividades laborais relacionadas com o desenvolvimento de competências sociais e pessoais .....	52
3.5. Actividades prisionais como elo de transacção entre a perda de liberdade e posterior aquisição da mesma .....	54
<b>Parte II – ESTUDO EMPÍRICO</b> .....	56
<b>Capítulo IV. Estudo Empírico</b> .....	57

4.1. Introdução e justificação do estudo .....	57
4.2. Objectivos .....	57
4.2.1. Objectivo geral .....	57
4.2.2. Objectivos específicos .....	58
4.3. Método .....	58
4.3.1. Caracterização da amostra .....	58
4.3.2. Material .....	59
4.3.2.1. Questionário sócio-demográfico .....	59
4.3.2.2. Questionário sobre a motivação para ingresso numa actividade prisional no EP .....	59
4.3.2.3. Questionário de competências intrapessoais, interpessoais e profissionais (QCIIP) .....	60
4.3.3. Procedimentos .....	60
4.4. Apresentação dos resultados .....	62
4.4.1. Estudo descritivo das características da amostra .....	63
4.4.2. Estudo descritivo das motivações para ingresso em actividades prisionais e do nível de satisfação com essas actividades .....	70
4.4.2.1. Razões/ motivações que levaram a ingressar uma actividade no EP .....	70
4.4.2.2. Satisfação relativamente à actividade que exercem no EP .....	70
4.4.2.3. Competências pessoais e sociais que a actividade prisional desenvolve .....	71
4.4.3. Estudo diferencial das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais ... ..	72
4.4.3.1. Diferenças em função do estado civil .....	72
4.4.3.2. Diferenças em função da escolaridade .....	73
4.4.3.3. Diferenças em função da naturalidade .....	74
4.4.3.4. Diferenças em função da situação jurídica actual .....	74
4.4.3.5. Diferenças em função do tipo de reclusão .....	75
4.4.3.6. Diferenças em função do tipo de actividade exercida no EP .....	75
4.4.4. Estudo correlacional entre as dimensões do QCIIP e o nível de satisfação com a actividade prisional .....	76
4.5. Discussão dos resultados .....	77
<b>Conclusão Geral</b> .....	89
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	92

## **Anexos**

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Descrição da amostra em função dos grupos em análise .....	63
Quadro 2: Descrição da amostra em função da idade .....	64
Quadro 3: Descrição da amostra em função da escolaridade .....	65
Quadro 4: Descrição da amostra em função da etnia .....	66
Quadro 5: Descrição da amostra em função da actividade que exerciam fora do EP .....	66
Quadro 6: Descrição da amostra em função do tipo de actividade remunerada no EP .....	67
Quadro 7: Descrição da amostra em função do tipo de actividade não remunerada no EP .....	67
Quadro 8: Descrição da amostra em função da situação jurídica actual .....	67
Quadro 9: Descrição da amostra em função do delito condenado .....	68
Quadro 10: Descrição da amostra em função do total de anos de pena .....	68
Quadro 11: Descrição da amostra em função do total de anos de pena já cumpridos .....	69
Quadro 12: Razões/ motivações que levaram a ingressar uma actividade dentro do EP .....	70
Quadro 13: percepção sobre o nível de satisfação com a actividade exercida .....	71
Quadro 14: Competências sociais e pessoais desenvolvidas pela actividade prisional .....	72
Quadro 15: Competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas .....	72
Quadro 16: Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função do estado civil .....	73
Quadro 17: Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função da escolaridade .....	73
Quadro 18: Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função da naturalidade .....	74
Quadro 19: Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função da situação jurídica .....	75
Quadro 20: Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função do tipo de reclusão .....	75
Quadro 21: Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função do tipo de actividade exercida no EP .....	76
Quadro 22: Correlação entre as competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das reclusas e a satisfação relativa à actividade prisional .....	77

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da amostra em função do estado civil.....	64
Gráfico 2: Distribuição da amostra em função da naturalidade .....	65
Gráfico 3: Distribuição da amostra em função das visitas que recebe no EP .....	69

## INTRODUÇÃO GERAL

De um breve, mas enriquecedor percurso enquanto estagiária no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, emancipou-se uma vontade extrema de compreensão bem como a possibilidade de criar estratégias que possibilitem a, tão falada, reinserção social. Tentaremos valorizar o Homem, e não somente o homem, dando a possibilidade de compreender a reclusão feminina, com aspectos tão peculiares e distintos da masculina, não pelo tipo de delitos ser tão díspar mas, pelo motivo se distanciar quando nos referimos ao género. A Criminologia é uma ciência empírica que se baseia tanto na observação, como nos factos e na componente prática, o que leva a que esta seja interdisciplinar, não se ocupando somente do crime em si, focaliza-se no delincente, na vítima, bem como no controlo social do delito. A criminologia, procura explicar o cerne da delinquência através do método das ciências, isto é, causal e explicativo. Segundo Rousseau (n.d., citado em Ballone, 2005), a criminologia deveria procurar a causa do delito na sociedade em que o individuo se encontrava inserido, enquanto que, segundo Lombroso (n.d., citado em Ballone, 2005), para erradicar o delito dever-se-ia encontrar a eventual causa no delincente e não no próprio meio. Numa perspectiva de evolução histórica e contextual, teremos de ter em atenção ao elemento bio-psico-social, que funciona como um todo, fazendo uma analogia com a Teoria Gestáltica, não o deveremos separar em partes, porque a composição dos três factores é maior que a soma destes, individualmente.

No seguimento da necessidade de uma compreensão bio-psico-social da mulher reclusa, torna-se imprescindível perceber o seu quotidiano institucional e mais concretamente a actividade prisional como forma de aquisição de competências sociais e pessoais. No presente estudo, após a constituição de seis grupos diferentes, tendo em conta o tipo de actividade prisional desenvolvida, tenta-se perceber até que ponto esta se torna um dos meios para atingir um fim, sendo este a reinserção social. Para tal, e uma vez que o EPESCB surge de um projecto-piloto entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Direcção Geral dos Serviços Prisionais, projecto extremamente recente, o estudo apresentado será uma mais-valia para o próprio Estabelecimento Prisional, no sentido em que mostra uma melhor compreensão de toda a interacção evidenciada no mesmo. O que se pretende, neste seguimento, não será estender os resultados obtidos a toda a população reclusa feminina, mas compreender, mais aprofundadamente, a

amostra estudada, no sentido de verificar se o ingressar e desenvolver uma actividade prisional poderá levar a que se constatem índices mais elevados de competências interpessoais e sociais, competências estas, que são essenciais para uma posterior reinserção social. Pretender-se fazer um enfoque a uma das mais segregadas e segregadoras instituições modernas – a prisão, peça central na maquinaria do castigo e da punição nas sociedades ocidentais, industriais e capitalistas - bem como à mulher presa – duplamente estigmatizada como transgressora. No caso particular da reclusão feminina, a mulher é estigmatizada como transgressora da ordem social e do seu papel materno e familiar.

No princípio desta “caminhada”, será feita uma breve referência à reclusão, especificando a feminina, bem como a situação vivenciada no contexto português, com o intuito de perceber esta realidade peculiar. Posteriormente, no capítulo II, será especificado o contexto particular do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, na medida em que surge de uma parceria pública-privada. Sistematizaremos o percurso de encaminhamento da reclusa dentro da instituição na tentativa de visualizarmos o quotidiano vivencial da mesma. A necessidade perceptual do desempenho de actividades prisionais é o ponto fulcral do presente estudo. Para tal descreveremos quais as actividades existentes no estabelecimento bem como a função do exercício, das mesmas, relacionadas com a reinserção social. Saber se o combate à ociosidade prisional é um caminho que proporciona a reinserção social, através de um aumento de competências sociais e pessoais. Também foi nossa pretensão abordar estas competências de forma mais exaustiva no último capítulo, correlacionando-as com as actividades remuneradas e não remuneradas que a instituição oferece, visando sempre como ponto final a reinserção social.

# **PARTE I – Enquadramento Teórico**

“Quem está aprisionado exteriormente, por barras de ferro, ainda pode ser livre para pensar e sentir. Quem é prisioneiro interiormente, no âmago da sua alma, além de perder a liberdade de pensar e sentir, perde também o encanto pela vida, esmaga o mais belo elo da existência”.

Augusto Curry (2006)

## **CAPÍTULO I – A REALIDADE PRISIONAL: OS ESTABELECIMENTOS ESPECIAIS**

### **1.1.Introdução**

A reclusão feminina será o ponto de partida do presente estudo, no sentido em que se pretende perceber o quotidiano vivencial de uma população descurada, na tentativa de compreender o processo de reinserção social.

Os Estabelecimentos Prisionais, de uma forma globalizante, fundamentam-se na forma de privação de liberdade, assumindo-se desde logo que a liberdade é um bem que pertence a todo o ser humano, de uma forma equalitária, sendo que a sua perda terá o mesmo preço para todos. O grande fundamento dos EP será o de transformação do indivíduo, surgindo a prisão como a forma mais civilizada de todas as penas (Foucault, 1975, citado em Coutinho-Pereira, Silva & Correia, 2002).

Centralizarmos o contexto específico do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo (EPESCB), e a própria apreensão da organização da instituição, permite-nos perceber os resultados adquiridos de uma forma mais *sui generis*. O estabelecimento admite unicamente sujeitos do sexo feminino, constituindo-se uma evidente aposta para a efectivação da reforma do sistema prisional. A dinâmica do Estabelecimento Prisional (EP) compreende e observa o recluso, enquanto cidadão responsável, pelos seus actos, dotando-o de capacidades que permitem uma reabilitação e reinserção social.

O sistema penitenciário, durante as diferentes fases cronológicas, teve distintas valências. Primordialmente, surge, a nível do sistema jurídico-social, regido pela ideia do castigo, da pena, simbolizado pelo bem e pelo mal. Num segundo momento, o sistema religioso e moral, assentando em duas bases cruciais, o isolamento e a moralização, possibilitando o afastamento da sociedade, o retiro, uma auto-consciencialização dos factos. Terceiro, o sistema económico, reeducando o recluso, no sentido de uma utilização de mão-de-obra relativamente barata que alimenta o combate à ociosidade. Quarto nível, o sistema técnico médico, que resulta da introdução das ciências humanas, criando-se um dossier para cada recluso no sentido de perceber anomalias, com informações de cariz sociológico, médico e psicológico, possibilitando assim uma melhor análise na gestão da pena. Por último, o sistema sociopedagógico,

através da procura da ressocialização, readaptação, uma vez que são evidentes as lacunas que estes apresentam aos níveis educacionais, profissionais e social (Lefebvre, 1979). O EPESCB integrar-se-á portanto no sistema sociopedagógico referido por Lefebvre (1979).

Com o objectivo de compreender a reclusão feminina, na medida em que é uma realidade, teremos de ter em conta o facto de, como refere Edelman (1977, citado em Matos, 2006), a construção de algum aspecto como fenómeno social ter uma tendência a ser mais decisivo na sua representação de problema social do que as características que lhe são inerentes. O que se pretende ao longo deste capítulo é percepção dos discursos sociais desenvolvidos ao longo dos tempos sobre o comportamento feminino, de forma mais profunda, tendo em conta que estes comprometem e constituem, em si mesmos, mecanismos de controlo exercidos sobre os sujeitos (Matos, 2006).

Um dos aspectos centrais, a este nível, é o facto de os indivíduos ao actuarem segundo as ideias que dominam ficarem sujeitos a uma forma de disciplina física, social e moral (Muncie & Wetherell, 1999). O controlo social pode ser visto como um sistema global que inclui dois subsistemas distintos entre si. Um, remete-nos para o controlo formal e outro para o controlo informal. No que se refere ao informal, este, acarreta instituições como a família e a escola, uma vez que representam através de um papel informal uma função de regulação ao nível comportamental, tentando de uma forma pedagógica ensinar modos de ser e de agir, penalizando os sujeitos que violam as normas sociais ou aqueles que não vão de encontro às expectativas associadas a determinado papel. Segundo Dahl e Snare (1978, citados em Matos, 2006), os dois controlos referenciados actuam de uma forma diferenciada relativamente ao género, sendo que a diferenciação se relaciona directamente com a evidente desigualdade entre o número de homens e mulheres identificados como delinquentes. Prevalece no entanto a ideia que existe um controlo informal mais evidente relativamente à mulher levando a evidentes restrições na construção de todo o repertório comportamental (Larrauri, 1994, citado em Matos, 2006). Muitas das suas famílias são desestruturadas, apresentando baixos rendimentos escolares. Já do controlo formal, fazem parte organizações como a polícia e serviços prisionais, ao qual lhe compete exercer controlo sobre os sujeitos (Matos, 2006). Devido à evidente lacuna ao nível dos meios informais, o controlo formal terá de ter um grande peso ao nível estrutural (Matos, 2006).

Por um lado, surge um paradigma erróneo, no sentido em que se vê a criminalidade feminina como um acto pouco feminino e anti-natural, associando o comportamento anti-social a perturbações mentais que necessitam de um tratamento que não seja a perda de liberdade, através da reclusão (Shaw & Dubois, 1995, citados em Lima, 2004). Por outro lado, apesar de em menor escala do que a masculina, a criminalidade feminina tem aumentado, progressivamente, bem como o crescimento da população reclusa feminina (não obstante este ano ter diminuído essa mesma percentagem (DGSP, 2008b)). Contudo, segundo Carlen (1998, citado em Byrne & Howells, 2000), os crimes cometidos pela população feminina são cometidos em diferentes circunstâncias. De acordo com Ward e Kassebaum (n.d., citados em Cunha, n.d.), as mulheres seriam, na sociedade globalizante, mais dependentes a um nível emocional dos familiares, evidenciando-se uma incapacidade na gestão autónoma da sua estadia num EP. As reclusas apresentam necessidades tanto no plano físico, cultural e sócio-familiar específicos, levando a que no contexto de perda de liberdade necessitem de uma intervenção ajustada às suas características e necessidades individuais, nomeadamente no que se refere aos eventuais abusos de poder a que esta população se poderá sentir vulnerável (Byrne & Howells, 2000).

De facto, a investigação realizada pela antropóloga Manuela Cunha em relação à criminalidade feminina, teve como um dos principais objectivos evidenciar a potencial fractura do modelo “goffmaniano” (Goffman, 1999) e a passagem para um modelo que perspective a humanização da população reclusa. As inferências do mesmo estudo referem que cada vez menos observamos a prisão como um mundo à parte devido ao processo de translação entre os dois universos, o representado pela autora pelo bairro e o universo intra-muros (Cunha, 2002). Este facto leva a que dentro dos EP existam contornos de parentesco ou de vizinhança salientes. Tal aspecto, se por um lado favorece a conservação da identidade individual de cada recluso, por outro lado debilita o apoio que possa provir do meio exterior bem como o equilíbrio do sistema familiar (Cunha, 2003). Este contínuo espacial, temporal e relacional potencializa conflitos internos vividos de uma forma mais intensa e adquirindo um impacto instantâneo e impetuoso nas reclusas (Cunha, 2003).

Estas preocupações poderão encontrar eco na Criminologia, em que inicialmente existiam várias tendências demonstradas por diversos autores e épocas. Baseado em Rousseau (n.d., citado em Ballone, 2005) a Criminologia deveria procurar a causalidade

do delito na sociedade. Não sendo essa a base de pensamento de Lombroso (n.d., citado em Ballone, 2005), que afirma que para se erradicar o delito dever-se-ia encontrar essa eventual causa no próprio sujeito da acção e não no meio que o envolve. Isoladamente todas estas teorias fracassam, tanto nas tendências eminentemente sociológicas, psicológicas como orgânicas. Actualmente teremos de observar todos os aspectos numa vertente bio-psico-social, numa vertente Humanista (Ballone, 2005).

Será neste sentido que o projecto-piloto evidenciado pelo Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo se tem debruçado, através do trabalho dinâmico de uma vasta equipa multidisciplinar.

## **1.2. Caracterização da população reclusa**

Em primeiro lugar, teremos de referenciar a universalidade do conceito de crime, variando segundo os costumes, a época e desenvolvimento social (Quintino, 2005). Contudo, este é de difícil definição, devido ao facto da criminologia ser uma disciplina que abrangia um universo essencialmente masculino, negligenciando a criminalidade feminina, uma vez que numericamente era menor comparativamente com a masculina, à excepção da prostituição que, hoje em dia, é uma temática dissipada ao nível da investigação científica (Quintino, 2005).

Estudos realizados por Messerschmidt (1993, citado em Wesely, 2006) afirmam que os homens se socializam quando contactam com a violência, enquanto componente reafirmante e aceitável da sua masculinidade. Já segundo Perrot (1992, citado em Quintino, 2005) a mulher é vista como menos ameaçadora que o sexo masculino, o que leva a que evidencie uma menor propensão para o crime. O que se espera da mulher é que esta não manifeste comportamentos tão agressivos quanto os dos homens, sendo que quando os manifestam são censuradas pela sociedade (Wesely, 2006), indo estes aspectos de encontro aos dois controlos (formal e informal), anteriormente referenciados. O perfil da mulher sensível, dona de casa, que cumpre as suas funções maternas, não se coaduna com a conduta anti-social, expedindo a sua conduta desviante para a compreensão de cariz psicopatológico (Sacau et al., 2003).

No que se refere à tipologia de crime na população masculina são relativamente comuns os crimes de homicídio, ofensas corporais ou de violação, como indica um estudo realizado por Rui Abrunhosa Gonçalves (1999). Enquanto na criminologia

feminina, Manuela Cunha (2002), em dois momentos diferentes (separados por dez anos), conclui que o crime de tráfico de estupefacientes regista uma ascensão de aproximadamente 40% do primeiro momento para o segundo. Segundo Walters (2001, citado em Lima, 2004) apercebemo-nos que por um lado os indivíduos do sexo masculino evidenciam comportamentos delinquentes e/ou consumo de substâncias, que exteriorizam, resultado de uma atitude e características masculinizadas, como a curiosidade e sensação de risco e perigo, enquanto as mulheres internalizam as problemáticas, sendo esta internalização consequência do papel social atribuído à mulher. Consequentemente apresentam níveis elevados de ansiedade e depressão, reflectindo-se na sua postura de passividade, apresentando sentimentos de desânimo e abandono.

De acordo com a análise quantitativa cedida pelas estatísticas das polícias, a criminalidade aumentou em quase todos os países industrializados nas últimas três décadas, à excepção do Japão (Lourenço & Lisboa, 2000). Uma das razões que poderá estar por detrás do aumento da criminalidade poderá ser a crise económica que se torna evidente nos países industrializados. O autor Roché (1996, citado em Lourenço & Lisboa, 2000) distinguiu dois modelos explicativos que assentam na hipótese da crise económica como causa principal do aumento da criminalidade e da violência. O primeiro modelo salienta os efeitos directos da crise sobre o sujeito (nomeadamente o efeito negativo do desemprego), enquanto o segundo refere-se aos efeitos indirectos da própria crise económica, nomeadamente na erosão das solidariedades.

Um aspecto muito importante, são as estatísticas criminais que vão para além da sua medição simples, referindo-se à capacidade que o Estado tem ao nível da repressão dos actos transgressores do sistema jurídico-penal. Assim, torna-se evidente uma das grandes lacunas das estatísticas oficiais, sendo que estas reproduzem não a criminologia real, mas sim a aparente, isto é, somente a que é denunciada às autoridades ou aquela que se torna dos seus conhecimentos (Lourenço & Lisboa, 2000). Há uma maior consciencialização da importância das estatísticas sobre a criminalidade por parte das autoridades, ligadas ao seu controle e prevenção (Lourenço & Lisboa, 2000). Entre 1994 e 2003 a população prisional portuguesa evoluiu de uma forma diferenciada. De 1994 até 1998, data em que se atinge um pico máximo registado de reclusos em Portugal (aproximadamente 14.6000), observa-se um crescimento permanente. Contudo, a amnistia do ano seguinte produziu uma quebra significativa relativamente ao

valor absoluto de reclusos no ano compreendido entre 1999 a 2000. Nos três anos posteriores verifica-se uma nova tendência para o crescimento desse mesmo valor para aproximadamente 13.650 reclusos. Teremos de ter em consideração que é evidente um aumento, o que não nos permite menosprezar o evidente crescimento da população criminal de nacionalidade estrangeira (Seabra & Santos, 2006). Para além do elevado valor evidenciado de reclusas estrangeiras teremos de destacar a significativa representatividade de mulheres de etnia cigana (Gonçalves & Lopes, 2004). Contrariamente ao espaço temporal anteriormente descrito, tendo em conta o quadro geral, após um aumento da população feminina, em 2008 verifica-se uma elevada diminuição da mesma (DGSP, 2008b). Não poderemos descurar que a diminuição da mesma população reclusa feminina já é salientada nas estatísticas de 2006 (885 mulheres reclusas) reafirmadas em 2008 com uma quebra acentuada a nível quantitativo (473 mulheres) (DGSP, 2008b).

Após esta breve reflexão sobre as características da população reclusa, torna-se necessário abordar a população reclusa feminina de forma mais concisa, direccionando o enfoque para o caso português.

### **1.3. Reclusão feminina com enfoque no caso português**

Existem vários elementos que são comuns às várias perspectivas e elaborações sobre a criminalidade feminina, ou até, sobre a vida do género feminino extrapolado para diversos campos. O primeiro elemento refere-se à situação do conceito de homem ou de mulher não ser, geralmente explicado, questionado ou aprofundado. O segundo conceito remete-nos para o facto da questão do género só ser levantada quando se fala de mulheres. “Ao tratar de homens, ou se afirma que se lida com o universo dos sujeitos ou, de forma mais ou menos explícita, se pretende usar o género masculino como neutro – nesse sentido também é universal” (Beleza, 1990, p.68). O terceiro elemento remete para o facto de os homens serem tomados como termo comparativo, isto é, a norma, sendo que relativamente às mulheres o que fazem ou não, terá de ser sempre explicado relativamente ao que os homens fazem e nunca vice-versa. Por último surge a proximidade da mulher com a Natureza, isto é, a “biologia feminina como determinante da vivência social das mulheres aparece nos mais variados campos científicos e culturais” (Beleza, 1990, p. 69). Portanto, o género cada vez mais se revela um elemento explicativo da criminalidade, não só a partir de uma vertente biológica que

estabelece a diferenciação entre masculino e feminino como, cada vez mais evidente, a partir de outros factores explicativos, como é o caso da natureza psíquica, social, cultural e ambiental.

De facto, os primeiros estudos da mulher ofensora foram realizados a um nível comparativo com os dos homens ofensores (Matos & Machado, 2003) existindo, desde logo, uma discrepância a nível de género. A mulher torna-se um “alvo fácil” para o sistema penitenciário, não só por assumir uma posição de inferioridade mas também pelo baixo poder de manobra frente ao sistema (Soares & Ilgenfritz, 2002). Um aspecto interessante centra-se nos argumentos utilizados para a criação de prisões femininas. Estes argumentos baseiam-se na necessidade de separação das mulheres relativamente ao tipo de delito cometido segundo um juízo moral, bem como na necessidade de uma separação relativa aos homens infractores (Soares & Ilgenfritz, 2002).

Norland e Shover (1977) afirmam que a criminalidade feminina tende a ser um reflexo dos contextos, tanto familiares como laborais. Também para Cardoso (2003), o direito penal não é neutro, encontrando-se historicamente enraizado na industrialização, seguindo um padrão androcêntrico bem como uma conformação social, tendo sempre como base de referência as condutas masculinas, excluindo e desvalorizando as femininas. Salienta igualmente uma relativa suavidade do direito processual em relação à mulher, sendo que esta benevolência relaciona-se com o desvio primitivo do direito, isto é, tende-se a considerar a mulher como a simbologia da fertilidade e fecundidade, pilar familiar, não podendo ser estigmatizada, nem penalizada de forma árdua, uma vez que num processo individual, esta terá capacidades de auto-redenção (Cardoso, 2003).

Outra perspectiva que parece suavizar a reclusão feminina é o facto de os conceitos se difundirem com a cultura e os costumes determinantes da época, bem como o que é observado como legalmente permitido ou proibido num espaço temporal, como é o caso da prostituição e do aborto. O que poderemos concluir é que os índices relativos à criminalidade feminina são muitas vezes um espelho das normas sociais vigentes em determinada sociedade e espaço temporal, em detrimento da delinquência formal (Sacau et al., 2003), isto é, o tema da criminalidade feminina é complexo, relacionando-se directamente com toda a dinâmica da sociedade globalizada, podendo mesmo ser caracterizada “como expressão dos problemas sociais contemporâneos” (Rita, 2007, p.3).

Após esta desvalorização significativa da reclusão feminina, devido à sua invisibilidade, evidencia-se um apogeu com o desenvolvimento de inúmeras teorias, nomeadamente as do autor Lombroso nos finais do século XIX e início do século XX. Verifica-se que os delitos mais associados à delinquência feminina serão os relativos ao tráfico de estupefacientes; crimes contra o património e crimes contra pessoas (Hatch & Faith, 1990; DGSP, 2008b).

Um ponto de vista mais clássico e divergente em relação à perspectiva apresentada, é a ideia da criminalidade feminina como uma actividade individual com uma elevada influência de factores biológicos (Klein, 1996, citado em Matos & Machado, 2003). Freud também reafirma a sua perspectiva, segundo a qual as mulheres cometeriam crimes como forma de se masculinizarem, na tentativa de superação do seu complexo de inferioridade face ao género masculino (Lilly, Cullen & Ball, 1995, citado em Paiva, Lopes & Lopes, 2005). Existe, a este nível, uma bifurcação ideológica relativamente à mulher uma vez que, para além de transgressora a um nível legislativo, seria, por sua vez, uma transgressora nos papéis de género que lhe caberiam e lhes eram concebidos unanimemente. Aqui, evidencia-se a verdadeira expansão teórica e investigacional nos anos 80 e 90 (Muncie, 1996, citado em Matos & Machado, 2003). Poder-se-á constatar que apesar de quantitativamente e comparativamente a proporção de delitos praticados por homens ser de 93,9%, comparados com 6,1% de delitos praticados pelas mulheres, no terceiro semestre de 2008, é evidente uma diminuição no que respeita à criminalidade feminina. Nos EUA a criminalidade feminina verifica um aumento de 23% face a 18% de crimes cometidos por homens; bem como no Canadá em que a criminalidade feminina se encontra indirectamente proporcional à masculina, uma vez que a feminina aumenta 5% e a masculina diminui 4% (Sacau, Alves & Peixoto, 2003). Apesar disto, os estudos sobre a temática continuam a ser escassos, apresentando inúmeros problemas metodológicos, nomeadamente no que se refere à selecção da amostra. Este androcêntrico poderá levar a que hipoteticamente o homem seja uma morna e a mulher a ampliação dessa norma (Sacau et al., 2003).

No que concerne ao perfil da mulher ofensora e segundo os estudos realizados ao nível da população prisional, e tendo em conta a idade, apercebemo-nos que as mulheres são mais velhas que os homens, (36,3 anos) numa vertente nacional em média 36,6 anos de idade e mulheres oriunda de outros países 34,1 anos. No XII Congresso Brasileiro de Sociologia é apresentado pela autora Rosangela Rita (2007) o respectivo

perfil de mulher ofensora, sendo patenteado que entregam estatísticas de vulnerabilidade e exclusão. Maioritariamente, a mulher reclusa tem uma idade compreendida entre os 20 e 30 anos de idade, representando os pilares no contexto familiar. Em média, têm mais de dois filhos, menores, apresentando uma baixa escolaridade e uma conduta delituosa caracterizada pela menor gravidade (Rita, 2007). Numa análise de dados oficiais Portugueses, leva-nos a concluir que as mulheres iniciam uma conduta delituosa entre os 21 e 23 anos de idade (Stattin, Magnusson & Reichel, 1989).

Se deslocarmos o ângulo de análise para o tipo de ocupação que as reclusas exercem no interior do sistema prisional apercebemo-nos que a maioria exerce actividades de trabalho (66%) e mais de um quarto (27%) frequenta a escola, perseverando 7% na formação profissional (Moreira, 2002). Uma análise quantitativa apresentada em 2001, revela similaridade nos dados apresentados em 2004, demonstrando uma descida no número de reclusas que desempenham actividades laborais, aumentando o número que ingressa em actividades de âmbito escolar. Tal situação poderá ser explicada devido à diminuição de postos de trabalho e necessidade acrescida de formação escolar. “Esta necessidade de transmissão do conhecimento é importante para a devolução dos reclusos à sociedade e imprescindível para o desempenho de algumas actividades de trabalho existentes nas prisões e, sobretudo, para que possam vir a frequentar, com alguma probabilidade de êxito, alguns dos cursos de formação profissional disponibilizados pela instituição” (Moreira, 2005, p. 105). Em 2008, as estatísticas da DGSP (2008b) referem que 361 mulheres Portuguesas se encontram a frequentar a escola bem como cursos de formação e 162 mulheres estrangeiras seguem estes mesmos passos o que nos permite perceber que as mulheres começam a interessar-se por outros focos de aprendizagem, aproveitando o que a própria instituição dispõe para os seus desenvolvimentos pessoais e profissionais.

De uma forma sintética, verifica-se que as reclusas mantêm uma história social vinculada à pobreza, abuso, monoparentalidade, condições de sem abrigo e de fraca saúde mental. A par dessa situação, uma vez em liberdade, as mulheres deparam-se com más condições no alojamento, emprego e perspectivas de futuro, o que já acontecia nos anos 70 (Carlen, 2007).

No enfoque português, não existem grandes diferenças do que se constata na maioria dos países, sendo que a criminalidade feminina dez vezes menor que a masculina (Cunha, 2006). Contudo, a taxa de reclusão feminina no contexto português é alta face a outros países europeus, destacando-se a significativa representatividade de mulheres de etnia cigana e de nacionalidade estrangeira (Gonçalves & Lopes, 2004). Os autores Esteves e Malheiros (2001) numa obra intitulada “Cidades e Metrópole”, debruçam-se sobre a população estrangeira feminina em Portugal que tem registado um aumento significativo na década de 90, proporcional ao aumento da população reclusa. De salientar que as mulheres reclusas portuguesas, sem se englobar as de etnia cigana, são em menor número que as mulheres estrangeiras reclusas no nosso país. Somente por volta dos anos 70, as problemáticas específicas das mulheres detidas foram trazidas a debate dando-se o mote para estudos direccionados para a área, nomeadamente os episódios de vitimação conjugal e sexual presentes e constantes na vida das mulheres (Islam-Zwart & Vik, 2004), a sua adaptação e vitimação no contexto prisional (Warren et al., 2004, citado em Paiva et al., 2005) e consequências do período de ausência na vida dos seus filhos (Dodge & Pogredin, 2001, citados em Paiva et al., 2005). A omissão ou alusão do género que é habitualmente referida quando falamos em EP distancia-se de uma simples questão numérica ou de peso demográfico relativo.

Os dados apresentados em 2008 pela DGSP relativamente à reclusão feminina (2008b), ao nível da instrução, acções de formação e ocupação laboral, evidenciam que a população reclusa feminina continua a caracterizar-se por evidenciar baixos níveis nestes domínios. Esta realidade exprime-se devido a diversos factores, nomeadamente o facto dos sujeitos nunca terem frequentado a escola, bem como a taxa de analfabetismo, dados já evidenciados anteriormente, podendo-se constatar que o quadro feminino é mais sombrio do que o masculino (Moreira, 2002; DGSP, 2008b). Assim, quando objectivamos a caracterização da população reclusa portuguesa, apercebemo-nos de que existe uma evidente relação entre a evolução do crime e os processos inerentes à mudança social (Moreira, 2005).

Na tipologia de crimes, e como já referido pela antropóloga Manuela Cunha (2002) a diferença maioritária centra-se no tráfico de estupefacientes. Estudos mais recentes revelam iguais dados estatísticos. Raquel Matos e Carla Machado (2003), num estudo idêntico, demonstraram o concluído anteriormente, salientando que o segundo lugar é ocupado pelas reclusas consumidoras, detidas por crimes contra a propriedade.

O consumo de drogas relatado por mulheres reclusas é de 34,7%, sendo um consumo bastante inferior quando comparado com o género masculino (Agra, 1998). Podemos concluir que, apesar de a droga ser um dos principais factores que leva à entrada num EP, no caso das mulheres ofensoras, não se poderá confirmar nenhum estereótipo de toxicoddependência com uma relação directa com a delinquência (Agra, 1998).

Relativamente ao estudo de Raquel Matos e Carla Machado (2003), na dimensão referente às actividades prisionais, 28,6% das mulheres não tem qualquer actividade ocupacional dentro do EP, sendo que em alguns relatos é explícita a vontade da reclusa de não exercer qualquer actividade, contrapondo-se a outros em que é evidente essa vontade e necessidade na tentativa de manter o seu bem-estar. Uma das queixas inerentes a este facto será o escasso número de actividades existentes, aspecto que propicia a ociosidade e não existência de aquisição de competências, levando a uma consequente criminalidade.

Numa conferência intitulada “Psicologia Forense e da Transgressão” Cristina Reis, Raquel Matos e Celina Manita (2008) apresentam algumas conclusões de um estudo ainda em fase terminal relativamente à reclusão feminina no contexto português. O estudo consistiu em caracterizar a população reclusa feminina portuguesa com idade igual ou superior a 21 anos e que se encontra a cumprir pena preventiva da liberdade em EP da Região Norte do país, numa base sócio-demográfica e jurídico-penal. Os dados evidenciados, na referida conferência, resultam da análise preliminar de algumas variáveis, sendo que os resultados obtidos surgem da análise de cem processos individuais relativos à referida amostra. Os resultados obtidos vão contrariar o que terá sido anteriormente referido, uma vez que na amostra predominam reclusas de nacionalidade Portuguesa (88%), sendo maioritariamente solteiras (20%) ou vivendo em união de facto. A percentagem de reclusas oriundas da América do Sul é mais elevada do que as que provêm dos países da União Europeia. Relativamente à escolarização, através do estudo, as autoras constataram que é evidente uma reduzida escolaridade, realçando que 36% da amostra não conclui o 1º ano do ciclo do ensino básico, bem como uma reduzida diferenciação profissional, uma vez que mais de metade das participantes pertenciam ao sector primário (63%). Relativamente à tipologia de crime, evidencia-se um maior índice do tráfico de droga (55%), embora a maioria das participantes não evidenciasse historial de consumos (77%) ou durante o período de reclusão (96%). Particularmente aos crimes de sangue, quando a mulher é a

ofensora, as vítimas são frequentemente membros familiares, sendo maioritariamente a ofensora, por sua vez, vítima de violência doméstica. Quando se declara culpada pelo acto, nesta tipologia de crime, a mulher é cúmplice da infracção cometida e não a pessoa que comete o próprio crime de sangue, não descurando que a cumplicidade, por sua vez, também é um crime punível (Farr, 2000, citado em Lima, 2004). Relativamente à questão da maternidade, através do estudo referido, apercebemo-nos que existe uma percentagem significativa da população com filhos fora do EP, sendo que 37% tem filhos menores.

## **CAPÍTULO II – A RECLUSÃO FEMININA NO EPESCB: QUOTIDIANO VIVENCIAL**

### **2.1. Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo**

O EPESCB, inaugurado no dia 30 de Janeiro de 2005, emana de um projecto-piloto resultante de uma parceria entre a Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) e a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), instituição de solidariedade social sem fins lucrativos, que terá como primordiais funções a gestão e a organização do próprio estabelecimento.

Surgiu devido à elevada necessidade de criar um EP que abrangesse somente população feminina, até aí, inexistente, na Região Norte. Sendo um projecto-piloto, tenta combater o índice de baixa reinserção social, tendo em conta todos os aspectos bio-psico-sociais das reclusas, uma vez que o que se pretende é a Humanização e não a Desumanização das mesmas (SCMP, 2005). O envolvimento da SCMP, neste projecto, pretende ir ao encontro das necessidades realistas desta população, proporcionando um vasto número de actividades, com as quais esta se identifique, possibilitando uma aprendizagem continuada no exterior, melhorando, conseqüentemente, a integração social, indo ao encontro do artigo 2º do Decreto de Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto, em que o tratamento penitenciário deverá ser traçado no sentido de reintegrar o recluso na sociedade, preparando-o para traçar uma vida socialmente responsável onde este não traçará mais linhas que se cruzam com as práticas criminais.

Os Serviços de Educação e Ensino (SEE) dispõem de técnicos superiores de reeducação, tanto da DGSP como da SCMP, que incutem um conjunto de actividades dinamizadoras da vida em reclusão (DGSP, 2000). Relativamente a este serviço (SEE),

a sua intervenção passa por munir as reclusas de competências que lhes permitam viver em equilíbrio, respeitando os direitos e deveres da sociedade. O conteúdo funcional deste serviço será: o acolhimento das reclusas; acompanhamento/encaminhamento das mesmas (de acordo com a elaboração do Plano Individual de Reabilitação (PIR)); o apoio técnico ao tribunal de execução de penas; a articulação com outros serviços (nomeadamente o Instituto de Reinserção Social, vigilância, saúde); a organização e dinamização de actividades; a concepção e aplicação de programas terapêuticos, educacionais entre outros; a concepção/gestão de projectos (tratamentos penitenciários); a elaboração do plano de actividades para o ano seguinte; a realização de estudos estatísticos e avaliação e a definição de estratégias de intervenção (DGSP, 2000).

Tendo sempre em mente a reintegração das reclusas no meio social exterior, a DGSP, utilizou, pela primeira vez, o modelo do Processo Único da Reclusa, constituído por três sub-processos: Saúde, Educação e Penas (SEP), como se descreverá no ponto seguinte deste capítulo (SCMP, 2005).

A estrutura prisional, de extrema importância para o estudo, conta com instalações que incluem 354 celas, dispondo de 16 celas individuais deliberadas para as mães, sendo que estas poderão ter consigo crianças dos 4 meses até aos 3 anos de idade. Dentro das próprias instalações, existe uma creche com capacidade para acolher mais de 40 crianças. A estrutura prisional é constituída por uma portaria independente, onde é feita a recepção para posterior identificação e revista individual a cada indivíduo ou mesmo viaturas que se apresentem. O edifício central desdobra-se em vários blocos, todos voltados para o interior do edifício, onde se localizam as vastas áreas funcionais e departamentos de trabalho. A partir do átrio principal ter-se-á acesso às zonas de maior segurança onde se desenrola a maior parte do quotidiano prisional. Existem para além das diferentes alas, zonas destinadas ao refeitório, creche, lavandaria, oficinas, salas de aulas, pavilhão gimnodesportivo, serviços clínicos, biblioteca, cozinha e sector disciplinar (DGSP, 2005).

A SCMP exerce funções ao nível dos serviços de saúde, creche, apoio e tratamento penitenciário, restauração, cantina, manutenção de instalações e de equipamentos, assistência religiosa e espiritual, assim como o ensino e a formação profissional. No que concerne à DGSP, os seus serviços alvo, regem-se por manter a

segurança, vigilância, articulação com os tribunais assim como coordenação do tratamento penitenciário (SCMP, 2005).

No que concerne aos Serviços Clínicos, estes propiciam um acompanhamento relativo a diversas áreas da saúde, nomeadamente psicologia, psiquiatria, enfermagem, medicina dentária, ginecologia, estomatologia, pediatria e clínica geral (DGSP, 2005).

Sintetizando, o sistema prisional tem como funções a promoção da organização e a dinamização de actividades que contribuam para o desenvolvimento do bem-estar individual e grupal desta população especial. Devido à perda temporária de liberdade, é proporcionado, às reclusas, um conjunto de oportunidades de enriquecimento pessoal e profissional.

## **2.2. Recepção e encaminhamento de reclusas**

O Processo Único do Recluso, constituído pelos sub-processos de Saúde, Educação e Penas, tem como objectivo central a recolha de dados relativos a cada reclusa, para que se possa obter uma informação abrangente e fidedigna. Desde a fase de acolhimento e admissão, pretende-se atingir um índice de reinserção, cada vez mais elevado, possibilitando a integração do recluso na sociedade, sendo este realizado por elementos de vigilância assim como o respectivo elemento de Sistema de Educação e Ensino (SEE) que acompanhará a reclusa durante o tempo de detenção. Ter-se-á em atenção que este momento tem uma elevada importância, uma vez que a reclusa terá de se sentir, como o próprio nome indica, acolhida, situação verdadeiramente ambígua. É essencial, neste primeiro contacto, informar e esclarecer todas as regras inerentes ao próprio estabelecimento, assim como proceder-se ao esclarecimento de dúvidas que possam surgir. É entregue um “Manual de Acolhimento” para esclarecimento imediato de qualquer dúvida que surja posteriormente. De referir que no caso de a reclusa ser acompanhada de filhos, é explicada, a esta, o funcionamento dos serviços da creche que tem ao seu dispor. O momento da admissão é um momento de extrema importância, uma vez que servirá desde logo para fazer um primeiro despiste de eventuais situações susceptíveis de intervenção imediata (DGSP, 2005). Na fase de admissão são entregues à reclusa produtos essenciais para a sua permanência no EP, nomeadamente os de higiene íntima como de limpeza, duas folhas de papel e dois selos, para que possam estabelecer contacto com o exterior. Caso a reclusa entre no estabelecimento com os

seus filhos é entregue à reclusa um *pack* de higiene pessoal para a criança (DGSP, 2005). Após todo este processo, a reclusa é encaminhada para a respectiva ala de acordo com a sua situação jurídica.

Simultaneamente ao acompanhamento nas diversas áreas que o próprio estabelecimento oferece às reclusas, cabe ao técnico do SEE o respectivo encaminhamento, ou seja, após verificar e avaliar competências e carências individualizadas necessita de elaborar um PIR com o objectivo de treinar competências que levem a uma melhor (re) inserção social (Madureira, 2007). Este permite obter uma percepção de toda a situação da reclusa, possibilitando reencaminha-la para diferentes propostas de actividades, tanto a nível de ensino, formação profissional, actividades (teatro, grupo de danças, artes plásticas, educação física) e ocupações laborais.

### **2.3. Actividades proporcionadas no EPESCB**

É imprescindível, por parte do sistema prisional, dinamizar actividades que proporcionem tanto a ocupação de tempos livres, como a aquisição de novas competências, contribuindo para um bem-estar contínuo a nível individual reflectindo-se na população enquanto grupo.

Para uma melhor categorização, as propostas de actividades serão divididas em três itens sendo o primeiro relacionado com o ensino e formação profissional, o segundo com as actividades ocupacionais e por último as actividades laborais.

Relativamente ao primeiro item, Ensino, salienta-se que o ingresso em qualquer actividade educativa, será consequência de uma manifestação de vontade e motivação demonstrada por parte da reclusa. Dentro do EP existem docentes que leccionam as diferentes temáticas, destacados pelo Ministério da Educação. No início de cada ano lectivo inicia-se um projecto educativo entre o Estabelecimento Prisional, a Escola Secundária João Gonçalves Zarco (Matosinhos) e o agrupamento de Escola de Leça da Palmeira no sentido de serem traçados objectivos de trabalho e sensibilização dos professores para as necessidades desta população. Todos os projectos traçados irão ao encontro das necessidades apresentadas pela população. É importante a realização de acções de formação no que concerne a escolas profissionais (nomeadamente cursos profissionalizantes), sendo este tipo de formação mais activa e representativa quando se

anseia a entrada directa num mercado de trabalho. A aquisição de competências profissionalizantes é, de veras, essencial para uma reinserção mais coesa.

De uma forma sistemática e perceptória, relativamente à estruturação escolar evidenciada no ano lectivo de 2007/2008, teremos neste estudo três turmas de alfabetização. Estas são constituídas por reclusas que se encontrem no primeiro ciclo (1º ano a 4º ano) sendo-lhes atribuída uma remuneração de 25€, paga pela SCMP e pelas verbas da cantina<sup>1</sup> do EP, sendo esta remuneração, considerada um incentivo inicial ao ingressar na escola. As três turmas de alfabetização funcionam em horários diferenciados, para que se verifique uma flexibilidade temporal, podendo as reclusas ingressar para além da escola, numa actividade que lhes traga lucros económicos. O segundo ciclo (considerado B2) ramifica-se numa turma de escolar com a componente profissionalizante e outra turma somente escolar (Curso de Stock e Merchandising). O terceiro ciclo (B3) ramifica-se em três turmas, sendo uma de informática, outra escolar e por último um curso de jardinagem. O segundo e terceiro ciclos, à excepção do curso de jardinagem, são cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA). O curso de jardinagem (curso remunerado), conta com a formação e verbas de entidades, neste caso específico do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), existindo uma bolsa de formação para as reclusas sendo-lhes pago subsídio de alimentação e deslocações (quando existam). Para ingresso neste curso há uma pré-selecção. Ao nível do secundário funciona o Novo Ensino Recorrente (NER), abrindo somente a ramificação no 10º ano de Ciências Humanas e Sociais, havendo a possibilidade do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Numa fase inicial as matrículas abrangem um elevado número de reclusas, evidenciando-se um declínio do mesmo quando se aproxima o início do período lectivo. A motivação, essencial neste contexto, numa primeira fase será ao nível do processo penal de cada reclusa. Não sendo esta situação tão evidenciada nas turmas de alfabetização em que a motivação pessoal será a de saberem escrever o seu nome. Numa fase de trabalho inicial o professor tem de incutir regras essenciais como posturas a ter-se, pegar num lápis e mesmo noções de tempo. Este trabalho teórico, demorado, leva a que muitas reclusas desistam porque o tempo de aquisição de competências que as levam a atingir o “produto final” que tanto anseiam é demorado. Existem, por parte das reclusas, queixas

---

<sup>1</sup> As verbas da cantina são angariadas através da aquisição de produtos de higiene e alimentares por parte das reclusas, sendo que uma percentagem é retida nesses fundos.

constantes relativamente a todo o sistema prisional englobando o sistema escolar. Contudo, quando questionadas por docentes ou mesmo técnicos da SCMP, sobre temáticas de melhoramento não existe um espírito crítico nem queixas construtivas. Para além da componente lectiva, o sistema educativo criou actividades extracurriculares, podendo ingressar, nas mesmas, pessoas que frequentam ou não a escola. Estas actividades não funcionam todos os dias, sendo alternadas de acordo com a actividade laboral que as reclusas exerçam e outras actividades ocupacionais. Temos a música (expressão musical), português para estrangeiras, expressão dramática, iniciação ao inglês, artes plásticas e danças de salão.

Verifica-se que todas as actividades extracurriculares surgem na tentativa de colmatar certas lacunas existentes nesta mesma população, sendo que a adaptação ao contexto e a capacidade de flexibilização é essencial. O trabalho dos professores ao criarem uma empatia com as suas alunas é essencial para o processo de motivação e continuidade escolar. É evidente um elevado interesse pelas actividades extracurriculares devido à sua designação, contudo a desistência em “massa” é maior. As pessoas que procuram essas actividades e persistem inserem-se em dois grandes grupos. Um deles, é um grupo de pessoas que no momento não têm qualquer ocupação e recorrem a algumas actividades para ajudar a passar o tempo e a adaptarem-se ao sistema. O segundo, é constituído por pessoas que têm uma preocupação com o seu bem-estar aos diversos níveis.

Relativamente ao segundo item das actividades propostas, englobaremos as actividades relacionadas com a biblioteca, educação física, grupos de dança, teatro, artes plásticas, assim como, diversos colóquios e animação proporcionada. Os técnicos apelam à colaboração no jornal do EP, na organização de palestras, sugerindo uma leitura crítica e a uma compreensão das diversas situações presentes. Estes aspectos são deveras importantes, uma vez que levam a que as reclusas tenham de assumir uma posição e defendê-la, proporcionando um espírito crítico e auto-crítico perante as diversas temáticas.

As artes plásticas, no nosso caso, são consideradas uma actividade ocupacional excepcional, no sentido de que não é o próprio estabelecimento ou uma empresa que remunera, mas sim a própria reclusa ao vender as suas peças.

No que respeita às actividades laborais teremos as relacionadas com a limpeza de espaços físicos do próprio EP, sendo estas: limpeza de ala com apoio à lavandaria; limpeza de refeitório/ copa e limpeza geral. Para além destas, o estabelecimento tem actividades na messe dos funcionários; auxiliar de cozinha; auxiliar de armazém; empregadas de bar; auxiliar de arquivo; cabeleireira; auxiliar de biblioteca; auxiliar de creche; lavandaria geral e jardinagem. Relativamente ao trabalho empresarial verificam-se protocolos com as seguintes: Diehl (componentes à base de borrachas); A. Henriques (componentes à base de borrachas); Scottlar-Molas (na produção de molas para a roupa); Coelima (indústria de têxteis); Jefar (indústria de calçado); STP (empresa de lubrificantes para automóveis), Caixilhos (JSC) (empresa de caixilhos em alumínio); Maison de la Fôret (indústria de têxteis) e Ambar. As reclusas que se encontram em Regimes Abertos Voltados para o Interior (RAVI) trabalham na Brigada do Horto. As reclusas que se encontram em Regime Aberto Voltado para o Exterior (RAVE) trabalham em lares da SCMP e Loja da SCMP. De salientar que as reclusas que se encontram em regimes abertos exercem as suas funções em espaços exteriores ao próprio estabelecimento.

Ao nível das actividades que o estabelecimento proporciona às reclusas, e tendo em consideração todo o trabalho realizado, pensado e ponderado, no sentido evolutivo do próprio indivíduo, pela equipa multidisciplinar existente (psicólogos, terapeuta ocupacional, médicos, enfermeiros e educadores), surgiu a necessidade de criar um grupo de trabalho, com seis elementos. Inicialmente, um trabalho continuado ao nível de terapia ocupacional, com mulheres com problemas comportamentais e cognitivos, com o grande objectivo, a curto prazo, de diminuir os défices apresentado relativamente a cada caso individual (uma vez que a amostra é heterogenia), proporcionando o trabalho em áreas específicas como o cumprimento de tarefas da vida diária, higiene pessoal, limpeza de cela e gestão económica. A longo prazo, o objectivo centra-se na necessidade deste mesmo grupo integrar actividades laborais, adquirindo uma postura activa e produtiva, bem como o treino de competências sociais.

#### **2.4. Actividade laboral e ocupacional em meio prisional**

No seio do Estabelecimento Prisional a reeducação torna-se o objectivo crucial, sendo que todos os técnicos de reeducação têm um papel fundamental no reeducar e reabilitar os reclusos, contribuindo activamente para o bem-estar dos mesmos, através

das actividades que lhes proporcionam (Rocha, 2007). Sendo assim, as actividades laborais e ocupacionais ganham um papel fundamental no quotidiano vivencial das reclusas. Como o autor Pollock (1998) salienta:

*“earning a living is not the only “life skill” necessary for a successful transition to the outside. Women offenders must also learn how to live independently of a prison environment, meaning developing the self-control necessary to go to work every morning, take care of daily chores, and plan for the future”* (p. 143).

Para Pierre Rolle (1978, citado em Freire, 2002) o trabalho é observado como uma realidade incontornável para o sujeito, bem como uma noção confusa ganha estrutura no seio de um conjunto de relações. Teremos de ter em conta que um número razoável de reclusos nunca exerceu qualquer tipo de actividade laboral no exterior, não existindo hábitos de trabalho, o que leva a que a actividade laboral não seja uma realidade incontornável. Portanto, o incutir de hábitos diários de trabalho, poderá não ser efectivo, na medida em que a vertente delituosa continua a ser uma forma fácil de sobreviver (Arendt, 1958, citado em Grint, 1998). A relação é a que forma toda a interacção social em si, neste caso a relação que ocorre no contexto de trabalho não poderá ser menosprezada. Guareschi (2004, citado em Veronese & Guareschi, 2005) afirma que a palavra mais rica, no que se refere à compreensão dos fenómenos sociais é a relação. É no marco da sociedade produzida nas relações sociais que surge o trabalho como uma agulha que alinhava a linha das matérias-primas da produção, dos serviços essenciais à vida e à existência humana. Não poderemos menosprezar as actividades ocupacionais, uma vez que todo o processo relacional também se desenvolve a partir das mesmas. Ao estabelecer relações, torna-se evidente que competências cognitivas e afectivas sejam postas à prova, assim como desenvolvidas e intensamente vivenciadas através de variadas experiências que o desenvolvimento do contexto laboral proporciona. A noção de trabalho encontra-se estritamente ligada à organização da cooperação entre os Homens, embora estes a associem centralmente ao capitalismo (Veronese & Guareschi, 2005).

Poderemos assim concluir que as actividades laborais e ocupacionais permitem a integração social constituindo uma das maiores formas de laço social.

Segundo Méda (1999), apesar de ser uma concepção bastante ambígua e plurívoca, o trabalho torna-se um factor de integração, não só por ser uma norma mas também por ser uma modalidade de aprendizagem da vida em sociedade. Evidencia-se, de certa forma, uma triangulação em que nas pontas dos triângulos podemos salientar: o eu, os outros e a regra social. O laço social que o trabalho constitui leva a uma reciprocidade tanto de contrato social como de utilidade social, imprescindível para os sujeitos que se encontram numa fase de reinserção social (Méda, 1999).

Na nossa sociedade, a contrapartida que a moral económica exige dos indivíduos para satisfazer as suas necessidades será o fornecimento de uma dada quantidade de trabalho ou actividade socialmente útil, excepto nos casos de incapacidade motivada por manifesto infortúnio. Podemos deslindar, nestes termos, que a ocupação também é considerada um trabalho, uma vez que a consideraremos, no nosso meio uma actividade, socialmente útil. Para além das questões materiais que estão anexas às actividades prisionais, estas tornam-se num dos vectores mais importantes, a nível da aprendizagem e interiorização de códigos sociais (Perret, 1995, citado em Branco, 1998). Este último aspecto é essencial para a base deste estudo. A actividade laboral dentro do EP remete-nos para o exercício de dada actividade sendo recompensada através de bens monetários por parte de determinada empresa ou mesmo do estabelecimento. No caso das actividades ocupacionais poderá existir uma recompensa monetária directa, isto é, venda directa de produtos feitos pelos reclusos aos interessados pelos mesmos, ou uma recompensa intrapessoal.

## **2.5. Quotidiano vivencial: trabalho em meio prisional**

Um dos factores de extrema importância quando nos debruçamos sobre esta população específica remete-nos para o aspecto da reabilitação dos ofensores. Através de revisão bibliográfica, torna-se evidente a existência de uma redução ao nível da reincidência criminal após se identificar e intervir sobre os factores que levam o sujeito a delinquir, ou seja, as necessidades criminógenas. Ao nível do contexto Português são escassos os instrumentos que permitem avaliar as necessidades/ riscos de reincidir, sendo escasso o trabalho na base do processo não havendo uma progressão fluente até ao topo da pirâmide. Numa compreensão, relativamente às necessidades criminógenas, Neves e Gonçalves (2008) desenvolvem um estudo com o objectivo de explorar metodologias de avaliação de necessidades/ risco de reincidência criminal com

ofensores Portugueses. Este estudo é proporcionado através da tradução e estudo de validade, pelos autores, de dois instrumentos canadianos, o *Level of Service Inventory – Revised (LSI-R)* dos autores James Bonta e Andrews e o *Historical, Clinical and Risk Management Scheme (HCR-20)*. Entre os factores de risco distinguiremos a baixa escolaridade e o desempenho laboral. De acordo com o demonstrado nos resultados preliminares, é evidente a necessidade de incidir sobre tais aspectos, na tentativa de uma melhor compreensão dos mesmos.

Centralizemo-nos no conceito de trabalho e como este é absorvido pelas mulheres anteriormente à institucionalização, sendo que os resultados de pesquisas irão ao encontro do anteriormente referido. Estudos realizados na Califórnia comprovam que somente 37% das mulheres reclusas teria tido um trabalho legítimo no ano anterior ao aprisionamento. A venda de estupefacientes terá sido mencionada como o segundo delito mais frequente, associado pelas reclusas a uma actividade laboral, no sentido de ser remunerada. Existe uma percentagem significativa de mulheres reclusas que se prostituiu em algum momento da sua vida com o intuito de angariar dinheiro. O caso do Texas, é extremamente similar ao que se vivência na Califórnia. Somente 42% da população feminina reclusa teve uma actividade laboral legítima no ano anterior ao aprisionamento. Aproximadamente 20% da população recebia um “ordenado” cedido pela assistência pública, 14% da população seria sustentada pela família ou mesmo amigos e a restante referenciava que recorreria a meios criminais para se sustentar (Pollock, 1998). Após entrada em Estabelecimentos Prisionais o mesmo estudo refere que as mulheres desejam planear o seu futuro tendo uma esperança face ao mesmo. Quando questionadas relativamente ao trabalho que gostariam de ter quando saíssem da prisão, a maioria responde “qualquer um”. Será necessário reflectir sobre um aspecto importante. Se as reclusas não forem treinadas para desempenhar uma actividade, será de certa forma, uma questão de afortunamento encontrar um trabalho no exterior, voltando inúmeras vezes a reincidir.

Neste âmbito apercebemo-nos que a actividade laboral, antes de mais é essencial para todo o processo de reinserção social do recluso, sendo estabelecido como o centro da filosofia penitenciária desde o século XIX. Para Foucault (1975, citado em Coutinho-Pereira et al., 2002) o trabalho é considerado como um enceto de ordem e de regularidade devido às exigências que lhe são intrínsecas. Esta definição leva a que no trabalho se observem movimentos corporais regulares, não havendo espaço para uma

agitação ou distração, impondo-se uma hierarquia e vigilância que serão bem aceite e penetrarão profundamente no comportamento dos condenados. Os mesmos autores afirmam que se o único objectivo do recluso for a ocupação temporal, ao desempenhar uma actividade, o corpo movimenta-se e o espírito fixa-se a um objectivo determinado, o que leva a que as ideias inoportunas se dilapidem, renascendo uma nova alma. Reformadores da legislação penal e do tratamento penitenciário depositaram no trabalho a fonte de todas as virtudes no que concerne à resolução de problemas ligados à delinquência e criminalidade (Gonçalves, 2002). No sistema prisional português a actividade laboral dos reclusos pode ser exercida dentro (caso os reclusos se encontrem em RAVI e mesmo RAVE, em situação de condenação e preventivos) e fora (quando se encontram em RAVE) dos Estabelecimentos Prisionais, de acordo com o regime de flexibilidade aplicado individualmente. De acordo com o artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 265/79 de 1 de Agosto (citado em Gomes, Duarte & Almeida, n.d.) o recluso será obrigado a realizar um trabalho ou actividades que lhe terão sido destinadas (mesmo no âmbito escolar), tendo sempre em atenção o estado físico e mental do recluso, averiguado por um médico. O n.º 2 do mesmo artigo acarreta uma delimitação a esse dever mencionado, sendo que o recluso poderá ser obrigado a realizar serviços auxiliares no EP até três meses por ano, sendo que com o seu conhecimento poderá realizar actividades por períodos superiores.

Nos Estabelecimentos Prisionais, a reeducação é um aspecto fundamental, sendo conseguida através da implementação de frentes de trabalho. O objectivo destas frentes não se demarca, unicamente, no retirar o recluso de um meio de ociosidade, abrindo consequentemente perspectivas de uma futura reinserção social, através da profissionalização e da perspectiva de emprego digno (Barros, n.d.). A autora Anabela Rodrigues (2000, citada em Almeida, Duarte, Fernando, Sousa & Abreu, 2003) identifica três estádios na concepção do trabalho neste meio específico. O primeiro estádio visualiza o trabalho como um elemento de extrema importância para a regeneração moral e normalização social do recluso, ou seja, o trabalho é observado como uma prática recta ao nível da regeneração moral e socialmente positiva no que concerne à integração social. Num segundo estádio, o trabalho em meio prisional seria entendido como uma punição em si. Por último, encontrava-se associado a situações de prevenção especial, sendo esta prevenção, uma das maiores finalidades a nível penal. Neste conceito ascendente, o trabalho visa dotar o recluso de competências úteis, para

que após a sua liberdade, lhe seja possibilitado desenvolver uma actividade produtiva que o leve à independência económica, tendo sempre em mente a sua reinserção social. Esta concepção de trabalho terá sido defendida pela Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas (1996, citado em Almeida et al., 2003). Segundo o instituído pela mesma Comissão, o trabalho não se centraria somente em dotar o indivíduo para a aquisição e mesmo manutenção de aptidões e técnicas para o exercício de uma dada profissão. O mais relevante serão as competências sociais, numa tentativa de se conjugarem esforços para o desempenho de uma actividade produtiva, divisão de tarefas, responsabilidades e contributo pessoal, aumentando conseqüentemente a riqueza geral e promovendo a auto-estima. De realçar que o exercício do trabalho proporcionará, como talvez nenhuma outra actividade, o aumento dessas mesmas competências sociais. A Comissão entende que o exercício de um trabalho prisional leva a uma socialização do recluso, possibilitando a não-dessocialização bem como uma maior aproximação entre a vida dentro da instituição e fora desta. O trabalho prisional poderá, conseqüentemente, ser visualizado como um direito ou um dever. Contudo, essa obrigatoriedade não se encontra relacionada com a concepção de trabalhos forçados, mas sim com a ideologia de responsabilização social do sujeito recluso. A autora, já referenciada, Anabela Rodrigues (2000, citada em Almeida et al., 2003) afirma que para além do direito ao trabalho deverá existir o dever do recluso trabalhar, dever que não se relaciona com uma sanção, uma vez que não é essa a sua finalidade. A imposição do trabalho acarretaria conseqüências negativas ao nível da ressocialização. A produtividade laboral, neste âmbito concreto, é afectada directamente pela motivação e estímulo positivo que os reclusos tenham relativamente à prestação de dada actividade. O direito dos reclusos ao trabalho, facultado no âmbito do plano de readaptação, deverá proporcionar uma reaproximação do trabalho à vida em liberdade. Incontornavelmente, em muitos países Europeus, a administração prisional não consegue ser equalitária com todos os reclusos, mesmo em países em que o trabalho é uma obrigatoriedade, caso da Finlândia, França, Grécia, Turquia, nos quais em 1997, 20% dos reclusos não se encontravam a trabalhar devido a um insuficiente número de postos de trabalho, levando a que o ingresso numa actividade seja observada como um privilégio, uma inversão do carácter normativo. A visão que se deveria ter do trabalho prisional deveria ser a mesma que se tem do trabalho livre. Na Alemanha, a Lei de Execução Penal ensina os reclusos a não se perder o contacto com o mundo exterior. É necessário manter o sujeito recluso em constante actividade e actualização para que

não seja notória a dificuldade em ingressar uma actividade no exterior. A aproximação do trabalho à vida livre, referida anteriormente, muitas vezes não é conseguida na sua plenitude. O caso da Inglaterra bem como em diversos países, Portugal inclusive, transparece esse mesmo facto. Nomeado no relatório de 2002 denominado *Reducing Re-Offending by Ex-Prisoners* da *Social Exclusion Unit* (SEU, 2002, citado em Almeida et al., 2003), o que se evidencia em Inglaterra ao nível de Estabelecimentos Prisionais é que o trabalho não desenvolve competências procuradas no mercado de trabalho (capacidade comunicacional, trabalho em grupo e responsabilidade profissional) ou seja, dentro dos EP não existem actividades ao dispor dos reclusos que são objecto de uma procura no mercado de trabalho externo, uma vez que as próprias instalações prisionais não as permitem desenvolver.

Centrar-nos-emos no caso de Portugal, e em particular como afirma Moreira (1994, citado em Almeida et al., 2003), existe um aspecto, extremamente importante reflectir. O ingressar num trabalho prisional é sentido, de certa forma, como um desvio à normalidade vital, muitas vezes vivenciada pelos reclusos, uma vez que maioritariamente, apresentam uma ausência de especialização, baixas remunerações, frequentes mudanças de emprego bem como períodos elevados de inactividade. Por seu lado, estes não compreendem o trabalho prisional como um meio de aquisição de capacidades técnicas de extrema importância para a sua reinserção. Segundo o mesmo autor, o interesse que os reclusos depositam em trabalhar relaciona-se com a necessidade de ocupação temporal e sobretudo de transparecer uma imagem positiva de si, estabelecendo uma relação de certa forma oportunista no que se refere às saídas precárias e liberdades condicionais.

A Lei de Execução Penal contempla alguns instrumentos de elevada importância, tais como 1) instrução escolar (ensino do primeiro grau será obrigatório); 2) ensino profissional (deverá ser administrado em níveis de iniciação e aperfeiçoamento técnico) e 3) trabalho prisional (representa um dever social e condição de dignidade humana bem como finalidade educativa e produtiva).

Segunda Webster (1997) o trabalho prisional apresenta um carácter formativo, dotando o sujeito de hábitos de trabalho e competências, o que possibilita o recluso a desenvolver um desejo de participação activa no seu processo de reinserção. De uma forma sistematizada poderemos dizer que o trabalho prisional apossa uma dupla

vertente. A primeira leva a que se verifique uma não-dessocialização, minimizando os feitos que a reclusão transparece no sujeito recluso. Por outro lado, tende a contribuir para a verdadeira ou real ressocialização, embora se reconheça que em muitos casos este aspecto nem sempre é possível. A segunda leva a que se dote o indivíduo de hábitos laborais e competências profissionais e sociais que poderão ser fulcrais nos seus processos de reinserção. A ocupação laboral dentro dos EP é observada como um instrumento de manutenção da ordem e da própria segurança da instituição bem como dissipa as consequências negativas da inactividade (consumo de psicotrópicos, jogos ilícitos e violência). Ao desenvolver uma actividade, leva a um cumprimento de horários, criando-se hábitos extremamente importantes neste contexto.

Teremos de perceber, por seu lado, as barreiras existentes ao nível de todo o processo de ressocialização, bem como a implementação de trabalho prisional dentro do EP. Num contexto em que a primeira finalidade é a reclusão no seu sentido lato, a principal função do EP será manter a pessoa presa sem que esta se ausente indevidamente da instituição, assumindo a segurança a importância primordial, deixando de ser um meio para se tornar um fim. Este aspecto leva a que a educação e o trabalho tenham um papel secundário, sendo este facto uma barreira conceitual. A segunda barreira, prende-se com aspectos relacionados com a arquitectura prisional, não existindo espaços que permitam o desenvolvimento de competências através do trabalho, formação profissional e escolar (Barros, n.d.). A escassez de colocações laborais, que muitas vezes surge devido a problemas arquitectónicos bem como questão de sobrelotação ou mesmo horários de funcionamentos dos EP incompatíveis com as actividades, tem como consequência não conseguir uma aproximação devida da actividade prisional à vida livre. O que se verifica maioritariamente é uma desactualização do equipamento utilizado, existindo uma necessidade de remodelação, tanto de equipamento, como ao nível formação. Consequentemente, é transmitido um peso elevado a tarefas correlacionadas com a manutenção do edifício, nomeadamente fascina, que não se coadunam com a necessidade de prover o recluso de algumas competências profissionais que o próprio mercado de trabalho exige. Há a necessidade de se criar um novo paradigma que contorne a ergoterapia, centralizando-se numa preparação adequada ao nível do regresso do recluso ao mundo activo exterior (Provedor de Justiça, 1999, citado em Gomes et al., n.d.). Um dos aspectos que poderia levar a uma atenuação das barreiras mencionadas, seria colocar em prática a proposta do

PIR que acompanhasse e programasse todo o percurso de cada recluso durante todo o seu tempo de reclusão. Noutra perspectiva, também é evidente a inexistência de um plano formal que acompanhasse o recluso após aquisição de liberdade. No que se refere às dificuldades de empregabilidade, por sua vez, também constituem uma grande dificuldade. Não se deverá qualificar um preso se não existir uma empregabilidade nessa mesma área, uma vez que os conhecimentos adquiridos perdem-se caso não exista uma prática dos mesmos. Este aspecto leva muitas vezes a sentir-se frustrado, por nunca colocar em prática os seus conhecimentos técnicos e específicos adquiridos em determinada área. Uma das maiores lacunas centra-se no facto de o principal objectivo do trabalho e da formação em contexto prisional não ser o de criar competências, mas sim o combate ao ócio e à inactividade (Gomes et al., n.d.).

No que se refere ao pagamento mensal depositado numa “conta bancária”, é um aspecto de extrema importância para o recluso, funcionando como um voto de confiança para este, e proporcionando conseqüentemente um início de uma vida lícita (Barros, n.d.). Sucintamente o que se verifica é que a falta de oportunidades a nível laboral é uma das causas de reincidência criminal. Deparados novamente com a vida em liberdade, e devido à escassez de qualificação profissional, postos de trabalho ou condição de ex-recluso retomam à actividade criminal. O Programa criado pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, no Brasil, cria uma nova perspectiva na vida dos reclusos. A actividade laboral é pensada e iniciada no seio do EP, sendo que, se desempenhar devidamente as suas funções na sua actividade dentro da instituição fica desde logo, garantida a sua empregabilidade. Este aspecto leva a que o recluso delineie a sua vida futura, dando-lhe um verdadeiro sentido e aumentando conseqüentemente a sua auto-estima (Barros, n.d.). Este programa, de tanta importância para a ressocialização dos reclusos, é ténue ou mesmo inexistente em Portugal, como na maioria dos países.

A síndrome do abandono apreendido, síndrome evidenciada nesta população específica, pode levar-nos a uma compreensão do comportamento do indivíduo em diversas áreas, nomeadamente motivacional (quando findam os esforços para alterar os resultados), cognitiva (quando são aprendidas novas respostas que podem alterar resultados aversivos) e emocional (quando se verifica uma depressão ou desistência instaladas) (Naidoo & Pretorius, 2006, citado em Santos, Lima & Faria 2007). Um estudo feito pelos autores Nelson Lima Santos, Ana Paula Lima e Luísa Faria (2007)

numa amostra de 136 reclusos, escolhidos aleatoriamente dos EP de Paços de Ferreira e Felgueiras, sendo a maioria da amostra do sexo masculino, comparam o abandono aprendido em função das actividades anteriormente exercidas e duração da reclusão. Este estudo leva a resultados interessantes. A comparação *post-hoc* indica que os níveis de abandono aprendido são significativamente mais elevados nos reclusos que trabalham por conta de outrem, antes do período de reclusão relativamente aos que trabalham por conta própria e aos que não tinham qualquer actividade profissional. Os reclusos que possuíam hábitos de trabalho antes de serem detidos revelam um maior abandono apreendido comparados com os reclusos que não possuíam quaisquer actividades profissionais. De acordo com Moreira (1998, citado em Santos et al., 2007) deverá considerar-se a relação dos reclusos com a sua actividade laboral essencialmente pelo investimento depositado anteriormente ao período de detenção, o que tem como consequência o abandono aprendido instalar-se com mais facilidade nos sujeitos que se vêm privados de hábitos de trabalho adquiridos anteriormente. Este aspecto torna-se esclarecedor, uma vez que os sujeitos explicam a realidade. Santos et al., (2007) refere que:

“através de um padrão atribucional caracterizado por causas internas, estáveis e globais, logo, assumindo que tudo o que lhes acontece de negativo, dentro e fora do estabelecimento prisional, se deve a si próprios e à falta de sorte, verificando-se uma sintomatologia condizente com o seu estado de espírito, nomeadamente baixa auto-estima, o desinvestimento em todas as actividades e, até, a depressão” (p. 182).

No que se refere ao exercício de uma actividade laboral durante a reclusão, os resultados da análise da variância do mesmo estudo demonstram diferenças significativas. O nível de abandono aprendido é maior em reclusos que têm uma actividade durante este período de perda de liberdade, nomeadamente nos reclusos que trabalham dentro no EP ou que frequentam cursos de formação profissional, comparativamente com os que não têm nenhuma actividade e não frequentam nenhum curso. Os resultados obtidos consolidam os estudos feitos por Vieira (1998, citado em Santos et al., 2007), uma vez que este autor conclui que a gestão temporal do recluso é feita pela própria instituição, o que diminui acentuadamente a sua autonomia, e um consequente desânimo e desmotivação. Estas consequências são evidenciadas no que

concerne ao ingresso dos reclusos em programas de intervenção, encarando as actividades com elevada desconfiança, considerando-as desgastantes, não qualificadas, nem qualificantes, bem como de pouca utilidade e finalidade duvidosa, sendo percebidas como desenhadas pelo e para o sistema prisional, no âmbito de melhorar o seu ajustamento prisional (Santos et al., 2007).

Existem duas ideias centrais de extrema importância quando falamos no aspecto da reinserção social, que têm de se ter em conta. A dimensão sócio-económica e a esfera produtiva, são elementos centrais na análise social, uma vez que são factores decisivos de prevenção da coesão das sociedades, quer porque permanecem na linha da frente do eixo da organização das desigualdades e de oportunidades dos indivíduos. As desigualdades apesar de se fundarem no factor económico também assentam em estruturas e mecanismos relacionais, levando a que se evidenciem privilégios por um lado ou formas de opressão e exclusão social por outro. Estes aspectos tornam a reinserção social cada vez mais utópica, uma vez que a própria sociedade, não se encontra preparada sobre o ponto de vista estrutural para esse acompanhamento e aceitação (Estanque, 2005).

## **2.6. Motivação pessoal para ingressar uma actividade**

A noção de motivação é um conceito essencial para a compreensão do comportamento humano, sendo que não é susceptível de observação directa, isto é, os motivos não são vistos, mas sim inferidos (Neves, 1998). Contudo, a produtividade dos trabalhadores encontra-se de mãos dadas com a motivação (Neves, 1998). Muitas das respostas humanas previsíveis ocorrem nas interacções pessoais imediatas sendo que alguns motivos humanos fortes derivam de encontros imediatos, isto é face-a-face. Tanto o orgulho como a dignidade são sentimentos a que o ser humano atribui inúmera importância a um nível motivacional e relacional, muitas vezes mais importantes do que a necessidade de realização, poder e segurança. De acordo com Goffman (1967, citado em Schein, 1982) se o sujeito não confia que os outros protejam o seu conceito de dignidade pessoal, toda a relação social se torna insegura. Ao nível das actividades prisionais a confiança é fundamental, uma vez que, se os sujeitos não confiam uns nos outros, toda a relação social se torna instável e provavelmente não se verifica um desenvolvimento de competências sociais essenciais a serem desenvolvidas neste

contexto. A necessidade de ser aceite, estimado pelo grupo de trabalho é possivelmente mais importante do que os incentivos de base económica (Homans, 1992).

De acordo com estudos feitos em Hawthorne, Elton Mayo (1945, citado em Schein, 1982), desenvolveu um ponto de vista da natureza humana diversificado, formulado através de diversas hipóteses. A primeira hipótese criada centra-se no facto das necessidades sociais serem um motivador básico de todo o comportamento humano, sendo os relacionamentos interpessoais, um modelador básico do sentimento de identidade. A segunda hipótese, criada pelo autor, reflecte a consequência da mecanização que surge como uma consequência da revolução industrial. O trabalho perde grande parte da sua significação intrínseca, que agora deve ser compensada através dos relacionamentos sociais no âmbito do trabalho. A terceira hipótese remete-nos para o facto de os trabalhadores responderem, de uma forma mais rápida, à força social que o grupo exerce do que aos incentivos e controles instituídos pela direcção. Por último, os trabalhadores têm uma posição favorável com a direcção da organização quando os supervisores transparecem o sentimento de que estes pertencem à organização, sendo aceites por esta, mantendo consequentemente um sentimento de identidade. Neste estudo, teremos de observar o EP como a organização em si, sendo que os supervisores serão os profissionais que desenvolvem funções para que seja possível existir actividades dentro da organização.

A focalização no conceito de motivação deve-se à convicção de que este é o cerne da performance organizacional, apesar de também existirem outros factores de análise tais como: envolvente externa, recursos disponíveis, variáveis situacionais, constrangimentos organizacionais, diferenças individuais e competências (Neves, 1998). Quando analisamos a motivação temos de ter em atenção os determinantes que afectam o comportamento, a relação com os comportamentos observáveis, bem como as consequências, só assim esta é plausível de análise. Para se ter um espectro elevado na compreensão dos processos motivacionais teremos de ter em atenção as três principais variáveis que constituem uma situação de trabalho: 1) o próprio indivíduo; 2) funções e tarefas que este desempenha e ambiente de trabalho e 3) interacção destes aspectos entre si. Os autores Steers e Porter (1991, citados em Neves, 1998) referenciam três aspectos fundamentais nas principais caracterizações dos fenómenos motivacionais, sendo estas: 1) a energia humana que promove o comportamento; 2) a direcção que dirige o esforço (*goal orientation*) e 3) a manutenção ou sustentação que preserva e reforça o

comportamento (*systems orientation*). Se ao nível do trabalho o próprio sujeito, bem como as tarefas que desempenha são variáveis de elevada importância, a remuneração, neste contexto, angaria um peso com maior conotação. Os baixos rendimentos económicos que recebem por prestação de serviços, leva a que se gere um sentimento de exploração humana, e por outro lado, uma visão deturpada relativamente à gestão de vida dentro do próprio estabelecimento, ao nível de aquisição de bens essenciais (papel higiénico, champô, desodorizante, produtos de limpeza para a cela, entre outros), bem como projecção de vida exterior. Na escola e em actividades ocupacionais (ginásio, grupo de danças, teatro e música), a relação empática e a motivação que os professores tentam conquistar torna-se mais importante que qualquer incentivo económico que possam ter. A relação interpessoal e aprendizagem tornam-se a gratificação mais importante. As artes plásticas, apesar de as considerarmos no presente estudo uma actividade ocupacional, verifica-se a existência de remuneração de produtos, mas não directamente pelo EP ou por alguma empresa. As reclusas que exercem uma actividade na oficina das artes plásticas, são pessoas que demonstram um conhecimento prévio nas actividades (ponto cruz, pintura, arraiolos, renda, bonecas de trapos, trabalhos em madeira...) gostando de as exercer por já terem uma carreira profissional ligada a tal arte, por gostarem de aprender com outras companheiras ou por recompensa profissional, pessoal e mesmo económica (Neves, 1998).

## **2.7. Práticas relativas à reinserção social**

Actualmente, a conotação que o ser humano deposita na actividade profissional que desenvolve é extremamente elevada. A constituição de família fica cada vez mais para um segundo plano, trabalhando-se em prol de um desenvolvimento seguro ao nível da actividade profissional. O acesso ao mercado de trabalho, cada vez mais instável e precário, leva a que os sujeitos adoptem um dinamismo diferenciado de há umas décadas, existindo períodos em que o desemprego é evidente, tentando-se conciliar esses períodos com uma formação constante a diversos níveis. Dentro do EP a actividade prisional poderá ser observada através de duas vertentes de grande magnitude, relativa à reinserção social e relativa à dimensão económica (Parente, 2006).

### **2.7.1. O Trabalho penitenciário e a dimensão da reinserção social**

A reinserção social é a meta primordial para este tipo de população, sendo trabalhada de forma constante e dinâmica durante o processo de reclusão. Como poderemos observar através de trabalhos mencionados ao longo deste estudo, apercebemo-nos que os programas terapêuticos existentes no cerne dos estabelecimentos acarretam um efeito positivo sobre a vivência do próprio sujeito, no sentido em que proporcionam a reflexão e aprendizagem que permite o progresso e incentivo para uma atitude diferente (Parente, 2006). A saída em liberdade é um momento de grande flexibilidade sentimental, sendo verdadeiramente importante a consciencialização de fraquezas existentes bem como de novas consciencializações, que até então estariam adormecidas. As mudanças de locais, muitas vezes são essenciais, bem como a relação pessoal com determinados sujeitos que se tornam pilares vinculados no sucesso da reinserção social. O trabalho por sua vez, também é identificado como um agente de perseverança ao nível da reinserção, dado a que permite a satisfação de necessidades básicas, facilitando consequentemente a socialização e o desenvolvimento da auto-estima ao sujeito (Parente, 2006). O desenvolvimento de uma actividade é uma fonte directa de rendimentos bem como de encontrar um lugar no seio social, desintegrando-se da ociosidade que frequentemente leva ao acto delituoso. De salientar, que para sujeitos que já desenvolviam uma actividade anteriormente à entrada no EP, torna-se uma necessidade, a continuação, do seu desenvolvimento, como já foi referido. Contudo, sujeitos que obtiveram sucesso económico ilicitamente, enveredar por actividades lícitas leva a que assumam inúmeras perdas, só ultrapassáveis se encontrarem um emprego bem remunerado que lhes permita balancear, de forma positiva, em torno do mesmo. Nestes casos o estigma em torno desta situação é bastante elevado, factor que poderá cercar o sujeito negativamente. A importância do trabalho na vida dos indivíduos depende fundamentalmente da trajectória pessoal, social e institucional bem como dos recursos educativos, profissionais e familiares a que tiveram acesso antes, durante e depois do período de reclusão. As ligações interpessoais com indivíduos significativos são fulcrais para o processo de reinserção (Otero, Poupart & Spielvogel, 2004).

### **2.7.2.O trabalho penitenciário e a dimensão económica a este associado**

O trabalho prisional acarreta uma dimensão económica verdadeiramente significativa, tendo o intuito de envolver os reclusos, maioritariamente de estratos sócio-económicos mais desfavorecidos. A Administração Penitenciária, enquanto organização, exerce funções como empregadora e angariadora de empresas que demonstrem interesse no trabalho dos reclusos, bem como empresas que se dispõem a trabalhar com estes. Contudo, surgem a este nível, algumas problemáticas (Parente, 2006). A opinião de diversos autores converge no sentido de considerarem que as actividades prisionais apresentam uma dimensão económica associada extremamente relevante (Lorvellec, 1997, citado em Parente, 2006). A maioria dos reclusos que exerce actividades remuneradas dentro dos EP pertence a estratos sócio-económicos baixos, sendo que os rendimentos dentro da instituição, apesar de diminutos, são muito importantes, nomeadamente no que diz respeito à aquisição de produtos de necessidade básica, uma vez que muitas vezes os familiares não conseguem suportar esses custos. Foucault (1987) faz uma reflexão sobre um aspecto inerente ao conceito de trabalho e que se torna, de veras, importante. O salário é uma retribuição material e moral do trabalho que cada sujeito desenvolve. Contudo, no recluso esta retribuição monetária potencia uma transformação do condenado, assumindo-se como um dos elementos mais importantes da função ressocializadora, permitindo-lhe uma compreensão da aquisição lícita de rendimentos.

No contexto Português, se se considerarem as retribuições salariais relativas ao exercício das actividades prisionais exercidas, para a respectiva administração, constata-se que essas remunerações são inferiores comparadas com as praticadas no mercado livre, mesmo descontando os custos de internamento, como o Artigo 71 n.º 2 do Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto<sup>2</sup> prescreve. De salientar que estes valores mencionados são muito inferiores aos praticados no mercado de trabalho, mas assumem um papel de elevada importância para a população prisional uma vez que, como já referido, proporciona a satisfação de necessidades básicas da maioria da população reclusa. Ressalta uma ambiguidade reflectida por Talandier (1994, citado em Parente, 2006). Este autor verificou que semelhantemente ao que acontece no contexto francês,

---

<sup>2</sup> Relativamente ao ano de 2006, o recluso que trabalhe como faxina auferir entre 2,10€ e os 2,70 € diários sendo que se trabalhar na agricultura auferir cerca de 3,75 €.

no português as relações de trabalho dos reclusos não são objecto de um contrato de trabalho. A situação jurídica do recluso, no âmbito do trabalho, torna-se ambígua uma vez que a própria lei delimita e impõe que este seja um trabalhador sem contrato. Poderemos observar a situação pelo prisma do recluso. Este não recebe um verdadeiro salário sendo que a sua remuneração acaba por ser uma gratificação, isto é, não existe um verdadeiro contrato mas sim, uma incitação a este durante o período de detenção, sendo que um dos grandes objectivos desta incitação será evitar problemas crónicos graves derivados da inactividade e do imobilismo. Dicotómicamente, a baixa remuneração da actividade realizada em meio prisional não apresenta um carácter atractivo nem mobilizador do recluso. Ainda no que se refere ao salário, mesmo este sendo diminuto quantitativamente, não se encontra inteiramente disponível de imediato, ou seja, é depositado numa conta cuja movimentação obedece a regras. Em Portugal, o salário em meio prisional é depositado numa conta corrente, sendo que uma parte da totalidade vai para o fundo de reserva, a que o recluso só tem acesso após a sua saída em liberdade, só dispondo da quantificação que se encontra no fundo disponível. Este facto poderá prejudicar um trio que se cria, relação do trabalho, remuneração e liberdade de dispor do mesmo (Parente, 2006). Quando nos centralizamos em reclusos que se encontram em RAVE, isto é, que exercem actividades remuneradas fora do EP no seio de entidades públicas ou privadas, evidencia-se uma semelhança relativamente aos trabalhos exercidos por trabalhadores em liberdade, existindo um salário, condições de higiene e segurança no trabalho, duração e horário de trabalho, descanso semanal, segurança social, entres outras condições (Parente, 2006).

Relativamente ao trabalho em meio prisional, Castel (2001, citado em Parente, 2006) desenvolve um estudo em França sobre a medida de permissão de colocar os reclusos a exercer funções no exterior do EP. O estudo foi desenvolvido em cinco Estabelecimentos Prisionais com características diferenciadas, efectuando-se para a análise entrevistas semi-dirigidas junto dos principais órgãos (Direcção Geral Estabelecimentos Prisionais, Juiz e Procurador das Penas, pessoal sócio-educativo e membros de estruturas de acolhimento). Em França, e como se pode averiguar através do estudo, a medida de flexibilização da pena consiste na colocação do recluso junto a uma estrutura de acolhimento, podendo esta ter ou não vigilância, mantendo-se sobre a jurisdição da Administração Penitenciária, regressando ao EP caso se manifestem problemáticas. Esta situação irá ao encontro a certas ideologias mantidas e evidenciadas

no sistema Português. Os reclusos que se encontram em RAVE, também exercem funções laborais fora do EP, contudo pernoitam sempre no EP, não existindo uma flexibilidade tão grande, comparado com o caso Francês anteriormente analisado. Estas medidas anteriormente descritas e aplicadas visam o favorecimento da reinserção social, apesar dos resultados da aplicação, das mesmas, levar a conclusões limitadas e heterogêneas. Encontra-se disponível através da DGSP (2008) a “Bolsa de Trabalho” que consiste no:

“desenvolvimento de novas práticas de reinserção social, que contribuam para o acesso dos reclusos ao mercado de trabalho e aproximação ao meio livre, através do exercício de uma actividade profissional produtiva e remunerada. Este objectivo pode e deve ser prosseguido com a participação da comunidade, pretendendo-se acolher ofertas de trabalho de entidades públicas e privadas, empresários em nome individual e organizações vocacionadas para a área do emprego e da inclusão social”.

Para além da referida “Bolsa de Trabalho” a DGSP investe de uma forma proactiva ao nível do ensino, formação, trabalho e apoio à reintegração social. No que se refere a este último tópico, existe um projecto desenvolvido – IPSS (Projecto Oportunidades, Iniciativa Bairros Críticos), bem como diversos protocolos (335 protocolos desde 1984) sendo 146 na área do trabalho (DGSP, 2008a).

A dimensão económica acarreta vertentes que necessitam de ser analisadas e reflectidas. Uma delas será a questão da respectiva tensão que envolve a concorrência com o sector privado (Lorvellec, 1997). A problemática surge no século XIX, permanecendo até aos nossos dias, consistindo no facto que a remuneração de reclusos activa a crítica negativa por parte da sociedade. A ideologia de que o recluso é obrigado a trabalhar devido a uma possível forma de contornar os seus erros, e não devido aos rendimentos que poderá retirar da sua actividade, são, ainda, nos dias que correm, reminiscências do trabalho penitenciário enquanto parte integrante da pena bem como do sofrimento (Tailandier, 1997, citado em Parente, 2006). Outra questão analisada pelo mesmo autor (Lorvellec, 1997) reflecte uma problemática estritamente económica. Se a mão-de-obra penal é mais barata de acordo com os baixos salários angariados, poderá retirar empregos aos trabalhadores que se encontram em liberdade. Nos períodos em

que a mão-de-obra é mais escassa o trabalho penitenciário será bem recebido por todos os agentes económicos, incluindo os empresários que satisfazem as suas necessidades a baixos custos. Poderemos cair aqui numa situação ambígua, uma vez que o trabalho prisional pode prejudicar o equilíbrio do mercado. Esta dimensão económica do trabalho prisional encontra-se intimamente ligada à privatização do sistema penal. Nas últimas décadas do século XX, verifica-se um aumento, bastante significativo, da criminalidade bem, como um endurecimento das sanções penais, o que leva a que o Estado tenha dificuldades em custear as despesas. Este aspecto leva a que em vários países, entidades privadas comecem a participar na Administração dos Estabelecimentos Prisionais, gerando-se uma indústria rentável (Moki, 2005, citado em Parente, 2006). O caso do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo surge de uma parceria semi-privada. Apercebermo-nos que, tanto no caso de entidades privadas ou semi-privadas participarem na Administração de Estabelecimentos Prisionais, existe um quadro rígido de regras a serem cumpridas fixadas pelo Estado. Segundo Durieux (1994, citado em Parente, 2006), verifica-se, nestes EPs, um maior respeito pelos direitos dos reclusos, existindo mais espaços físicos funcionais, menos exíguos, sendo todas as actividades mais adequadas, sempre no sentido de uma melhor reinserção social. O factor económico relativo às actividades prisionais tem um peso elevado, nomeadamente no que se refere às queixas feitas pelas próprias reclusas, uma vez que a remuneração, nas diferentes actividades, difere quantitativamente.

### **CAPÍTULO III – COMPETÊNCIAS SOCIAIS E PESSOAIS: RELAÇÃO AO NÍVEL DAS ACTIVIDADES REALIZADAS EM CONTEXTO PRISIONAL E POSTERIOR REINSERÇÃO SOCIAL**

#### **3.1. Introdução**

O interesse pelos aspectos evolutivos do desempenho social, desde sempre marcou um grande interesse em redor da Psicologia. Praticamente todas as teorias se referem à importância dos fenómenos de socialização e de interacção social, enquanto factores que permitem uma boa saúde mental e um processo de desenvolvimento (Silva, 2004). Será nesse sentido que Silva (2004, p.62) afirma: “Os seres humanos têm capacidades próprias para concretizar objectivos afectivos e instrumentais necessários à vida social. São essas capacidades designadas por aptidões sociais que constituem o meio de satisfação desses objectivos”. Com esse intuito, ao longo deste capítulo centramo-nos na

análise das competências sociais, interpessoais, intrapessoais e profissionais que são desenvolvidas pelas reclusas através do desempenho de uma actividade prisional.

O conceito de “competência social” sempre esteve presente na literatura da área da psicologia, contudo, a emergência deste acentuou-se a partir da década de 70, tornando-se de certa forma omnipresente em muitas das ciências existentes. Através da categorização dos autores Mueser e Sayers (1992, citado em Coelho & Palha, 2006) apercebemo-nos que as habilidades necessárias para a concretização de algumas tarefas são semelhantes. Contudo, toda a organização é de extrema importância e validade para o treino de habilidades sociais, permitindo que certos comportamentos se tornem mais intencionais, isto porque, muitas vezes, a interacção social é espontânea e portanto envolve um baixo planeamento cognitivo consciente.

No caso das mulheres institucionalizadas teremos de ter em conta que a interacção social será condicionada devido a uma imposição de sujeitos.

O Treino de Competências Sociais (TCS) tem afiliações teóricas variadas, nomeadamente as teorias humanistas, sistémicas, cognitivistas e comportamentalistas (Arón & Milicic, 1994, citados em Murta, 2005). No entanto, parece predominar o uso de técnicas cognitivo-comportamentais em intervenções na área (Caballo, 2003; Del Prette & Del Prette, 1999, citados em Murta, 2005). Apesar destas afiliações teóricas, o suporte advém das teorias de aprendizagem de Bandura (Corey, 2000, citado em Guerra & Lima, 2005). O pressuposto é o de que a maioria dos problemas comportamentais, cognitivos e emocionais são apreendidos, podendo sofrer modificações através de uma nova aprendizagem. Este processo implica ensino/aprendizagem e prática. As competências sociais constituem pilares básicos de comunicação entre sujeitos, sendo que a sua inadequação provoca inúmeras dificuldades nas diferentes áreas do funcionamento do indivíduo, tanto no campo social, laboral (Hayes, 2002, citado em Cavallo & Irurtia, 2004) ou de saúde (Gil & Leon, 1998, citados em Cavallo & Irurtia, 2004). Tais competências dizem respeito a comportamentos necessários a uma relação interpessoal bem-sucedida, conforme o contexto e cultura em que o próprio sujeito se encontra inserido (Cavallo & Irurtia, 2004).

No que se refere a transtornos psicológicos, estes são evidentes em grande número dentro dos EP, uma vez que, após entrada na instituição, se verifica um despojamento

do que constituíra, até aí, a sua identidade. Gerando-se uma crise, verifica-se a elaboração de estratégias e planos comportamentais que levam a uma adaptação à nova situação, variando entre a submissão às regras instituídas, fuga, suicídio e mesmo doença mental (Gonçalves, 2002). Actualmente parece existir um consenso a nível ideológico de vários autores no que se refere a transtornos psicológicos ou psiquiátricos, podendo ter uma componente de problemas comunicacionais e relações interpessoais importante (Davison, Neale & Kring, 2003; Barlow & Durend, 2002, citados em Cavallo & Irurtia, 2004) chegando, em alguns casos, a ser este o núcleo central do transtorno (Andrés & Bas, 2003; Cavallo, 2001; APA, 2000, citados em Cavallo & Irurtia, 2004).

### **3.2. Dificuldades na construção da identidade adaptada ao nível da institucionalização**

O que se pretende neste sub-capítulo será elaborar uma proposta que possibilite a construção de uma identidade adaptada em variadas dimensões, possibilitando, conseqüentemente, o desenvolvimento da capacidade de adaptação a uma pluralidade de tarefas e papéis que o sujeito é chamado a realizar e a desempenhar com sucesso. Para tal, baseamos a nossa proposta de maturidade na abordagem dinâmico-processual, sendo que esta se foca num processo contínuo de desenvolvimento e de construção do “*eu*” ao longo do ciclo vital, bem como na interacção quotidiana com o contexto existencial. Heath (1977) indica quais os traços do “*eu*” adaptado, centrando-se nestes: na clareza sobre a própria identidade, atitude positiva na resolução de problemas, orientação para a realidade, auto-estima, tolerância, responsabilidade baseada em princípios, abertura face à experiência, persistência perante situações de fracasso e adversidade, aptidão e disposição para recorrer a ajuda de terceiros e assertividade, sendo que muitos destes traços não se encontram evidenciados na população reclusa, ou são demasiado ténues.

Ao considerarmos a maturidade pessoal como um determinante da competência generalizada, poderemos afirmar que uma pessoa madura poderá ser incompetente relativamente a certas exigências específicas, contudo, será potencialmente capaz de responder positivamente, recorrendo à capacidade de adaptação, aos novos desafio que o quotidiano espoleta. No caso de sujeitos institucionalizados, e como já referido anteriormente por Gonçalves (2002), a adaptação que se verifica dentro do EP poderá levar a uma desadaptação após reinserção. Ao incrementar-se o desenvolvimento de

competências intrapessoais leva a que se estimule a maturidade do indivíduo em diferentes áreas, nomeadamente aumento da autonomia, fortalecimento da auto-estima e intensificação do sentido de identidade pessoal (Heath, 1977). Este desenvolvimento de competências pessoais é extremamente importante quando o indivíduo retorna à sua liberdade, muitas vezes fracassada devido à inexistência de competências, a níveis diversos, que lhes permitam readaptarem-se a esta. Após a saída em liberdade, os indivíduos deparam-se com problemas comuns à generalidade da população, nomeadamente no que se refere aos processos de profissionalização. De salientar que as capacidades de ordem psicológica são muito mais solicitadas do que as de ordem técnica no contexto contemporâneo.

Para além dos problemas que a globalidade dos indivíduos tem que percorrer, teremos de acrescentar ao processo do indivíduo recluso factores subsequentes do processo de reclusão, como a questão da reculturação numa sociedade dinâmica, reintegração social e estabelecimento de uma nova identidade (permanente e legal). Contudo, em indivíduos reincidentes observa-se um défice a nível das aptidões de *coping*, muitas vezes anterior à entrada em EP, o que leva ao surgimento de outras dificuldades, nomeadamente no que diz respeito a conflitos interpessoais (Pedrosa & Serra, 2004).

A reincidência criminal, é desencadeada por um processo de falência das estratégias de *coping*, levando a que o indivíduo perca a eficácia a enfrentar situações que induzem *stress*, levando a uma subsequente recaída em padrões de comportamento criminal (Zamble & Quinsey, 1997, citado em Pedrosa & Serra, 2004). Neste âmbito considera-se primordial munir o indivíduo de aptidões que lhe permitam defrontar a instabilidade social, ornando-o de mecanismos de adaptação ao contexto sociocultural. Segundo os autores Jardim e Pereira (2006) pensa-se que tal será possível através do desenvolvimento de capacidades transversais, tanto nos âmbitos interpessoais, intrapessoais como profissionais, uma vez que a perda de emprego também será um dos factores precipitantes ao processo de reincidência criminal (Zamble & Quinsey, 19997, citado em Pedrosa & Serra, 2004).

### 3.3. Competências a desenvolver para uma melhor reinserção social

Antes de serem referenciadas as competências desenvolvidas pelas actividades prisionais, definiremos, sumariamente, todas as competências a serem analisadas, à *posteriori*, no estudo empírico.

#### 3.3.1. Cooperação

No que concerne à cooperação, apesar da existência de uma pluralidade de significados atribuídos à mesma, poderá ser definida pela actividade na qual sujeitos ou entidades agem, em comum, com vista à realização de uma finalidade comum. Encontra-se relacionada com o modo como os indivíduos conjugam as suas forças e saberes para atingirem um determinado objectivo, evidenciando-se um envolvimento cognitivo, afectivo e comportamental do próprio grupo de sujeitos envolvido. Poderemos definir especificamente a cooperação como a “ (...) capacidade de operacionalizar conhecimentos, atitudes e habilidades no sentido de agir em conjunto, com vista à realização de um fim comum, maximizando as potencialidades de cada indivíduo de forma durável e equilibrada (...)” (Jardim & Pereira, 2006, p. 136). Ao absorvemos esta definição apercebemo-nos, desde logo, do evidente sentido de equipa, de grupo que surge num primeiro plano.

Contudo, os indivíduos têm de se reconhecer como interdependentes a um nível cognitivo, mantendo esta interdependência para a colaboração que o próprio grupo espera de todos os elementos. Em segundo plano subentender-se-á o sentimento de pertença, sentimento esse, que faz parte integrante de um grupo. A percepção de que pertencemos a um grupo poderá ser indicada através dos seguintes indicadores: definição de quem faz ou não parte do grupo; partilha do sistema simbólico que possibilite uma comunicação eficaz dentro do grupo; segurança emotiva (que permite a criação de laços significativos entre os diversos elementos do grupo em questão); investimento pessoal dos diversos sujeitos direccionados para o grupo (sendo este contributo a nível de bens materiais ou imateriais). Em terceiro plano ressalta a influência que se relaciona com a possibilidade de cada elemento do grupo dar o seu contributo, que caso o grupo defina como oportuno para a melhoria do seu desempenho, será posto em prática (Jardim, 2003).

### 3.3.2. Auto-realização

A auto-realização torna-se, neste contexto, um construto de difícil avaliação, uma vez que a perda de liberdade se torna, desde logo, uma grande barreira. Contudo, este construto é importante para o sucesso pessoal, social e profissional dos sujeitos. A auto-realização consiste na “capacidade de operacionalizar a tendência humana para expandir, desenvolver e realizar, de modo autónomo, as potencialidades pessoais, sociais e profissionais (Jardim & Pereira, 2006, p. 91). O sujeito traça o seu caminho para atingir a sua realização quando satisfaz as suas necessidades, quando encontra um sentido para as acções que tem, vivenciando um sentimento de bem-estar. Zacarés e Serra (1998) reafirmam e salientam três concepções fundamentais da auto-realização ao nível da psicologia humanista: auto-realização como motivação e necessidade defendida por Maslow; auto-realização como consumação do curso da vida (Bühler & Frank, citado em Zacarés e Serra, 1998) e auto-realização como processo para se tornar pessoa total defendido por Rogers (Jardim & Pereira, 2006). O trabalho de auto-realização focaliza-se no interior da pessoa (mais no ser do que no ter), sendo que neste processo contínuo não deveremos atribuir a responsabilidade a algo exterior ao próprio sujeito, para que, o que se manifeste, seja um espelhar da sua própria experiência (Laporte & Sévigny, 2006).

### 3.3.3. Auto-estima

A auto-estima torna-se uma competência cada vez mais importante, uma vez que tem um papel relevante no funcionamento saudável do sujeito, pois uma boa auto-estima se encontra directamente relacionado com um estado de bem-estar psicológico, de integração social e com um menor índice de desadaptação. Um investimento positivo relativamente a esta competência poderá contribuir para o sucesso a um nível pessoal, social e profissional (Jardim & Pereira, 2006; Assis & Avanci, 2004; Musitu & Cava, 2000). De um ponto de vista psicológico, a auto-estima centra-se na avaliação afectiva do próprio sujeito, estando associada a estes três processos fundamentais. O primeiro remete para a descrição do *self*, o segundo implica vivenciar, por último, a valência dos sentimentos experienciados no procedimento de descrição de si (Mruk, 1999, citado em Jardim, 2007). Assim sendo, a auto-estima não é um juízo sobre o *self*, mas uma apreciação relativa um aspecto particular da vida (Bandura, 1997). A distinção dos sujeitos verifica-se através do encontro com o seu diferente valor pessoal através do

trabalho, vida familiar, vida social e actividades de tempos livres (Jardim, 2007). Assim, poderemos definir auto-estima como “Capacidade de conseguir fazer uma avaliação valorativa e afectiva positiva de si mesmo, em termos de acontecimentos passados, capacidades actuais e perspectivas de futuro” (Jardim & Pereira, 2006, p. 76).

### **3.3.4. Suporte social**

Esta competência centra-se na capacidade de operacionalizar conhecimentos, atitudes e habilidades, fazendo com que o sujeito se apoie e que possa apoiar terceiros, sempre que esses necessitem da sua ajuda para solucionar determinada questão. Segundo Jardim (2007):

“(...) tem o poder de promover o desenvolvimento, a saúde, o bem-estar e o sucesso do indivíduo, de reforçar a sua capacidade de reacção ao stress e de implementar mudanças positivas em situações de crise” (p. 113).

De acordo com Cutrona e Russel (1990, citados em Vaz-Serra, 2002) identificam-se seis tipos de suporte social nas relações humanas: 1) suporte existencial; 2) suporte emocional; suporte perceptivo; 4) suporte informativo; 5) suporte instrumental e 6) suporte social. O conceito de suporte social ou de rede social é caracterizado pelo conjunto de sujeitos ou organismos que proporcionam o apoio necessário, destacando-se, amigos e família, que têm um papel importante na ajuda e apoio do sujeito (Bernardino, 2003).

### **3.3.5. Assertividade**

Etimologicamente a palavra assertividade advém de “*assero*”, que em latim significa expor de forma positiva o que se pretende difundir. Um sujeito assertivo expressa directamente o que pensa e o que deseja, através de um conjunto de atitudes adequadas a determinada situação, tendo em consideração o local e o momento. Esta competência permite ao indivíduo uma comunicação directa através de um comportamento, visando agir em prol do seu interesse, a defender-se sem ansiedade desmedida, a expressar os seus sentimentos de modo honesto e adequado, valendo os seus direitos sem nunca descurar os dos outros (Jardim & Pereira, 2006). A assertividade torna-se sinónimo de “aptidões sociais”, sendo que estas são um conjunto

de comportamentos manifestados por um sujeito num contexto interpessoal, manifestando os seus sentimentos, atitudes, desejos, opiniões e direitos de forma adequada a determinada situação, respeitando estas mesmas manifestações no outro (Caballo, 1993). Esta competência exige um treino metódico, sendo necessário ter uma percepção dos seguintes aspectos: tipo de comportamento que provoca determinada situação; evitar a mímica e entoação contrária ao que se verbaliza; descrição das próprias reacções contrariamente ao que avaliar as acções de terceiros; exprimir de forma positiva em vez de adoptar uma postura crítica (Jardim & Pereira, 2006).

Desta forma, torna-se imprescindível trabalhar os aspectos mencionados neste contexto, devido a uma sistematização dos mesmos.

### **3.3.6. Empatia**

O conceito de empatia tornou-se vulgarizado na linguagem corrente, contudo, de difícil definição. Na revisão da literatura sobre esta competência Hofman (2000) descreve dois ângulos de análise relativamente a esta. Define a empatia como uma espécie de consciência que um sujeito possui sobre os estados anímicos do outro, ou seja, centra-se nas percepções, sentimentos, pensamentos e intenções. Neste primeiro ponto é observada como a “habilidade de compreender reacções emocionais de uma pessoa de acordo com o contexto, transpondo a imaginação e assumindo o papel do outro como referência descritiva” (Jardim, 2007, p.104). O segundo ângulo assume-se como uma resposta afectiva aos sentimentos transmitidos pelo interlocutor. A empatia envolve três dimensões fundamentais: cognitiva, afectiva e comportamental. A primeira, cognitiva, relaciona-se com a capacidade de compreender, com rigor, os sentimentos e perspectivas do outro. A dimensão afectiva evidencia-se pelos sentimentos de compaixão, preocupação e simpatia e a dimensão comportamental relaciona-se com a capacidade de transmitir um sentido explícito do sentimento e da óptica do outro, sentindo-se, este, profundamente compreendido (Hofman, 2000).

## **3.4. Desenvolvimento de competências sociais e pessoais através do ingresso em actividades laborais e ocupacionais**

No EPESCB existem inúmeras actividades, das quais as reclusas poderão usufruir. Entre os trabalhos laborais, isto é, que consideremos no presente trabalho remunerados, poder-se-ão destacar: trabalhos relativos a limpeza do espaço arquitectónico do

estabelecimento, messe dos funcionários, auxiliar de cozinha, auxiliar de armazém, empregada de bar, auxiliar de arquivo, cabeleireira (dando-se preferência a profissionais na área ou pessoas que tenham terminado o curso relativo a esta profissão), auxiliar de biblioteca, auxiliar de creche, jardinagem, lavandaria geral, trabalhos para diversas empresas, brigada do Horto, lar da SCMP e loja da SCMP. Um aspecto a salientar será que uma percentagem diminuta de actividades ligadas à formação será considerada como actividades laborais, uma vez que são remuneradas. No ano lectivo findado, o único curso remunerado iniciado no EP foi o curso de jardinagem. No caso específico das turmas de alfabetização, apesar de existir uma recompensa a nível financeiro, esta funciona como um incentivo inicial à adesão escolar que em anos seguintes deixa de existir, não sendo considerada como uma actividade laboral. Relativamente às actividades ocupacionais, que consideremos não remuneradas, teremos entre outras: artes plásticas, grupo de danças, teatro, música, colaboração com o jornal do Estabelecimento Prisional e ginásio. O primeiro critério utilizado para a distinção de grupos de reclusas que desenvolviam uma actividade laboral ou ocupacional foi o critério da remuneração ou não remuneração em determinada actividade exercida.

O que se ambiciona nos subcapítulos subsequentes será perceber se as actividades prisionais desenvolvem competências sociais, interpessoais, intrapessoais e profissionais. As reclusas que desenvolvem uma actividade laboral, acabam por ter uma motivação acrescida. A aquisição de bens essenciais dentro do estabelecimento é feita pelas reclusas através de verbas que os seus familiares disponibilizam ou fruto da sua actividade laboral. Num estudo mais esmiuçado no ponto seguinte, e apesar de se centralizar na actividade física, verificamos diversas situações importantes e que se estendem para todas as actividades desenvolvidas dentro do EP. De acordo com o estudo os itens que caracterizam a depressão (através do Inventário Depressivo de Beck) da amostra analisada centram-se em três aspectos chave: 1) autopunição; 2) culpabilidade e 3) auto-acusações; sendo os três itens que revelam menos interligação com a depressão os 1) desejos suicidas; 2) incapacidade de trabalhar e 3) libido. Os três últimos itens referenciados apresentam valores baixos da Depressão, justificáveis. O papel materno dentro do EP é verdadeiramente importante, observando-se uma grande necessidade de protecção fase às suas crianças; força intrínseca no processo de ultrapassar a perda de liberdade (na maioria da amostra do mesmo estudo); necessidade de ter uma ocupação laboral para sustentar a família que se encontra no exterior;

sustento dos próprios vícios e de outros companheiros (situação muito comum e mantida devido aos diversos interesses existentes neste meio) ou para constar tanto para os juízes e direcção do EP, e para que estes considerem esta situação, no momento de avaliação do processo do recluso e mesmo no momento de saída; pelas visitas íntimas e relações existentes bem como forma de adaptação à prisão (Rocha, 2007; Gonçalves, 2002).

### **3.4.1. Actividades ocupacionais relacionadas com o desenvolvimento de competências sociais e pessoais**

Neste sub-capítulo iremos centralizar-nos nas actividades não remuneradas, e através da literatura existente tentaremos perceber, até que ponto, estas actividades aumentam tais competências. Actividades como o teatro, a música, artes plásticas e grupos de dança são as actividades não remuneradas existentes no Estabelecimento Prisional.

O teatro coloca em cena o indivíduo no seu todo, a sua imagem, a sua individualidade e a sua sensibilidade. Este meio, é um grande aliado de todo o processo educacional, sendo um elo de ligação à socialização da pessoa reclusa. Muitas vezes através da representação, as reclusas têm a possibilidade de retratar a sua própria experiência de vida ou delito cometido, o que leva à oportunidade de compreender e discutir os seus actos e consequências que surgem destes, expressando, consecutivamente, sentimentos subjacentes. A representação leva a que a reclusa adopte uma nova postura. Existem duas finalidades que decorrem da implementação do teatro nos Estabelecimentos Prisionais. A primeira finalidade objectiva, centraliza-se no teatro como processo educacional. A segunda finalidade é subjectiva, remetendo para uma aproximação entre a sociedade e o mundo prisional, uma vez que se a sociedade não compreende a finalidade da pena, não poderá responder, de uma forma integrativa, ao sujeito (Barros, n.d.). Como o autor André de Brito Correia (2003) intitula “O Teatro Fora dos Teatros”. Não poderemos surpreender-nos quanto à existência de teatros fora dos teatros, pois como afirma Richard Schechner (1998, citado em Correia, 2003) se existe uma tradição de construir, não só no Ocidente, grandes edificações especificamente para actuações, existe igualmente uma longa história de actuações não oficiais que têm lugar em locais não imaginados arquitectonicamente com o que estamos habituados da designação de Teatros. Augusto Boal (2001, citado em Correia,

2003) cria o teatro do Oprimido, trabalho realizado no Brasil ao nível de expressão dramática com reclusos, na tentativa de ser-se teatro. O ser-se teatro é trazer, até ao sujeito, o actor, isto porque quando agimos somos actores. Para além de actores seremos observadores das nossas acções. O Teatro do Oprimido consiste numa série de técnicas e exercícios através dos quais se pretende que o espectador deixe de lado a sua postura de mero observador da acção dramática e se torne interveniente activo desta. Este género teatral propõe a analisar relações de poder entre oprimidos e opressores, na tentativa de combater toda a opressão existente (Bensalah, 2006). Criou-se, entre outras peças, os *Humanos em Cena* que é um projecto para o ensino da prática dos Direitos Humanos através do teatro direccionado somente para reclusos. O projecto resulta da colaboração entre o Centro do Teatro do Oprimido (CTO-Rio), o *People's Palace Projects* e a FUNAP (Fundação “Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel), (fundação que tem a seu cargo o sistema educativo dos EP no Estado de São Paulo). No caso das prisões, espaço de reclusão de acesso limitado, o teatro abre as portas para um “público diversificado”. Realizar teatro em Estabelecimentos Prisionais é uma encenação de encontros impossíveis, sendo que todas as grandes peças teatrais se originam de um encontro que não deve ou não poderá mesmo acontecer; caso de *Romeu e Julieta*, *Édipo com seu pai*, entre outros.

Em Portugal nasce, em 1977, um projecto intitulado Projecto Liberdades com o grande objectivo de levar o teatro às prisões. Na primeira edição foi adaptada a peça “Subterrâneo” de Dostoiévski, um espectáculo que se refere à clausura, fuga e exclusão. A segunda peça realizada pelo mesmo projecto designou-se de “Veredicto” sendo apresentada em 29 Estabelecimentos Prisionais. Os autores deste projecto crêem que levar o teatro às prisões tem várias funções, nomeadamente: ajudar a meditar; despertar; divertir para ocupar tempos de monotonia (vertente lúdica) (Correia, 2003). Centralizemo-nos na peça “Só entra se vier às fatias” realizada pela primeira vez, em 2003, no Estabelecimento Prisional de Coimbra. O espectáculo criado centrou-se nas experiências dos sujeitos enclausurados, transmitindo o quotidiano prisional sem se reduzir a um teatro-documentado, ou seja, um mero retrato da peculiar realidade. O lado poético, simbólico da peça, assume um papel de extrema importância, levando a que o espectáculo não seja realista mas sim, surrealista. Numa primeira parte da peça, cada personagem remetia para a chegada ao EP e de como esta chegada afecta, preponderantemente, a identidade pessoal. Estes momentos surgem como uma

apresentação da forma como cada recluso se visualiza privado de referências subjectivas, ou seja, remetiam para o tipo de processos que Erving Goffman (1975, citado em Correia, 2003) ao abordar a acção das instituições totais. A primeira parte da peça seria um livro das circunstâncias reais do quotidiano prisional, ganhando a dimensão poética e simbólica, um novo fôlego quando, na peça, as personagens constroem um barco colectivamente. Esse barco trazia uma nova esperança, a liberdade do EP onde as personagens se encontravam. Nomearam o barco de Grito, sendo esta cena, um dos momentos mais marcantes da actuação teatral. Poderá existir, aqui, uma analogia associada ao desejo de liberdade, sendo que, num território, mais amplo e contrastante com a finitude de um Estabelecimento Prisional, só poderia ser o mar, o oceano infinito que lhes proporcionaria toda a sensação de liberdade ínfima. O barco, dentro de uma prisão, simboliza, como anteriormente salientado, a ideia da encenação de encontros impossíveis. Todo o espaço teatral, onde a peça se desenvolvia, dentro de um túnel fechado, sem qualquer porta ou janela que permitisse uma comunicação para o exterior. Este espaço transmite, não só às personagens que já vivenciam essa situação, mas também aos espectadores, a realidade de clausura, de fechamento e claustrofobia típica de uma prisão, sendo esta propositada na peça. O próprio túnel, como elemento activo na peça, transmite uma função reparadora. Estes portões de grades de ferro tão firmes que existem na peça só têm sentido quando há a perda de liberdade, como acontece nos Estabelecimentos Prisionais. “O facto de os actores serem reclusos e de se estar no meio de uma verdadeira prisão – a mesma onde estes cumpriam penas – gerava um efeito dramático, próprio quando os personagens se apresentavam e dialogavam entre si sobre a realidade incontornável do seu encarceramento” (Correia, 2003, p.63). O barco existente na peça “Só entra se vier às fatias” simboliza o movimento inverso ao de cortar às fatias, ao gesto de fragmentação, divisão e separação. O barco só ganha existência pela união de todas as personagens, pela junção de elementos que se articulam para a construção de um todo. Fazendo um paralelismo com as competências a analisar, no estudo empírico, observamos que, nesta peça explorada de uma forma mais profunda se evidencia uma cooperação por parte das personagens (reclusos), suporte social, empatia e auto-realização, aspectos tão importantes e difíceis de atingir neste meio tão peculiar (Correia, 2003). O inter-relacionamento é também potenciado de forma favorável. A relação repetida e directa com os vários interlocutores, que é sistematicamente desenvolvida na prática teatral, vai permitir à pessoa, de forma gradual, estabelecer pontos de comunicação, que poderão, com o tempo, construir

mecanismos que entrem na dinâmica relacional. O teatro é uma arte colectiva, onde participam várias pessoas, que concorrem para um fim comum, e quando é positivamente alcançado, é objecto de uma grande satisfação, quer individual, quer no seio do grupo, partilhar de emoções, tem uma importância crucial para as pessoas que têm tendência para o isolamento ou para uma subestima generalizada. A catarse emocional ocorrida no final da apresentação de um espectáculo, se for aproveitada de forma adequada, reforça laços afectivos projectando-os em situações futuras, porque surge de forma espontânea, sustentada num acontecimento concreto. O tempo e o espaço são dois elementos de extrema importância quando nos deparamos com uma peça teatral, elementos reestruturantes. Tenta-se, assim, que o indivíduo domine o espaço e não seja por ele dominado, fazendo com que o seu espaço individual se alongue até a integração no espaço colectivo (Correia, 2003). Como já referido, apesar de, inicialmente, as inscrições para o exercício desta actividade serem inúmeras, havendo uma desistência brusca, comparativamente com as inscrições para qualquer grau de escolarização, são em menor número. No caso concreto do teatro, as características das pessoas que se candidatam, as suas predisposições e gosto pessoal pela actividade são de extrema importância. Quando procede à recolha da amostra, apercebemo-nos que as coisas não são todas lineares, e que se, para algumas pessoas, o teatro dos oprimidos não era das peças que mais gostavam de representar para outras, estas peças fariam todo o sentido, bem como para outras pessoas, o escrever de uma peça, o depositar de forma difusa a sua história vital ou parte dela, trazia alento e reconforto. O uso da expressão corporal, que se encontra de mãos dadas com a arte de representar, leva ao sujeito, a que através deste tipo de vivência descubra o seu corpo e relação, rompendo com o que se encontra constituído, uma vez que toda a expressão corporal individual permanece limitada pela área cultural de origem (Renaud, 1990, citado em Seibert & Santos, 2002). O exercitar a expressão corporal leva a que, se evidencie no indivíduo, um aumento do auto-conhecimento; aumento da auto-estima relativamente aos aspectos do próprio corpo, identificados através da visível aceitação da postura física, movimentos realizados nas dinâmicas das sessões e da própria diferença entre os sujeitos, que deixa de constituir um elemento de ameaça; bem como um aumento ao nível das relações interpessoais no ambiente de trabalho possibilitando uma maior abertura e tolerância ao nível de grupo (Seibert & Santos, 2002). Um estudo intitulado “*The Use of Expressive Arts in various Occupational Therapy Settings*” (TeBeest, Kornstedt, Feldmann & Harnasch, n.d.) demonstra que o uso de modalidades

específicas como a música, o drama, a escultura, o desenho, entre outras, são mais eficazes na aquisição de competências, comparativamente, com outros exercícios que se possam realizar.

No que se refere às artes plásticas, bem como a música, (apesar de não ser leccionada por um músico terapeuta) são um recurso de extrema importância no processo educativo, sendo um vínculo de expressão de sentimentos despertando nas reclusas habilidades e competências que muitas vezes são desconhecidas para estas. As artes são um meio de expressar sentimentos ocultados por receios existentes. A auto-estima, uma das competências avaliadas, é muitas vezes verificada quando se expõem trabalhos criados pelos próprios sujeitos. Algumas reclusas demonstram e apercebem-se de tais habilidades que passam a produzir, acabando por comercializar as suas próprias obras de arte, surgindo, assim, uma actividade laboral. Todo este processo de actividade ocupacional relaciona-se com o processo educacional subjacente, de extrema importância, neste meio (Barros, n.d.). No caso da música, tendo em conta o senso comum, esta remete-nos para o princípio do prazer (da satisfação pulsional) que segundo o ponto de vista topográfico terá a sua origem no sistema inconsciente, estendível a sua influência ao ego consciente, que, sendo um processo primário, opera de forma mais evidenciada com a representação das coisas do que com a representação das palavras, existindo uma maior compreensão quando falamos neste tipo de arte (Freud, 2001). Numa base de extrema cientificidade, a música é definida como uma ciência dos sons, considerada na relação da melodia, do ritmo e da harmonia (Verdeau-Paillés, 1993). Através da música poderemos aperceber-nos da libertação de conteúdos/emoções reprimidos, encontrando um espaço seguro e uma nova linguagem para expressar emoções e sentimentos contidos; é evidente a substituição de pensamentos/ sentimentos por outros mais satisfatórios para o sujeito; leva ao desenvolvimento da capacidade de integração e comunicação; desenvolvimento da capacidade de gestão de problemas bem como, o desenvolvimento do auto-conhecimento.

Relativamente ao ginásio, actividade física, e pegando num trabalho desenvolvido pela autora Joana Pinto Rocha (2007), apercebemo-nos, com facilidade, dos benefícios da prática de actividade física em meio prisional. O tema desenvolvido pela autora foi “Contributo de um programa de actividade física adaptada em reclusas condenadas com depressão” sendo que as reclusas com quem terá trabalhado são uma amostra do

EPESCB. Como o autor Rui Abrunhosa Gonçalves menciona a depressão é vista como uma das respostas adaptativas que o recluso encontra para combater a perda de liberdade (Gonçalves, 2002). Verifica-se uma modificação não só de humor ou de afecto no sentido depressivo (com ou sem ansiedade associada), como ao nível de auto-estima e dimensão somática no sentido aviltante (Rocha, 2007). Através do mesmo estudo a autora pode constatar que os sujeitos com maior frequência de actividade física possuem benefícios psicológicos (Biddle & Mutrie, 2001, citados em Rocha, 2007), bem como o efeito anti-depressivo da actividade física adaptada poderá ter a mesma extensão que outras intervenções psicoterapêutica (Lawlor & Hopker, 2001; Mutrie, 2000, citados em Rocha, 2007). A auto-estima é a dimensão que se encontra de mãos ligadas à Depressão nesta população, não tão ligadas à dimensão afectiva e somática, levando a que as reclusas que ingressam no programa de actividade física adaptada melhorem significativamente.

#### **3.4.2. Actividades laborais relacionadas com o desenvolvimento de competências sociais e pessoais**

De acordo com um artigo desenvolvido pelo autor Diogo Dantas (2004), realizado no EPESCB e através de relatos de reclusas que exercem actividades dentro do EP podemos perceber a verdadeira dinâmica do trabalho oficial na prisão.

O funcionamento das oficinas é organizado pelo próprio EP que disponibiliza espaço e mão-de-obra para que seja possível conceber a produção. As diferentes empresas, geralmente da região norte, são as que solicitam os serviços, concedem os materiais necessários para um desempenho credível. Para além de matérias-primas e maquinaria pertinente, a própria empresa ocupa-se da formação inicial das reclusas. O recrutamento e supervisão são assegurados pelo sector laboral da Santa Casa. Quando se realiza o recrutamento dos sujeitos têm-se em conta aspectos como: motivação para o trabalho; grau de adaptação ao meio; tipo de personalidade; situação processual, entre outros. Na tentativa de não se excluir ninguém, tenta-se valorizar o envolvimento progressivo das pessoas que demonstrem maior compatibilidade com o cargo a desempenhar. Essa mesma decisão passa pelos técnicos de saúde, educação, vigilância e reinserção social. O espaço laboral do EP é composto por seis oficinas diferentes, sendo que estas são ocupadas por outras subempreitadas. O número de reclusas que trabalha nessas oficinas é variável, consoante o tipo de produto, quantidade de matéria-prima,

complexidade de produção, prazo de entrega desse mesmo produto bem como as necessidades especiais de cada empresa. Torna-se evidente que a oferta de trabalho dentro do EPESCB não será tão vasta como a oferta existente no exterior. Contudo, qualquer incentivo, neste meio, não terá um significado estrutural, igual ao que teria em meio exterior (Goffman, 1999). “Estes motivos podem originar uma destruição das expectativas e fechar o campo de prospecção psíquica, evidenciado pelas mortificações do “Eu”, e desta forma, toda a energia da reclusa pode-se direccionar para a manutenção do corpo como símbolo da vida” (Rocha, 2007, p. 98). O trabalho oficial é gerido segundo regras flexíveis, colocando-se, em primeiro plano, as necessidades imediatas das próprias empresas, existindo período de escassas encomendas. Tem-se trabalhado no sentido de estabelecer contratos mais duradouros, numa tentativa de aumentar as condições de trabalho bem como equiparar os ordenados aos obtidos no trabalho realizado no exterior. Dantas (2004) refere que:

“O trabalho prisional nas cadeias portuguesas não deixa de ser planeado com uma visão demasiado redutora, mais assente numa abordagem superficial do que na perspectiva educacional, terapêutica, formativa ou ocupacional. É dentro deste objectivo que está a ser feita a parceria entre a SCMP e a DGSP, através duma nova linha de ideias, profissionalizante, apta a satisfazer uma crescente procura de responsabilização mútua de todos os agentes que fazem parte da esfera prisional” (p. 72).

Uma das principais barreiras a um nível psicológico, numa fase inicial, a ultrapassar será a falta de autoconfiança nas capacidades pessoais, escassez de vontade de participação em actividades ligadas directa ou indirectamente à sociabilidade. Para sujeitos que nunca desempenharam actividades profissionais ou se encontram, há muito tempo, em inactividade, qualquer actividade desempenhada representa, de imediato, um índice positivo de bem-estar, a um nível comportamental como a nível dos aspectos cognitivos da personalidade (Dantas, 2004). “A pena é uma hipoteca da vida e só tem uma forma de pagamento: o tempo” (Dantas, 2004, p.76). A principal arma de guerra que o recluso tem contra o tempo é o trabalho. Se por um lado afasta pensamentos, por outro, aumenta a auto-estima e a valorização pessoal, aspectos fundamentais neste meio.

### **3.5. Actividades prisionais como elo de transacção entre a perda de liberdade e posterior aquisição da mesma**

Como temos constatado ao longo do trabalho, o desempenho de uma actividade prisional é extremamente importante para um aumento da reinserção social desta população tão peculiar. Segundo a autora Julita Lemgruber (1999, citado em Chies, 2005) à medida que as disparidades sócio-económicas entre sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina. A precariedade crescente das condições sociais de sobrevivência para a população em geral, independentemente de géneros e papéis, será uma das condições que leva ao agravamento, não só da questão penitenciária, mas igualmente da *mulher reclusa* (Browne, 2001). A reclusão feminina existe e tem de ser contornada dando-se uma ênfase significativa às questões de ressocialização. Existe aqui um ponto de reflexão. Por que é que muitas vezes, as reclusas não conseguem uma inserção tornando-se reincidentes? Para que a noção de inserção se torne um conceito de mãos dadas ao das ciências sociais, transcendendo o contexto sociopolítico que gerou, seria extremamente necessário, que os teóricos se descentralizassem da análise do fracasso, isto é, da não reinserção. Para tal, um estudo que nos permitiria retirar uma grande análise seria considerar, de uma forma globalizante, as relações efectivas entre as formas sociais anteriormente à vida de trabalho e a socialização pelo trabalho, passando, assim, de um conceito vazio, que muitas vezes a inserção nos transmite, para um conceito vivo. Seria, talvez, um estudo utópico mas bastante gratificante do ponto de vista analítico (Vatin, 2002).

No decorrer do estudo apresentado pela autora Joana Rocha (2007), e apresentado ao longo deste estudo, percebemos que a amostra analisada em dois momentos diferenciados, apresenta, no segundo momento, níveis de depressão mais baixos quando a reclusa se encontra a frequentar a terapia ocupacional. Poderemos, igualmente, dizer que a frequência de algum curso ou nível escolar poderá estar associada a um nível de Depressão mais baixo, num segundo momento. Contudo, quando analisamos a actividade laboral (designada pela autora de ocupação laboral) podemos afirmar que esta não determina valores mais baixos de Depressão na amostra estudada. A nível conclusório do estudo verificou-se que os valores da Depressão das reclusas condenadas que frequentam o Programa de Actividade Física Adaptada (PAFA) são inferiores, comparativamente, com as reclusas que o não frequentam. A nível das dimensões auto-estima, afectiva e somática, no grupo experimental são inferiores num segundo

momento de avaliação. Relativamente às reclusas condenadas que frequentam o PAFA e exercem actividades laborais e ocupacionais (nomeadamente terapêuticas), os resultados do estudo não permitem tirar elações, uma vez que as reclusas que se encontram no PAFA e têm outra actividade apresentam valores de Depressão similares às que apenas frequentam a PAFA, não sendo valores estatisticamente significativos (Rocha, 2007). O exercício de uma actividade prisional funciona como um factor dinamizador da própria vida institucional, permitindo que os sujeitos empreendam uma fuga à realidade prisional. O desempenho de dada actividade leva a um evitamento da ociosidade, permitindo um dinamismo temporal mais fluente, bem como a obtenção de rendimentos lícitos que asseguram a sua subsistência dentro do EP e de familiares que se encontram no exterior. Para algumas reclusas que nunca exerceram uma actividade, é extremamente importante a aprendizagem e a produção de hábitos de trabalho. Sumariamente o desenvolvimento de uma actividade prisional favorece a criação de hábitos de trabalho, reafirma valores positivos relativos à inibição da marginalidade e inserção das reclusas posteriormente no mundo de trabalho (Parente, 2006).

Conclusivamente, apesar dos diferentes resultados entre amostras, evidencia-se pela maioria dos autores que as actividades realizadas em contexto prisional assumem um papel extremamente importante na reeducação do recluso, levando a que este “direccione” a sua reinserção num caminho não impetuoso.

## **Parte II – Estudo Empírico**

## **CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO**

### **4.1. Introdução e Justificação do Estudo**

A reduzida fracção de estudos realizados em Portugal sobre criminalidade e reclusão feminina leva a que seja extremamente importante e pertinente a realização dos mesmos, na tentativa de exploração e caracterização desta população peculiar. O processo de perda de liberdade na população feminina é uma realidade que não poderá ser descurada. Os índices demonstram que, apesar de ser em menor percentagem, quando comparada com a criminalidade masculina, é evidente um grande aumento, da mesma, no género feminino (Seabra & Santos, 2006; Sacau et al., 2003; Moreira, 2005).

O que se pretende com este estudo é compreender um aspecto fundamental da vida quotidiana institucional, actividade prisional, e aspectos que se encontram correlacionados com esta, tendo sempre como instância a atingir a reinserção social. Uma vez que a actividade prisional tem sido um aspecto desprovido de estudos científicos, o que se pretende primordialmente será compreender nesta primeira fase, numa vertente mais descritiva, quais as lacunas e aspectos integrativos que a própria actividade prisional reúne.

Em suma, o que se pretende com o estudo será caracterizar a realidade prisional feminina do norte do país, uma vez que este é o único Estabelecimento Prisional Especial da zona Norte, dando uma maior relevância ao quotidiano vivencial, através da actividade prisional, perspectivando uma reinserção social. Devido aos elevados índices existentes ao nível da criminalidade feminina, é necessário adoptar uma postura activa que permita combater essa mesma criminalidade. Para tal, a reeducação, torna-se um objectivo crucial para o sujeito recluso, com o intuito de reeducar e reabilitar, dotando-o de competências essenciais para a sua reinserção social (Rocha, 2007; Pollock, 1998). O exercício de uma actividade prisional permite a diminuição da ociosidade e da inactividade (Dantas, 2004) e, conseqüentemente, o aumento de competências, deveras imprescindíveis para uma melhor reinserção social (Rocha, 2007; Gonçalves, 2002).

### **4.2. Objectivos**

#### **4.2.1 Objectivo Geral**

O trabalho apresentado visa uma melhor compreensão da reclusão feminina e do quotidiano diário a nível institucional. Deste modo, pretende-se verificar se o ingressar numa actividade prisional permite o desenvolvimento de competências sociais e

pessoais avaliadas pelo Questionário de Competências Intrapessoais, Interpessoais e Profissionais (QCIIP) (Jardim & Pereira, 2005, citado em Jardim, 2007), na perspectiva de possibilitar uma reinserção social mais coesa.

Sumariamente, o que se pretende será descrever a população feminina tendo em conta uma variável preponderante, o desenvolvimento de actividade prisional por parte das mulheres que se encontram institucionalizadas. Tendo em consideração outros estudos realizados em Estabelecimentos Prisionais Especiais, tentou-se extrapolar a análise de outras variáveis não incluídas até então, na tentativa de percebermos se estas são uma mais-valia no processo de reinserção social.

#### **4.2.2. Objectivos Específicos**

Mais especificamente os objectivos deste estudo são:

- a) verificar as diferenças nos domínios do QCIIP e o estado civil;
- b) verificar as diferenças nos domínios do QCIIP e a escolaridade;
- c) verificar as diferenças nos domínios do QCIIP e naturalidade;
- d) verificar as diferenças nos domínios do QCIIP e a situação jurídica;
- e) verificar as diferenças nos domínios do QCIIP e o tipo de reclusão;
- f) verificar as diferenças nos domínios do QCIIP e o tipo de actividade e;
- g) verificar se existe uma relação de associação entre os diversos domínios do QCIIP e a satisfação relativa às actividades prisionais exercidas.

#### **4.3. Método**

##### **4.3.1. Caracterização da Amostra**

A presente amostra é constituída por 131 reclusas que se encontram no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo. Relativamente à idade das mulheres que constituem a amostra, apercebemo-nos que temos como mínimo uma idade de 18 anos e máximo 68 anos. De salientar que o critério de constituição de grupos tem em conta a actividade que as reclusas desenvolvem após o aprisionamento.

Posteriormente, no ponto 4.4.1., serão apresentadas características mais detalhadas da amostra tendo em conta as diversas informações recolhidas através do questionário sócio-demográfico.

#### **4.3.2. Material**

Os instrumentos utilizados na presente investigação foram: (a) um Questionário Sócio-Demográfico; (b) um Questionário de Motivação para ingresso numa actividade dentro do Estabelecimento Prisional; (c) Questionário de Competências Intrapessoais, Interpessoais e Profissionais (QCIIP) (Jardim & Pereira, 2005, citado em Jardim, 2007). Os questionários referidos nas alíneas a) e b) foram construídos para o próprio estudo no sentido de ir ao encontro de aspectos fundamentais desta população bem como, a aspectos que a própria investigação tem o interesse de depreender.

**4.3.2.1. Questionário Sócio-Demográfico (Anexo A)** - Na formulação deste questionário, foram considerados os itens sócio-demográficos, que se seguem, dado que são variáveis que podem interferir nos resultados obtidos uma vez que são os mais analisados quando averiguadas as estatísticas prisionais: (a) idade; (b) estado civil; (c) escolaridade; (d) etnia; actividade laboral remunerada no EP; actividade ocupacional não remunerada; situação jurídica actual; tipo de reclusão; tipo de delito, total de anos da pena; anos da pena já cumpridos e o tipo de visitas que tem no EP (Moreira, 2005).

**4.3.2.2. Questionário sobre a Motivação para ingresso numa actividade prisional no EP (Anexo B)** - Relativamente aos itens relacionados com a motivação para ingresso de uma actividade dentro do EP, consideraram-se os seguintes: (a) actividade que se encontra a desenvolver, actualmente, no EP; (b) razões/motivações que levaram a ingressar na actividade; (c) grau de satisfação relativamente à actividade que exerce no EP; (d) qual a actividade em que gostaria de ingressar dentro do EP; (e) quais as vantagens que a actividade poderá desenvolver. A inclusão destes itens vem no seguimento da teoria revista e foram incluídos por serem considerados os mais pertinentes para o estudo e também para se reduzir o tempo necessário à avaliação.

**4.3.2.3. Questionário de Competências Intrapessoais, Interpessoais e Profissionais (QCIIP<sup>3</sup>) (Jardim & Pereira, 2005, citado em Jardim, 2007) (Anexo D)** - A versão original do QCIIP de Jardim e Pereira (2005, citado em Jardim, 2007) avalia as competências intrapessoais, interpessoais e profissionais em estudantes do ensino superior. Os resultados apresentados pelos autores evidenciam uma boa consistência interna, surgindo valores de *alpha* superiores a 0,75 para cada uma das subescalas. Assim, para a cooperação verifica-se um valor de  $\alpha=0,89$ ; para a auto-realização  $\alpha=0,87$ ; auto-estima  $\alpha=0,89$ ; suporte social  $\alpha=0,87$ ; assertividade  $\alpha=0,84$  e para a empatia  $\alpha=0,76$ . No *Score* global é apresentado um  $\alpha=0,95$ . A versão do QCIIP utilizada é semelhante à original excepto em cinco itens cuja redacção foi modificada no sentido dos itens serem aplicáveis à amostra estudada (itens 20, 23, 27, 32 e 73). O QCIIP é um questionário constituído por 73 itens que avaliam as competências intrapessoais, interpessoais e profissionais abordando seis dimensões: a cooperação (20 itens); a auto-realização (12 itens); a auto-estima (14 itens); o suporte social (12 itens); a assertividade (8 itens) e a empatia (7 itens). A escala de resposta é uma escala tipo *Likert* com 5 pontos, que oscilam entre *Nunca* e *Sempre*. Assim, a pontuação relativa às competências desenvolvidas pelas mulheres reclusas resulta da soma dos valores brutos dos itens que compõem cada dimensão.

#### **4.3.3. Procedimentos**

Relativamente a este ponto concreto, releva-se que numa fase inicial estabeleceu-se um contacto formal com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, mais precisamente com a directora da mesma instituição, para a qual terá sido enviado um pré-projecto de todo o estudo a realizar. Após consentimento positivo para a realização do mesmo (Anexo G), procedeu-se ao encaminhamento de todo o processo. No pré-projecto, em cima referenciado, abordou-se o objectivo do estudo e a sua relevância para aquela população-alvo, o tempo estimado necessário para a sua realização (por participante), o número de participantes pretendidos para o estudo e instrumentos a utilizar.

Após ter sido, formalmente, permitido o estudo, contactou-se a direcção do EPESCB (Directora da instituição) para delinear, cronologicamente, a recolha de dados. Aquando o início da recolha de dados, foi solicitado um gabinete próprio (não sendo os

---

<sup>3</sup> Numa perspectiva de se verificar as alterações da redacção do QCIIP, encontra-se em anexo C a versão original do mesmo.

gabinetes de ala) com o intuito de garantir um *setting* cuidadosamente preparado, na tentativa de eliminar todo constrangimento, fornecendo liberdade de participação bem como a garantia de confidencialidade e anonimato. Consequentemente, com o desígnio de salvaguardar essa confidencialidade do indivíduo, respeitar a voluntariedade, e, por outro lado, garantir uma prática ética fundamentada, propôs-se a materialização dessa salvaguarda através da obtenção do consentimento informado de todos os participantes. Nesse sentido, foi considerada e incluída a questão fundamental descrita por Ribeiro (1999), designadamente, uma carta de apresentação da investigação e do investigador, bem como o pedido da assinatura do participante para confirmar a sua concordância na participação do estudo (Anexo E). Assim, realizou-se a administração dos dados de uma forma individualizada, explicando-se ao participante o tema da investigação, o objectivo geral do estudo, e garantindo-se a confidencialidade e o carácter voluntário da participação, a não existência de consequências para a recusa da sua participação, bem como, no final da investigação, a divulgação dos resultados do estudo (Ribeiro, 1999). Foi também solicitado a cada participante que expressasse todas as dúvidas inerentes a uma possível não compreensão dos itens dos respectivos instrumentos, antes de responderem, com o objectivo de se assegurar que cada participante respondia a estes com uma maior clareza ao nível da compreensão. Embora tenha sido solicitada a assinatura no consentimento informado, caso a reclusa decida participar voluntariamente no estudo, esta identificação é desde logo excluída, atribuindo-se uma identificação alfanumérica aleatória a cada consentimento informado e nos testes realizados pelas mesmas.

De referir que os procedimentos que envolvem a participação directa das reclusas consistem na administração de Questionário Sócio-Demográfico, Questionário sobre a Motivação para ingresso numa actividade dentro do Estabelecimento Prisional e Questionário de Competências Intrapessoais, Interpessoais e Profissionais (QCIIIP) (Jardim & Pereira, 2005, citado em Jardim, 2007), administrados nesta ordem, sendo que para tal, estabeleceu-se temporalmente, em média, 60 minutos para com cada participante. Não poderemos esquecer que durante o período de recolha de dados, tentou-se minimizar as consequências que a operacionalização dos mesmos afectasse, tendo em conta que as reclusas têm horários de actividades prisionais, medicação, situações processuais e consultas, em horários que têm de ser cumpridos. Para tal, tentou-se encontrar um horário que aludisse a cada situação individual.

No que concerne ao procedimento de criação de grupos na respectiva amostra, é de salientar que o critério de constituição dos mesmos tem em conta a actividade que as reclusas desenvolvem após o aprisionamento. No caso da nossa amostra, esta é constituída por seis grupos distintos, sendo que o Grupo A é constituído por 30 reclusas que exercem actividades prisionais dentro da instituição sendo esta, uma actividade remunerada. O Grupo B constituído por igual número de reclusas que têm uma actividade dentro do EP não sendo esta remunerada e o Grupo C constituído por 13 reclusas que têm uma actividade fora do EP, isto é, que se encontram em Regimes Abertos (sendo que este número é a população total do EP que tem estas características). No caso do Grupo D, é constituído por 30 mulheres que exercem uma actividade remunerada e não remunerada dentro da instituição. O Grupo E, abrange 22 reclusas, população total da instituição que não tem qualquer actividade prisional, funcionando como grupo de controlo da amostra. Por último, temos o Grupo F que abrange 6 reclusas que se encontram em Terapia Ocupacional. Apesar de ser um grupo reduzido, e com uma criação temporal curta será de interessante análise uma vez que o grande objectivo a ser atingido será a inserção destas mulheres no desenvolvimento de actividades prisionais. Questão com grande necessidade a ser trabalhada uma vez que este grupo tem uma baixa tolerância à frustração, dificuldades cognitivas, sendo criadas metas a curto e longo prazo de trabalho, com o grupo, contudo, de forma individualizada, devido às dificuldades apresentadas serem heterogéneas. A presente amostra, em estudo, é não probabilística ou intencional sequencial de conveniência, tendo em conta o conceito importante de que a primeira pessoa a chegar será a primeira a ser escolhida (DOMMERMUTH, 1975, citado em Ribeiro, 1999).

Ao nível dos procedimentos estatísticos no que concerne aos estudos descritivos foram utilizadas frequências brutas e relativas. Nos estudos diferenciais procedeu-se ao estudo da análise de variância univariadas, sendo pedido como teste de *post hoc* o LSD. Por último, nos estudos correlacionais, procedeu-se à análise da correlação através do teste *R de Pearson*.

#### **4.4. Apresentação dos Resultados**

O tratamento estatístico dos dados provenientes da administração dos instrumentos anteriormente referenciados foi realizado com recurso ao programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 16.0 para *Windows*.

Com o objectivo de organizar os dados obtidos, de forma que nos possibilite a consecução dos objectivos do presente estudo, passamos a apresentar os resultados referentes ao questionário Sócio-Demográfico, seguindo-se a descrição dos dados do Questionário para avaliar a motivação das reclusas, ingressarem uma actividade laboral após entrada no EP e, ainda, os resultados da aplicação do QCIIP (Jardim & Pereira, 2005, citado em Jardim, 2007).

#### 4.4.1. Estudo descritivo das características da amostra

Relativamente aos dados que o questionário sócio-demográficos permite descrever, verificamos que a amostra do estudo é constituída por 131 reclusas, dividida em seis grupos de análise (Quadro 1). A divisão dos grupos, a analisar, teve em consideração o tipo de actividade que cada reclusa desenvolve no momento da recolha de dados, podendo essa actividade ser exercida dentro do estabelecimento ou fora deste, ou por sua vez ser remunerada ou não remunerada. Inicialmente, pretendeu-se que cada grupo fosse constituído por 30 sujeitos. Contudo, nos grupos, C, E e F, tal não terá sido possível, sendo constituídos pela população total existente no EP com tais características. De referenciar que o Grupo C é constituído por reclusas que se encontram em Regimes Abertos Voltados para o Exterior e Interior, bem como o Grupo F, constituído por 6 reclusas que se encontram num regime específico de Terapia Ocupacional. Na análise dos resultados que se irá fazer, iremos ter em consideração que o número reduzido de elementos nestes grupos implica que essa análise seja feita com o devido cuidado.

Quadro 1

*Descrição da amostra em função dos grupos em análise*

<i>Grupos de análise</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Grupo A - Trabalho dentro do EP remunerado	30	22,9
Grupo B - Trabalho dentro do EP não remunerado	30	22,9
Grupo C - Trabalho exterior remunerado	13	9,9
Grupo D - Trabalho dentro do EP e tem uma actividade	30	22,9
Grupo E - Reclusas sem qualquer actividade	22	16,8
Grupo F - Terapia ocupacional	6	4,6
Total	131	100,0

Relativamente à idade (Quadro 2), a fracção maioritária de reclusas que participam no estudo, são mulheres com idades compreendidas entre os 31-40 anos de idade (45 mulheres). Podemos, ainda, realçar que a população do nosso estudo se concentra na média de idades de 40,5 anos, com um desvio padrão de 11,2 sendo que, a

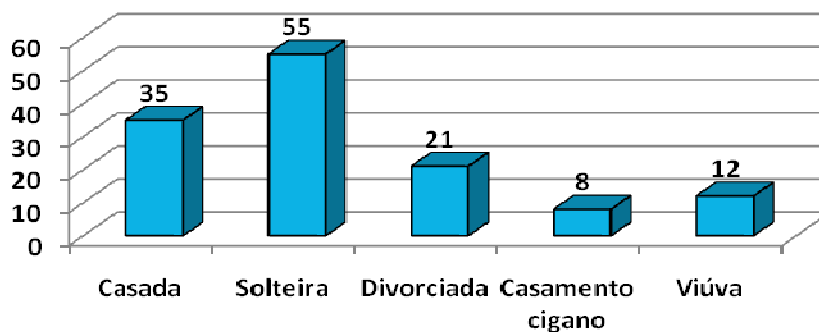
idade mínima das mulheres reclusas é 18 anos e a máxima 68 anos. De salientar que a população reclusa é na sua maioria jovem adulta.

Quadro 2  
Descrição da amostra em função da idade

Classes de Idade	□	%
18 – 30 anos	26	19,8
31 – 40 anos	45	34,4
41 – 50 anos	34	26,0
51 – 68 anos	26	19,8
Total	131	100,0

Quanto à variável estado civil (Gráfico 1), analisada na amostra, a maior concentração de reclusas são solteiras (55 sujeitos), concentrando-se em menor número as mulheres com um casamento cigano (8 sujeitos). Este último matrimónio, segundo a lei vigente em Portugal não é considerado casamento, uma vez que no próprio B.I. das mulheres são consideradas ao nível do estado civil como solteiras. Apesar de legalmente solteiras, segundo os princípios da lei cigana consideram-se casadas, uma vez que têm um marido, ao qual devem ser fiéis (princípio da fidelidade), respeitá-lo, amá-lo, desejá-lo.

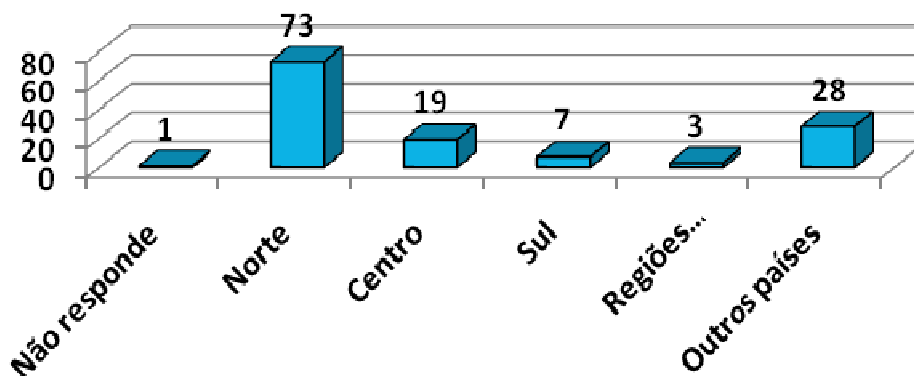
Gráfico 1  
Descrição da amostra em função do estado civil



Ao nível da existência de filhos, verifica-se que a maioria da amostra tem filhos, isto é, 83,2% (109 mulheres) das mulheres referem que têm filhos comparativamente com 16,8% de mulheres (22 mulheres) que não têm. No seguimento de análise desta variável foi questionado às reclusas se os seus filhos se encontram dentro do EP. No que diz respeito a este facto, verifica-se uma percentagem reduzida de mães que têm os filhos no EP na amostra, 8,4% comparativamente com as mulheres que não têm os seus filhos dentro do Estabelecimento que apresenta uma percentagem de 74,8%.

Relativamente à naturalidade das reclusas que participaram no estudo, a fracção maioritária é de nacionalidade portuguesa, primordialmente da região Norte do país (73 mulheres) (Gráfico 2).

Gráfico 2  
Descrição da amostra em função da naturalidade



No que diz respeito ao percurso escolar, as características da amostra exibem a preeminência de sujeitos com habilitações ao nível do primeiro ciclo, 35,9%. O número de mulheres que nunca estudaram e o número de mulheres que têm o ensino superior é semelhante, sendo o primeiro grupo constituído por 15 mulheres e o segundo por 11 mulheres. Contudo, não poderemos descurar essa percentagem de mulheres que tem o ensino superior, uma vez que é elevada (Quadro 3).

Quadro 3  
Descrição da amostra em função da escolaridade

Escolaridade	□	%
Não estudou	15	11,5
Até ao 4º ano	47	35,9
Até ao 6º ano	23	17,6
Até ao 9º ano	18	13,7
Até ao 12º ano	17	13,0
Ensino Superior	11	8,4
Total	131	100,0

Relativamente à etnia (Quadro 4), verifica-se que existe um maior número de mulheres caucasianas, isto é, 98 mulheres (74,8%). Contudo, é de salientar que dentro do grupo das caucasianas não se terá distinguido a nacionalidade das mesmas, podendo este facto constituir um aspecto para maior número de mulheres desta etnia.

Quadro 4

*Descrição da amostra em função da etnia*

<i>Etnia</i>	□	%
Caucasiana	98	74,8
Negra	14	10,7
Cigana	19	14,5
Total	131	100,0

Relativamente à ocupação profissional exercida no exterior (Quadro 5), verifica-se que a maioria das mulheres exercia actividade antes do período de aprisionamento (106 mulheres), comparativamente com 25 mulheres que não exercia. Contudo, para uma análise mais aprofundada relativamente a este item, achou-se prudente a utilização da Classificação Nacional das Profissões (Instituto do Emprego e Formação Profissional, n.d.) que enquadra o conjunto de todas as profissões existentes em Portugal e da sua respectiva descrição funcional, apresentando-se agregadas por grupos profissionais. Após a análise, constata-se que a maioria (54,2%) enquadra profissões do grupo 5 da CNP, pessoal dos serviços e vendedores e a minoria, uma mulher, se encontra no grupo de especialistas das profissões intelectuais e científicas.

Quadro 5

*Descrição da amostra em função da actividade que exerciam fora do EP*

<i>Emprego que exerciam antes da entrada no EP</i>	□	%
Pessoal dos serviços e vendedores	71	54,2
Não trabalhava antes da entrada no EP	25	19,1
Operários, artífices e trabalhadores similares	14	10,7
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	9	6,9
Pessoal administrativo e similares	6	4,6
Agricultores e trabalhadores da pesca	3	2,3
Trabalhadores não qualificados	2	1,5
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	1	0,8
Total	131	100,0

Como se evidencia, existe um elevado número de mulheres que exercia uma actividade, em que provavelmente não seria exigido um elevado índice de escolaridade, o que por sua vez é evidenciado a esse nível, na presente amostra. Por outro lado, pensasse que a percentagem elevada de mulheres que não trabalhava antes da entrada no EP (ociosidade) é um factor facilitador da criminalidade assim como a falta de hábitos de trabalho.

Ainda na mesma linha de análise, e tendo em conta as actividades desenvolvidas pela nossa amostra, após a perda de liberdade, verifica-se que 77 mulheres desenvolvem

actividades remuneradas dentro do EP comparativamente com 54 mulheres que não desenvolvem actividades remuneradas na mesma instituição.

No que concerne ao tipo de actividade que as mulheres desempenham (Quadro 6) verifica-se a existência de dois grupos igualitário – serviços internos relacionados com os protocolos de cooperação estabelecidos por indústrias (indústria de papel, borracha, têxtil, calçado e molas) e serviços internos relativos à manutenção do EP (limpeza das instalações, na copa e na cozinha, jardinagem, lavandaria, creche e manutenção das máquinas de café). Ao nível dos serviços externos, as funções são desempenhadas fora do EP, em instituições pertencentes à Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Quadro 6

*Descrição da amostra em função do tipo de actividade remunerada no EP*

<i>Tipo de actividade remunerada no EP</i>	□	%
Não tem actividade remunerada	54	41,2
Serviço interno (empregada fabril em empresas que cooperam com o EP)	36	27,5
Serviço interno (serviços de manutenção do EP)	36	27,5
Serviço externo (empregada fora do EP)	3	2,3
Serviço interno (empregada fabril + manutenção do EP)	2	1,5
Total	131	100,0

Ao nível das actividades consideradas não remuneradas dentro do EP (Quadro 7), as reclusas podem ingressar nas artes plásticas, actividades educativas, ginásio, dança, biblioteca, teatro e jornal do EP. De salientar, novamente, que as artes plásticas são consideradas actividades sem fins lucrativos devido a não existir uma remuneração directa por parte da SCMP ou Serviços Prisionais. Verifica-se que 38,2% escolhe apenas uma actividade, podendo esta maioria estar relacionada com o desenvolvimento simultâneo de actividades remuneradas ou devido às artes plásticas serem uma actividade que ocupa todo o dia (similar às actividades remuneradas) não possibilitando o ingresso em mais actividades.

Quadro 7

*Descrição da amostra em função do tipo de actividade não remunerada no EP*

<i>Tipo de actividade não remunerada no EP</i>	□	%
Não tem actividades não remuneradas	66	50,4
Tem uma actividade	50	38,2
Tem duas actividades	11	8,4
Tem três actividades	4	3,1
Total	131	100,0

Uma caracterização da amostra voltada para as variáveis de carácter jurídico actual, indica a presença maioritária de mulheres Condenadas e minoritária em RAVE.

Contudo, apesar de minoritário, será este a meta que todas as reclusas desejam atingir, uma vez que a vida institucional se processa, categoricamente, de uma forma escalada, em que a meta a atingir será o Regime Aberto Voltado para o Exterior (Quadro 8).

Quadro 8

*Descrição da amostra em função da situação jurídica actual*

<i>Situação jurídica actual</i>	□	%
Condenada	86	65,6
Preventiva	28	21,4
RAVI	12	9,2
RAVE	5	3,8
Total	131	100,0

Não obstante, no que concerne ao tipo de reclusão verifica-se que na amostra existem 95 mulheres primárias comparativamente a 36 mulheres reincidentes.

Já no que se refere ao tipo de crime cometido, a volubilidade registada na amostra analisada nomeia o tráfico de estupefacientes como o mais evidente, seguido de 23,7% por crimes contra o património e 10,7% por homicídio (Quadro 9).

Quadro 9

*Descrição da amostra em função do delito condenado*

<i>Tipo de delito</i>	□	%
Tráfico de estupefacientes	76	58,0
Crimes contra o património	31	23,7
Homicídio	14	10,7
Crimes rodoviários	5	3,8
Crimes contra as pessoas e humanidade	3	2,3
Crimes contra a vida em sociedade e estado	1	0,8
Não responde	1	0,8
Total	131	100,0

No Quadro que se segue (Quadro 10), podemos observar a distribuição da amostra segundo o total de anos de pena. Verifica-se que para a maioria das reclusas foi determinada uma pena entre os 3 a 6 anos (39 mulheres). A menor concentração de mulheres ao nível do total de anos de pena situa-se em penas superiores a 12 anos (12 mulheres). Na nova legislação penal, as penal punidas até 12 meses não são condenáveis a pena de prisão (Luzia, 2008).

Quadro 10

*Descrição da amostra em função do total de anos de pena*

Total de anos de pena	□	%
0 – 1 ano	31	23,7
1 – 3 anos	10	7,6
3 – 6 anos	39	29,8
6 – 9 anos	29	22,1
9 – 12 anos	10	7,6
12 – 15 anos	4	3,1
15 – 20 anos	8	6,1
Total	131	100,0

Na tentativa de complemento da análise anterior, verifica-se que a maioria das reclusas, relativamente ao total de anos já cumpridos, centra-se no intervalo de 1 a 3 anos e a menor concentração no intervalo dos 9 aos 12 anos (Quadro 11).

Quadro 11

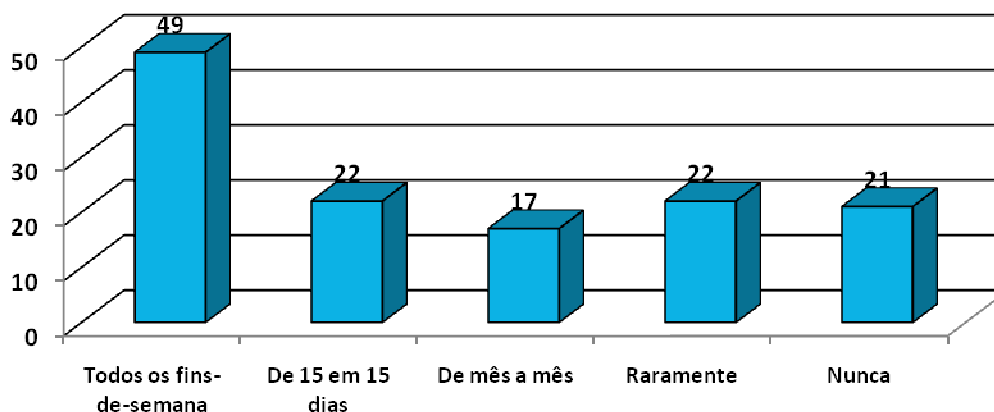
*Descrição da amostra em função do total de anos de pena já cumpridos*

Total de anos de pena já cumpridos	□	%
0 – 1 ano	37	28,2
1 – 3 anos	49	37,4
3 – 6 anos	35	26,7
6 – 9 anos	6	4,6
9 – 12 anos	4	3,1
Total	131	100,0

Para encerrar o capítulo relativo à categorização da amostra, incidimos no facto das reclusas terem ou não visitas no Estabelecimento Prisional, factor elevada importância para estas. Verifica-se através do gráfico 3 que a maioria das mulheres têm visitas todos os fins-de-semana (49 mulheres) apresentando em menor número bruto, 17 mulheres, que somente recebem visitas de mês a mês.

Gráfico 3

*Descrição da amostra em função das visitas que recebe no EP*



Não obstante, teremos um elevado número de mulheres que recebe visitas esporadicamente (considerando as mulheres que recebem visitas de mês a mês e raramente) e que nunca recebem, comparativamente com as mulheres que têm visitas assiduamente (todos os fins-de-semana ou de quinze em quinze dias), sendo quase uma divisão equalitária.

#### **4.4.2. Estudo descritivo das motivações para ingresso em actividades prisionais e do nível de satisfação com essas actividades**

##### **4.4.2.1. Razões/ motivações que levaram a ingressar uma actividade no EP**

Para recolher informação relativamente a esta temática, apresentou-se uma questão de escolha múltipla onde constam quatro tipos de razões para ingressar numa actividade, após a entrada no EP e, ainda, uma opção de resposta aberta. Prioritariamente, as mulheres realçam a necessidade de ocuparem o seu tempo livre e, ainda, as dificuldades económicas/financeiras (Quadro 12).

Quadro 12

*Razões/ motivações que levaram a ingressar uma actividade dentro do EP*

<i>Razões/ motivações que levaram a ingressar numa actividade, após entrada no EP</i>	<input type="checkbox"/>	<i>%</i>
Necessidade de Ocupação de Tempo Livre	107	81,7
Dificuldades de ordem económica/ financeira	72	55,0
Devido a benefícios no processo penal	25	19,1
Questões pessoais	17	13,0
Única actividade disponibilizada no momento	11	8,4
Reinserção social	9	6,9
Para concluir estudos	5	3,8
Porque gosta	4	3,1
Manter a forma	4	3,1
Saúde	4	3,1
Para aprender	3	2,3
Para desenvolver a motricidade fina	1	0,8

##### **4.4.2.2. Satisfação relativamente à actividade que exercem no EP**

No que concerne à satisfação face à actividade que exercem no EP, podemos verificar que na sua maioria as mulheres apresentam-se bastante satisfeitas ou totalmente satisfeitas com as actividades que se encontram a realizar no momento, como podemos visualizar na Quadro 13.

Quadro 13

*Percepção sobre o nível de satisfação com a actividade exercida*

<i>Satisfação relativamente à actividade que exercem</i>	<input type="checkbox"/>	%
Bastante satisfeita	42	32,1
Totalmente satisfeita	38	29,0
Não responde	23	17,6
Um pouco satisfeita	15	11,5
Totalmente insatisfeita	6	4,6
Um pouco insatisfeita	4	3,1
Nem satisfeita nem insatisfeita	2	1,5
Bastante insatisfeita	1	0,8
Total	131	100,0

Não poderemos descurar, e de acordo com o observado no quadro, o elevado número de mulheres que não responde relativamente ao parâmetro da satisfação em função da actividade que exercem. Apesar da discrepância de opiniões, verifica-se que maioritariamente as reclusas se encontram satisfeitas relativamente à actividade exercida, o que nos pode levar a pensar que a actividade poderá ser um dos elementos de satisfação intra-muros.

Ainda, relativamente à satisfação, quando questionadas se a actividade que exercem seria aquela que gostariam continuar a desenvolver no EP, pode-se constatar que 93 reclusas respondem afirmativo a esta questão e 38 negativo à mesma. Tendo em conta este aspecto de extrema importância, é de ressaltar o elevado índice, na amostra que responde de uma forma afirmativa. Não poderemos esquecer que a satisfação, mesmo a relativa a uma actividade, é uma variável de difícil verificação neste contexto, uma vez que a própria privação de liberdade torna-se uma condição *sine qua non* para a débil satisfação das reclusas.

#### **4.4.2.3. Competências sociais e pessoais que a actividade prisional desenvolve**

Como é observado no Quadro 14, as reclusas consideram que as actividades prisionais podem proporcionar o desenvolvimento de competências sociais e pessoais. É do parecer destas que as competências que mais desenvolvem com o ingresso nas actividades prisionais são a cooperação, a auto-estima e a auto-realização.

## Quadro 14

*Competências sociais e pessoais desenvolvidas pela actividade prisional*

<i>Vantagens que a actividade desenvolvida acarreta</i>	□	%
Cooperação	98	74,8
Auto-Estima	98	74,8
Auto-Realização	91	69,5
Empatia	96	73,3
Assertividade	86	86,6
Suporte Social	84	64,1

#### 4.4.3. Estudo diferencial das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais

No próximo quadro (Quadro 15) observam-se os valores mínimos, máximos e médios, e o desvio-padrão das respostas ao QCIIP. De referir que os totais de cada competência revelam índices elevados, o que demonstra que a amostra apresenta bons indicadores nas mesmas competências analisadas.

As variáveis diferenciadoras a seguir apresentadas são: estado civil; escolaridade; naturalidade; situação jurídica; tipo de reclusão e tipo de actividade.

## Quadro 15

*Competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas*

<i>Competências intrapessoais, interpessoais e profissionais</i>	<i>Min.</i>	<i>Máx.</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Cooperação	46,00	100,00	85,49	9,97
Auto-Realização	31,00	60,00	51,54	6,56
Auto-Estima	34,00	70,00	59,39	6,76
Suporte Social	16,00	60,00	49,96	8,04
Assertividade	20,00	40,00	33,50	5,13
Empatia	16,00	35,00	28,77	3,95
Total	224,00	361,00	308,69	28,71

##### 4.4.3.1. Diferenças em função do estado civil

Relativamente à análise das dimensões do QCIIP em função do estado civil (Quadro 16), pode verificar-se que, através da análise de variância, existem somente diferenças significativas no que se refere à empatia. Após a verificação do teste *post hoc*, verifica-se que as mulheres casadas, solteiras e divorciadas apresentam maiores índices de empatia que as viúvas.

**Competências Sociais e Pessoais:**

Atividades Prisionais num Estabelecimento Especial da Região Norte

**Quadro 16**  
*Diferenças dos domínios do QCIIP em função do estado civil*

Estado Civil	Casada		Solteira		Divorciada		Casamento Cigano		Viúva		Anova		
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	F	gl	P
Cooperação	86,8	10,4	84,9	9,9	86,8	6,8	86,8	9,5	80,7	13,2	1,02	4	0,40
Auto-Realização	52,9	6,3	51,5	6,3	50,0	7,0	52,5	5,50	49,6	7,9	0,98	4	0,42
Auto-Estima	60,5	6,8	59,8	5,6	57,6	7,6	61,3	2,2	55,5	10,0	1,87	4	0,12
Suporte Social	50,2	8,6	48,5	8,7	50,7	6,8	54,2	4,7	51,4	5,4	1,15	4	0,34
Assertividade	33,5	5,0	33,6	5,4	34,7	4,6	33,6	3,7	30,3	5,3	1,50	4	0,21
Empatia	29,1	3,5	28,8	4,1	30,1	2,4	27,8	4,1	25,4	4,7	3,22	4	0,01*

\*  $p \leq 0,05$ .

LSD: **Empatia** – Casada; Solteira e Divorciadas > Viúva.

**4.4.3.2. Diferenças em função da escolaridade**

Ao nível da escolaridade, podemos observar no Quadro 17, após a análise de variância das dimensões do QCIIP, a existência de significância nos seguintes domínios: auto-realização e suporte social. Podemos verificar que as reclusas com o 1º ciclo e 3º ciclo são mais auto-realizadas do que as que têm o secundário e curso superior. Relativamente ao suporte social poderemos aperceber-nos que as mulheres com o 1º ciclo e 3º ciclo apresentam maiores índices relativos ao suporte social que as mulheres com o secundário sendo que as mulheres com o 2º ciclo também demonstram maiores que as do secundário e curso superior.

**Quadro 17**  
*Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função da escolaridade*

Escolaridade	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Curso Superior		Anova		
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	F	gl	p
Cooperação	84,8	9,9	87,8	6,4	86,3	9,5	84,0	10,8	81,0	16,3	0,98	4	0,42
Auto-Realização	52,5	6,0	51,0	6,7	53,5	4,6	48,7	6,8	47,2	7,9	2,86	4	0,03*
Auto-Estima	59,1	6,3	58,8	6,5	60,8	7,7	57,3	8,2	59,4	7,9	0,55	4	0,70
Suporte Social	50,7	6,9	51,4	5,6	50,6	6,8	45,0	6,81	45,7	15,5	2,77	4	0,03*
Assertividade	33,5	4,6	33,4	5,6	35,0	3,6	32,8	6,0	33,3	6,07	0,45	4	0,77
Empatia	27,9	4,1	29,1	3,0	30,2	2,6	28,8	4,3	30,2	3,9	1,71	4	0,15

\*  $p \leq 0,05$

LSD: **Auto-realização** – 1º Ciclo e 3º Ciclo > Secundário e Curso Superior; **Suporte Social** – 1º Ciclo e 3º Ciclo > Secundário; 2º Ciclo > Secundário e Curso Superior.

#### 4.4.3.3. Diferenças em função da naturalidade

Quando comparadas as competências sociais e pessoais em função da naturalidade (Quadro 18), constata-se que existem diferenças significativas em três domínios: auto-estima; suporte social e empatia. Assim, pode referir que as mulheres reclusas do norte, centro, sul e outros países apresentam mais auto-estima que as mulheres oriundas das ilhas. Ao nível do suporte social as reclusas do norte do país são as que apresentam maiores índices, comparativamente com as reclusas das ilhas e de outros países. Os índices de empatia são mais elevados nas mulheres naturais de outros países relativamente às reclusas do norte e relativamente às reclusas de outros países e sul evidenciarem mais empatia que as do centro.

Quadro 18

*Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função da naturalidade*

Distrito de Origem	Norte		Centro		Sul		Ilhas		Outros países		Anova		
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	F	gl	p
Cooperação	86,5	9,3	83,7	9,7	80,5	13,7	83,6	4,7	85,5	11,3	0,8	4	0,53
Auto-Realização	52,4	6,1	50,5	8,0	53,7	4,4	43,0	12,5	50,2	5,7	2,2	4	0,06
Auto-Estima	59,6	6,8	57,5	5,9	61,1	6,2	47,3	10,6	60,7	5,8	3,3	4	0,012*
Suporte Social	52,1	6,1	48,3	6,5	47,0	9,8	42,6	6,0	46,5	10,9	4,0	4	0,004*
Assertividade	33,6	5,0	32,4	5,3	35,4	3,7	31,6	3,5	33,6	5,6	0,6	4	0,69
Empatia	28,5	3,5	27,0	4,9	30,4	3,4	29,6	3,0	30,5	3,38	3,1	4	0,019*

\*  $p \leq 0,05$ .

LSD: **Auto-estima** – Norte, Centro, Sul e Outros Países> Ilhas; **Suporte Social** – Norte> Ilhas e Outros Países; **Empatia** – Outros Países> Norte e Sul e Outros países> Centro.

#### 4.4.3.4. Diferenças função da situação jurídica actual

No que diz respeito à situação jurídica actual (Quadro 19) verifica-se que as mulheres que se encontram em RAVE são mais auto-realizadas que as condenadas e preventivas e as mulheres que se encontram em RAVI são mais auto-realizadas que as preventivas.

**Quadro 19**  
*Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função da situação jurídica*

Situação Jurídica Actual	Condenada		Preventiva		RAVI		RAVE		Anova		
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	F	gl	p
Cooperação	85,5	10,0	83,8	11,1	87,2	6,1	90,2	9,7	0,75	4	0,53
Auto-Realização	51,2	6,5	50,1	6,9	55,0	4,9	57,2	3,1	2,89	4	0,03*
Auto-Estima	59,0	6,6	59,8	7,2	59,1	7,4	63,6	5,1	0,78	4	0,51
Suporte Social	50,3	7,4	48,0	10,5	51,4	5,5	51,6	6,6	0,76	4	0,52
Assertividade	33,5	5,0	32,9	5,8	33,6	5,2	35,6	3,8	0,39	4	0,76
Empatia	28,8	4,0	28,9	3,8	27,4	4,0	30,0	1,8	0,59	4	0,63

\*  $p \leq 0,05$ .

LSD: **Auto-Realização** – RAVE > Condenada e RAVE e RAVI > Preventiva.

#### 4.4.3.5. Diferenças em função do tipo de reclusão

Ao nível do tipo de reclusão (Quadro 20) poderemos verificar que só existem diferenças significativas ao nível da auto-realização, o que nos leva a concluir que as reclusas reincidentes são mais auto-realizadas que as primárias.

**Quadro 20**  
*Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função do tipo de reclusão*

Tipo de Reclusão	Primária		Reincidente		<i>t de Student</i>		
	M	DP	M	DP	t	gl	P
Cooperação	85,01	10,81	86,77	7,33	-0,90	129	0,37
Auto-Realização	50,79	6,97	53,52	4,89	-2,52	89,65 (a)	0,01*
Auto-Estima	59,08	7,19	60,22	5,48	-0,86	129	0,39
Suporte Social	49,89	8,39	50,17	7,14	-0,17	129	0,86
Assertividade	33,35	5,38	33,91	4,44	-0,57	129	0,57
Empatia	28,9	4,05	28,4	3,71	0,59	129	0,55

(a) Os graus de liberdade são diferentes dos apresentados para as outras dimensões porque para esta dimensão, de acordo com o resultado do *Teste de Levene para a Igualdade das Variâncias*, não foi aceite a hipótese nula.

\*  $p \leq 0,05$ .

#### 4.4.3.6. Diferenças em função do tipo de actividade exercida no EP

No que concerne ao desenvolvimento de competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das reclusas, segundo o tipo de actividade que exercem dentro do EP (Quadro 21), pode observar-se significância em três domínios concretos:

auto-realização, auto-estima e assertividade. As mulheres do Grupo A, Grupo C e Grupo D apresentam-se mais auto-realizadas que as do grupo B, E e F. Relativamente à auto-estima as mulheres dos grupos A, B, C, D e E apresentam maiores índices de auto-estima que as reclusas que se encontram em terapia ocupacional. Ao nível da assertividade verifica-se que o grupo A e C apresenta maior índice de assertividade que as reclusas do grupo F, sendo que as do grupo D também apresentam maior assertividade comparativamente com o grupo E e F.

### Quadro 21

*Comparação das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das mulheres reclusas em função do tipo de actividade exercida no EP*

Actividade Prisional	Grupo A		Grupo B		Grupo C		Grupo D		Grupo E		Grupo F		Anova		
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	F	gl	p
Cooperação	88,0	6,8	83,4	10,9	88,1	6,9	87,7	8,5	81,1	14,0	81,8	6,5	2,2	4	0,06
Auto-Realização	53,3	4,9	48,9	7,5	56,0	2,9	54,2	5,1	47,9	6,2	45,5	7,3	7,5	4	0,00*
Auto-Estima	59,7	6,1	57,8	8,6	60,6	5,5	61,1	6,2	59,9	4,9	51,6	4,0	2,6	4	0,03*
Suporte Social	51,7	6,0	48,9	9,3	51,5	5,2	50,8	7,7	47,5	9,8	47,5	7,8	1,1	4	0,39
Assertividade	34,1	4,6	32,9	6,0	35,0	3,9	34,8	4,4	32,0	5,6	28,6	2,1	2,3	4	0,04*
Empatia	29,8	3,0	29,0	4,5	28,4	2,9	29,1	3,2	26,8	5,3	28,5	2,6	1,6	4	0,2

Legenda: **Grupo A:** trabalho dentro do EP remunerado; **Grupo B:** trabalho dentro do EP não remunerado; **Grupo C:** trabalho no exterior remunerado; **Grupo D:** trabalho dentro do EP e actividade não remunerada; **Grupo E:** reclusas sem actividade; **Grupo F:** terapia ocupacional.

\*  $p \leq 0,05$

LSD: **Auto-Realização** – Grupo A, Grupo C e Grupo D > B, E e F; **Auto-Estima** – Grupos A, B, C, D e E > F; **Assertividade** – Grupo A e C > F e Grupo D > E e F.

#### 4.4.4. Estudo correlacional entre as dimensões do QCIIP e o nível de satisfação com a actividade prisional

Relativamente a este propósito utilizou-se uma Correlação de *Pearson* para averiguar o nível de associação entre estas duas variáveis. Verifica-se no estudo, segundo Pestana e Gageiro (2005) correlações baixas e positivas. É evidenciada uma significância ao nível das competências: cooperação, auto-realização e suporte. Podemos verificar que, quanto mais elevada é a satisfação das mulheres relativamente às actividades prisionais, melhores são as suas competências ao nível da cooperação, auto-realização e suporte social, como é evidenciado no Quadro 22.

**Quadro 22**  
*Correlação entre as competências intrapessoais, interpessoais e profissionais das reclusas e a satisfação relativa à actividade prisional*

Competências intrapessoais, interpessoais e profissionais	Satisfação relativa à actividade prisional	
	R de Pearson	P
Cooperação	0,22	0,00*
Auto-realização	0,28	0,00*
Auto-estima	-0,04	0,61
Suporte social	0,22	0,01*
Assertividade	0,11	0,19
Empatia	0,12	0,15
Total	0,23	0,00

\*  $p \leq 0,05$

#### 4.5. Discussão dos Resultados

Neste capítulo optamos por discutir os resultados à semelhança da apresentação dos mesmos, na tentativa de uma compreensão sequencial. Para tal, iremos primariamente discutir os resultados inerentes ao questionário sócio-demográfico, seguindo-se a discussão dos resultados relativos ao questionário de avaliação da motivação das reclusas ingressarem uma actividade prisional, após entrada no EP, terminando com a discussão dos dados do questionário de competências intrapessoais, interpessoais e profissionais (QCIIP) (Jardim & Pereira, 2005, citado em Jardim, 2007).

##### *Estudo descritivo das características da amostra*

No que diz respeito à descrição sócio-demográfica, tentaremos delinear um protótipo da mulher reclusa portuguesa, através dos resultados da análise, recorrendo a resultados de outros estudos científicos que nos permitam consolidar este protótipo.

Relativamente à idade, verificamos que a nossa amostra se concentra de uma forma mais consistente no intervalo entre os 31 e os 40 anos, o que nos permite concluir que estamos perante uma população maioritariamente jovem adulta. O resultado desta variável vai de encontro à maioria dos estudos realizados com a população reclusa feminina de uma forma global, nomeadamente o estudo de Rosangela Rita (2007) realizado no Brasil, onde se apresenta uma média de idade da população reclusa feminina de 36,6 anos, enquadrando também, a classe de idade com maior frequência do nosso estudo. Relativamente às estatísticas prisionais de 2008 em Portugal, apercebemo-nos que as reclusas se condensam no intervalo de 30 a 39 anos de idade, consolidando o que é demonstrado no presente estudo. Não poderemos descurar, através

da comparação das estatísticas entre 1999 e 2004, que é evidenciado um envelhecimento da média de idades de um ano o que reflecte um envelhecimento da população reclusa (Moreira, 2005).

A maioria das mulheres que constituem a amostra, são mães solteiras, restando uma mínima percentagem de mulheres que não tem filhos (16,8%). Este facto relativo ao estado civil vai de encontro aos dados preliminares de um estudo científico levado a o pelas autoras Fonseca, Matos e Manita (2008), onde nos apercebemos que, a maioria das mulheres reclusas, são solteiras ou vivem em união de facto. No que respeita à questão da maternidade, evidenciada na amostra, e relacionando com estudos levados a cabo por outros autores, verifica-se que, desde sempre, a história da mulher ofensora (não somente a portuguesa), é relacionada com a monoparentalidade (Carlen, 2007), apresentando, no respectivo perfil delineado da mesma, uma média de dois filhos (Rita, 2007).

Relativamente ao local onde se encontram as crianças, na sua maioria não se encontram com as progenitoras dentro do EP. Centrando-nos no contexto Português, podemos ainda referenciar, apesar de não termos afunilado essa questão na investigação, mas através de outros estudos, que para além de existir uma percentagem significativa da população com filhos fora do EP, 37% destes são menores (Fonseca, Matos & Manita, 2008). Poderemos colocar algumas questões explicativas para este facto. A primeira poderá cingir-se à idade estipulada para os filhos estarem com as progenitoras dentro do EP. Quando apresentam uma idade superior a três anos, a própria lei não permite que os menores se encontrem com as mães após completarem essa idade. Uma segunda situação poderá advir do facto de as mães não quererem que os seus filhos cresçam num ambiente institucional. Se por um lado o estabelecimento da vinculação da criança à mãe (Bowlby, 1990) se evidência no primeiro ano de vida do menor, devendo esta encontrar-se a seu lado, por outra perspectiva poderá existir de certa forma uma punição para a criança, das mães que idealizam que a presença dos filhos é uma ajuda para estas passarem o tempo. O foco, neste caso encontra-se na mãe e não nos filhos. Contudo, esta situação de verbalização de atenuar a penosidade do dia-a-dia, poderá ser uma distorção verbal, isto é, única forma linguística que têm de dizer o quanto significativo é a presença dos seus filhos, designação de carinho. O facto da população reclusa ser preponderantemente jovem adulta leva a uma fractura vivencial

de uma fase de vida extremamente importante bem como uma retaguarda familiar desestruturada ao nível do seu próprio agregado familiar e família alargada.

Na amostra estudada maioritariamente as mulheres são de nacionalidade portuguesa. Se fizermos uma comparação entre os resultados apresentados em diferentes anos apercebemo-nos de algumas mudanças neste campo específico. As estatísticas prisionais de 2004 em Portugal, revelaram fracções diferenciadas ao nível da população reclusa feminina, sendo que a população portuguesa destaca-se em maior número, e a estrangeira em menor. Contudo, é evidente um crescimento da população reclusa estrangeira (Moreira, 2005) em fases posteriores. No ano de 2003 o universo prisional feminino era constituído por 967 mulheres, sendo 213 mulheres estrangeiras (Seabra & Santos, 2006). Os autores Esteves e Malheiro em 2004 afirmam que, de uma forma globalizante, as mulheres reclusas portuguesas, sem se englobar as de etnia cigana, são em menor número que as estrangeiras, aspecto contraditório ao anteriormente verificado. O panorama observado em 2008 espelha uma maior percentagem de população reclusa estrangeira a um nível preventivo e ao nível da população condenada uma maior percentagem da população portuguesa, contudo, com uma propensão crescente ao nível da população estrangeira (DGSP, 2008b). Outro aspecto que poderá ter influenciado os dados referentes no presente estudo terá sido a recente revisão do Código Penal.

Relativamente à situação escolar, ainda é evidente um elevado número de mulheres iletradas, aspecto de salientar, uma vez que a educação como actividade prisional é uma forma de promover a aquisição de competências sociais e pessoais. É baixo o número de reclusas cujo objectivo de vida passa por um desenvolvimento a nível do percurso escolar. Como podemos verificar através de estudos realizados e apesar do trabalho árduo no sentido de motivar as reclusas a frequentarem a escola, o quadro é ténue, sendo que a marca mais incisiva é revelada por um número avultado de mulheres que nunca passaram pelos bancos da instituição escolar (15 mulheres na amostra). Relativamente ao maior índice de reclusas, que se encontra num nível de escolaridade até ao 4º ano vai de encontro aos resultados de Moreira (2005). Esta evolução, segundo Moreira (2005), deve-se a um aumento do número de reclusos que entram no sistema prisional com o 3º ano concluído. Nessas mesmas estatísticas verifica-se que a maior concentração no ano de escolaridade das reclusas, se concentra no primeiro ciclo. Opondo-se aos índices de analfabetismo, e com pouca diferença

percentual, verifica-se uma percentagem de mulheres a frequentar ou com o ensino universitário concluído, tanto na amostra estudada, como nas estatísticas gerais.

Como verificamos na descrição dos dados, a maioria da amostra é de raça caucasiana, seguindo-se a cigana e a negra. Devido à necessidade de interligarmos variáveis, poderemos levar hipóteses possíveis para o elevado número de pessoas que nunca estudou. Este aspecto poderá estar correlacionado com o número de mulheres de etnia cigana, uma vez que o objectivo da própria cultura não se centra na escolarização. Por sua vez, os nossos resultados não se encontram em conformidade com Esteves e Malheiros (2001) e Gonçalves e Lopes (2004) uma vez que é mencionado que as mulheres ciganas são em maior número que as caucasianas portuguesas. Contudo, na amostra quando nos referimos às caucasianas englobamos as estrangeiras, podendo este factor ser impeditivo de ir ao encontro dos dados apresentados pela literatura.

Os resultados analisados demonstram que a maioria das reclusas teria uma ocupação laboral anteriormente à entrada no EP. Contudo, 25 mulheres não apresentam qualquer tipo de actividade lícita exercida anteriormente ao aprisionamento, sendo o número apresentado avantajado na amostra estudada. O não exercício de uma actividade, encontra-se maioritariamente subjugado ao fenómeno da ociosidade constante (Barros, n.d.), bem como um consumo de substâncias psicotrópicas. Indo de encontro aos resultados apresentados pelo estudo de Madureira (2007), verifica-se que na maioria as reclusas desenvolviam actividades ligadas ao ramo do comércio e serviços de limpeza. O desemprego e as actividades precárias podem ser factores desencadeadores de uma maior propensão para o delito, devido aos baixos salários, necessidade de ajudar familiares, bem como a necessidade de aquisição das necessidades básicas.

Apesar de não ser uma diferença acentuada, é maioritário o número de reclusas que exercem uma actividade remunerada dentro do EP analogamente às que não desempenham uma actividade prisional não remunerada, aspecto reforçado por Moreira (2002) quanto à existência de um elevado número de pessoas que exercem uma actividade remunerada dentro do EP. O factor económico, ou melhor, a necessidade de aquisição de dinheiro, adquire uma grande ênfase neste meio, podendo derivar de vários factores explicativos. Um remete-nos para o facto de as reclusas terem dificuldades a nível financeiro, e não terem uma retaguarda familiar que as possa apoiar. Não

poderemos esquecer que as reclusas, dentro da instituição, é que angariam através do seu dinheiro, os bens que necessitam. Contudo, em situações em que as famílias têm possibilidades económicas poderá haver um depósito na conta corrente da reclusa para aquisição desses mesmos bens. Outro factor explicativo remete-nos para a situação das reclusas não quererem sobrecarregar a retaguarda familiar com mais despesas, trabalhando para se autosustentarem e para se sentirem úteis apesar da perda de liberdade. Não poderemos esquecer que existe um número de reclusas cujas famílias desconhecem a sua detenção, facto evidenciado primordialmente em reclusas estrangeiras (aspecto salientado durante o processo de recolha de dados), o que leva a que, por mais que as famílias possam ajudar economicamente, o que raramente se evidencia, não podem contar com esse apoio das mesmas devido à sua situação ser ocultada. Ainda relativamente às actividades remuneradas exercidas dentro do EP verifica-se um número igualitário de sujeitos que exercem serviços internos tanto a um nível de actividades fabris como ao nível do serviço de manutenção da própria instituição. Pensamos que o exercício de actividades fabris poderá levar a uma maior satisfação do sujeito uma vez, que na sua maioria o salário é mais avantajado, há um desenvolvimento de actividade em horário semelhante ao das actividades desenvolvidas no exterior, o que possibilita uma maior ocupação do dia, num espaço destinado a essa mesma actividade. Por outro lado pode levar a um maior contacto das reclusas de diversas alas, o que permite uma interacção interpessoal mais alargada, situação menos abundante quando as reclusas desempenham actividades ao nível da manutenção do EP, podendo trabalhar na mesma ala em que dormitam, o que não permite um desenvolvimento interacional com outras mulheres. Poderemos pensar que o desenvolvimento de actividades de manutenção do EP, não leva a que as mulheres adquiram formação profissional inovadora, em áreas diferenciadas, que lhes permitam após saída em liberdade procurarem trabalho em actividades semelhantes. O trabalho fabril e algumas actividades não remuneradas, como o caso das artes plásticas e teatro, tornam-se extremamente enriquecedores uma vez que permitem a aquisição de novas competências, novos conhecimentos, combate à ociosidade, podendo sair do EP com carta de recomendação da empresa, o que é extremamente louvável e gratificante para as reclusas. Contudo, segundo um estudo levado a cabo pelas autoras Matos e Machado (2003) espelhando-se na nossa amostra, verificamos um elevado índice de reclusas que não exerce qualquer actividade prisional dentro do EP. Sendo que em alguns casos evidenciam a falta de vontade individual no exercício de actividades. Não poderemos

descurar a organização do estabelecimento, no sentido de flexibilizar horários que permitam às reclusas desempenharem uma actividade remunerada conciliando o desempenho com actividades não remuneradas. É importantíssimo a reeducação do sujeito que também passa pela escolarização dos mesmos. A criação de objectivos de vida é essencial para as reclusas, no sentido de as reinserir na sociedade. Por outro lado, o exercício de actividades não remuneradas leva a que a reclusa desenvolva uma preocupação com a sua saúde, bem-estar, bem como um interesse por desenvolver actividades diferentes ou ensinar as suas sabedorias a outras mulheres, como é o caso das artes plásticas. De acordo com o Moreira (2002), relativamente às questões do ensino, verifica-se que, de uma forma global, mais de um quarto de reclusas frequenta o ensino, sendo que na nossa amostra a escolaridade é aglomerada às actividades que não são remuneradas.

Na amostra estudada verificamos que a nossa população é maioritariamente condenada, aspecto que vai de encontro ao apresentado nas cifras trimestrais de 2008 pela DGSP (2008b) bem como pelo autor Moreira (2005) em cifras de anos anteriores.

Relativamente ao tipo de reclusão a população primária diferencia-se quantitativamente da reincidente, sendo o universo prisional constituído, maioritariamente, por reclusas primárias e reclusos, facto já demonstrado anteriormente pelo autor Rui Abrunhosa Gonçalves (2002). Não se distanciando do panorama geral, na nossa amostra os principais delitos centram-se no tráfico de estupefacientes e crimes contra o património. Esta tipologia de delito poderá estar relacionada com as necessidades relativas às adições, bem como as necessidades de ordem financeira, falta de empreendedorismo no delineamento de objectivos de vida, e de um emprego estável, tornando-se a vertente criminal uma forma fácil de alcançar objectivos de sobrevivência. Não poderemos descurar que os toxicodependentes preenchem o seu dia de uma forma centralizada na sua adição. A procura do produto, a constante indagação de meios para atingir os seus fins, leva a uma ocupação diária delineada para o consumo.

Os anos de pena são bastante variáveis, concentrando-se em penas entre os três e os seis anos. A sobrelotação evidenciada em certos EP poderá correlacionar-se com os anos de pena que as reclusas têm de cumprir, sem nos esquecermos de todos os outros aspectos que também poderão influenciar essa mesma sobrelotação. Deixamos também

no ar a perspectiva de alguns estudos ainda em desenvolvimento, que nos alertam para a situação de um juiz ser um ser humano, que pode errar e cometer certas lacunas relativamente às penas juradas.

A última variável questionada neste ponto refere-se às visitas que as reclusas recebem no EP. Na sua maioria as mulheres recebem visitas todos os fins-de-semana ou de 15 em 15 dias. É muito importante para estas sentirem-se apoiadas pelos familiares ou figuras securizantes, apresentando esta falta de apoio total ou presencial uma elevada angústia nos sujeitos. De salientar que esta angústia, debilita o sujeito, podendo este não estar focalizado para a respectiva aquisição de competências sociais e pessoais, o que por sua vez pode ressentir-se na posterior reinserção social.

***Estudo descritivo das motivações para ingresso em actividades prisionais e do nível de satisfação com essas actividades***

No que diz respeito às razões ou motivações que levaram as reclusas ingressarem uma actividade dentro da instituição, verificamos que a necessidade de ocupação temporal é a primeira motivação mencionada por estas. Este facto poderá prender-se com a questão que a própria perda de liberdade e a adaptação ao sistema prisional são situações complicadas de gerir, tanto a nível emocional, físico como temporal. Segundo os dados da investigação do autor José Moreira (1994, citado em Almeida et al., 2003) apercebemo-nos que o desempenho que os reclusos depositam no desenvolvimento de uma actividade relaciona-se com a necessidade de ocupar o tempo dentro da instituição e transparecer uma imagem positiva de si, estabelecendo uma relação de certa forma oportunista no que se refere às saídas precárias e liberdades condicionais.

Noutra vertente o pagamento mensal depositado numa “conta bancária”, poderá ser um aspecto de extrema importância para o recluso, funcionando como um voto de confiança para este, e proporcionando conseqüentemente um início de uma vida lícita (Barros, n.d.). Apesar de ainda existir um foco direccionado para estas motivações, ocupação temporal, dificuldades de ordem económica e benefícios no processo penal, é interessante apercebermo-nos que as reclusas apresentam outros focos motivacionais. Uma vez que o EP tem regras rígidas a serem cumpridas, e pelos que nos podemos aperceber no período destinado à recolha de dados, é de notificar que as “questões

“pessoais” poderão remeter para um ludibriar do sistema, nomeadamente por parte de casais homossexuais, aspecto referido pelas reclusas que mencionam a opção. Não é permitido a demonstração de afecto de forma explícita por parte de casais homossexuais dentro do EP, o que leva a que o desempenho de actividades prisionais iguais, permita uma presença física maior no mesmo espaço. A motivação “Para concluir os estudos” e “Para aprender” é verdadeiramente importante neste contexto, devido a que, como já mencionado, a reeducação leva a uma aquisição de competências sociais imprescindíveis para a reinserção social. Esta, tão mencionada pelas reclusas como factor principal a um nível verbal, na prática fica descorada quando comparada com situações imediatas, de necessidades vivenciais do aqui e do agora, como é por exemplo, a necessidade económica. Este facto reflecte-se no reduzido número de pessoas que referem “Manter a forma” como primeira opção.

A satisfação laboral é uma variável de difícil medição. Os sujeitos detidos, quando perdem a liberdade, encontram-se, quase sempre, insatisfeitos, perante todos os estímulos que a própria institucionalização proporciona, o que pode ser um factor explicativo para o elevado número de sujeitos que não respondem a este item. Contudo, no estudo, tentou-se medir o mais fielmente possível a satisfação que as reclusas possam ter através do exercício de uma actividade. Esta satisfação poderá ser observada como uma satisfação situacional, comparada com o quotidiano vivencial, uma vez que as actividades ocupam temporalmente uma grande parte do dia das reclusas. Apesar deste aspecto, é demonstrado no estudo, no que diz respeito à actividade prisional, que a maioria das mulheres responde de forma satisfatória (variando esta de um pouco a totalmente) comparativamente com o menor número de respostas no espectro da insatisfação ou neutralidade. Estes itens podem encontrar-se relacionados directamente com a remuneração adquirida bem como a continuidade no desenvolvimento de actividades que exerciam no exterior e que lhes dariam prazer ou através do desenvolvimento de actividades que nunca exerceram e nunca pensariam exercer, por se sentirem incapazes de as realizar. O estímulo que os técnicos proporcionam às reclusas, dentro da instituição, através do desempenho de actividades novas, poderá levar a um maior grau de satisfação. Não poderemos descurar as reclusas que se encontram em Regimes Abertos, uma vez que a satisfação sentida por estas poderá ser, em maior grau, devido a uma maior liberdade na realização de tarefas, gestão independente de vida, dentro das regras impostas ao nível do EP. Relativamente aos 29% que referem que não

seria esta a actividade que gostariam de desenvolver, poder-se-á enveredar numa linha de pensamento que nos remete para os baixos rendimentos obtidos em certas actividades prisionais. Segundo o estudo realizado por Dantas (2004), muitas das reclusas referem que se sentem exploradas e escravizadas dentro do EP. Contudo, as relações interpessoais no seio da actividade desenvolvida, também poderão ser um factor explicativo da elevada percentagens demonstrada.

### *Estudo diferencial das competências intrapessoais, interpessoais e profissionais*

Quando procedemos à análise dos resultados, na amostra verificamos um elevado índice ao nível das competências. Este facto poderá advir no seguimento de estudos que referenciam que o exercício das actividades ocupacionais permitem desenvolver competências intrapessoais, interpessoais e profissionais salientadas de uma forma mais evidente ao nível da cooperação, suporte social, empatia e auto-realização (Correia, 2003). Outros autores, nomeadamente Barros (n.d.) e Rocha (2007), realçam o facto das actividades ocupacionais permitirem o desenvolvimento da auto-estima. Podemos aperceber-nos que as actividades prisionais desenvolvem competências, sendo que os autores Webster (1997) e Almeida e colaboradores (2003) de uma forma globalizante referem que as actividades laborais privilegiam o desenvolvimento de competências, especificamente sociais, como talvez nenhuma outra actividade.

Relativamente aos dados obtidos ao nível do estado civil, as divorciadas, casadas e solteiras desenvolvem mais empatia, e de acordo com o autor Jardim (2007) este aspecto poderá aflorar devido a uma possibilidade de maior habilidade de compreensão das reacções emocionais de terceiros, por estas. O grupo das viúvas é aquele que apresenta menores índices ao nível da empatia. A compreensão do outro poderá não ser o único fenómeno explicativo desta situação, podendo as variáveis intrínsecas a estas mulheres contribuírem para os resultados obtidos.

No que se relaciona com a escolaridade, variáveis directamente relacionada com as actividades prisionais desenvolvidas dentro do EP, verificamos que os níveis de escolaridades mais baixos (1º ciclo, 2º ciclo e mesmo 3º Ciclo) apresentam maiores índices nos domínios da auto-realização e suporte social. Uma possível justificação para tais dados poderá advir do facto das reclusas que ingressam níveis de escolarização mais baixos se poderem sentir mais realizadas devido à aquisição de novos conteúdos que no exterior poderiam não estar ao seu alcance, nomeadamente no que diz respeito à comunidade cigana. A instituição proporciona o acompanhamento e a evolução escolar

para reclusas que demonstrem tal desejabilidade, sendo um forte incentivo no processo de realização. Contudo, o próprio sistema prisional não se encontra preparado para o acompanhamento de mulheres com níveis de ensino mais elevados. Estas poderão encontrar-se menos satisfeitas uma vez que a própria evolução académica torna-se estanque. Por outro lado, um dos aspectos que poderá surgir, principalmente ao nível do suporte social, será um estigma familiar mais elevado em famílias detentoras de maior possibilidade económica, uma vez que a maioria poderá não apresentar índice de criminalidade no seio familiar, podendo levar a um corte relacional parcial ou total. No caso da etnia cigana e uma vez que se encontra no próprio estabelecimento uma vasta ramificação familiar, pode ser um aspecto que facilita a existência de um maior suporte social.

Ao nível da naturalidade, e relativamente à auto-estima, um dos aspectos que poderá estar por de trás das mulheres do norte, centro, sul e outros países apresentarem uma maior auto-estima que as reclusas das regiões autónomas, pode estar relacionado com a avaliação afectiva do próprio sujeito (Mruk, 1999, citado em Jardim, 2007). Contudo, este fenómeno apresentado também poderá advir da reduzida representação de mulheres das regiões autónomas na amostra, o que poderá não espelhar verdadeiramente a realidade. Relativamente ao suporte social pensamos que as mulheres do Norte poderão desenvolver mais competências neste aspecto do que as mulheres das ilhas e dos outros países, devido a uma aparente facilidade de receberem visitas de familiares ou pessoas significativas, o que contribui exponencialmente para a sensação de apoio. Contudo, este sentimento poderá não advir somente do apoio externo mas do sentimento de pertença dentro da própria instituição. A empatia, com maior índice nas mulheres estrangeiras e nas do sul, poderá fazer-se sentir devido à maior proximidade demonstrada por estas no quotidiano vivencial (primordialmente nas mulheres estrangeiras), evidenciando mais sentimentos de compaixão, preocupação e simpatia no seio do grupo sendo a própria linguagem um meio de aproximação (Hofman, 2000). O próprio sistema prisional não se encontra flexibilizado nem preparado para acolher mulheres estrangeiras, que não falem a nossa língua materna, o que complica todo o processo de adaptação e apreensão de regras institucionais, bem como o acompanhamento individual nas consultas de várias especialidades, ressentindo-se de forma evidente na de psicologia. Estes factores podem estar na base de uma maior empatia entre reclusas que têm um aspecto em comum, não falarem Português.

A situação jurídica apresenta-se como uma variável significativa na aquisição de competências relativas à auto-realização. As reclusas que se encontram em RAVE desenvolvem mais esta competência, podendo este facto estar interligado com o cariz do seu quotidiano vivencial se desenvolver maioritariamente fora da instituição, apresentando uma grande autonomia comparativamente com as outras reclusas. Quando se encontram em RAVE as mulheres trabalham fora do EP, indo para os locais de trabalho sem o acompanhamento de nenhum guarda prisional, o que não acontece quando se encontram em RAVI, regressando à instituição para pernoitar. Este facto permite uma maior aproximação entre a vida intramuros e extramuros, sendo uma etapa que todas as reclusas anseiam atingir. Contudo, este será um período de grande ansiedade, pois encontram-se no término de cumprimento de pena, ou seja, a contagem decrescente é árdua, como as próprias manifestam, existindo necessidades antecipatórias a serem trabalhadas, como a reinserção social de uma forma mais pró-activa. As mulheres preventivas, encontram num período ténue, fase de adaptação ao sistema prisional, verificando-se uma exteriorização mais saliente relativa a sentimentos de revolta. A necessidade de adaptação às regras institucionais bem como a resolução das situações jurídicas tornam-se os seus focos atencionais, o que não permite que desenvolvam competências de auto-realização muitas vezes pelo não desenvolvimento de actividades prisionais. Poderá ser nesta base que os regimes abertos voltados para o interior patenteiam um índice mais elevado de auto-realização analogamente à população preventiva da amostra.

No que concerne ao tipo de reclusão, verifica-se que as mulheres reincidentes são mais auto-realizadas que as primárias, aspecto que poderá estar relacionado com uma melhor integração e adaptação das reclusas ao próprio sistema prisional, podendo usufruir de forma mais activa das actividades que o EP lhes proporciona. Por outro lado, as reclusas reincidentes apresentam maiores características manipulativas, o que poderá incutir nas mesmas, sentimentos de auto-realização.

A actividade exercida dentro do EP, demonstra diferenças significativas inter-grupos ao nível da auto-realização, auto-estima e assertividade. De acordo com Parente (2006), o exercício de uma actividade proporciona uma reeducação dos sujeitos, facilitando consequentemente a socialização e o desenvolvimento das competências sociais e pessoais dos mesmos.

No seguimento do que se tem verificado ao longo do estudo, as actividades prisionais podem ajudar de uma forma positiva à aquisição de competências necessárias à reinserção social. Contudo, não podemos assumir, que esta variável isolada seja a única que proporciona uma melhor reinserção social. Todas as variáveis anteriormente analisadas são importantes, nomeadamente a situação jurídica, evidenciado pelo facto de que as mulheres que desenvolvem uma actividade e se encontram em Regimes Abertos Voltados para o Exterior desenvolvem mais competências. Podem existir diversos aspectos que influenciam positiva ou negativamente a aquisição de competências. Dentro do EP a remuneração poderá ser um elevado incentivo para o desenvolvimento motivacional das reclusas, podendo afectar directa ou indirectamente a aquisição de competências, podendo este facto ser reforçado com os resultados obtidos na auto-realização e assertividade, em que os grupos em que há uma remuneração apresentam maiores índices, há excepção do grupo F, que apesar de haver uma remuneração apresenta inúmeras particularidades.

Outro aspecto de importante examinação, prende-se com o facto de arquitectónicamente, o espaço que as mulheres de Regimes Abertos partilham é diferenciado das restantes reclusas. Este espaço é comum, evidenciando-se uma maior liberdade de movimentação bem como uma vigilância menos reforçada nestes regimes. A maior liberdade de movimentação possibilita um maior contacto interpessoal com profissionais da instituição e com outras pessoas, que como as reclusas as designam, “com pensamento de não recluso”. Este aspecto pode ser fundamental para a aquisição de competências, podendo orientar para novas linhas de pensamento e novos objectivos a delinear. Numa análise intragrupal, quando as reclusas desempenham actividades dentro do espaço onde dormitam (caso das fascinas de ala), pode levar a que tenham uma menor auto-realização, auto-estima e assertividade. As mulheres preventivas devido ao período de adaptação ao sistema, canalizam a sua atenção ao nível do processo penal o que pode provocar uma menor realização nas actividades que exercem. Por outro lado, a constante desconfiança instalada poderá levar a uma menor cooperação com outras mulheres, bem como uma menor assertividade devido à angústia e revolta sentidas.

Relativamente ao grupo da terapia ocupacional, partimos de uma base inicial que as médias das competências seriam menores quando comparadas com os outros grupos, uma vez que o grupo é heterogéneo apresentando inúmeras dificuldades num plano

comportamental e psicológico bem como o aspecto de ser constituído por um reduzido número de sujeitos. Contudo, a decisão de inclusão do grupo relaciona-se com a pertinente análise de resultados, uma vez que a delimitação do próprio grupo é recente, permitindo à equipa multidisciplinar que trabalha directamente com os seus elementos uma percepção do trabalho desenvolvido. Apesar de o grupo patentear um baixo nível de auto-estima, poderá ser um dado relevante para a equipa multidisciplinar que acompanha estas mulheres, no sentido de ser um ponto fulcral no trabalho da mesma equipa.

## **Conclusão Geral**

É importante alinharmos todos os resultados de modo a observarmos o produto final depois de termos trabalhado o seu “bruto”. Teremos de ter em conta, de uma forma generalista, que hoje em dia o trabalho não poderá ser o único aspecto delineado no que concerne à adaptação do recluso ao cumprimento de pena, uma vez que nem todos os reclusos têm a oportunidade de ingressar numa actividade prisional, devido a alguns EP evidenciarem uma sobrelotação incontrolável (apesar de não ser o caso do EPESCB concretamente). Nesta vertente observacional, apercebemo-nos que o trabalho é uma fonte de equilíbrio psicológico para os reclusos. A permanência continuada em inactividade durante largos períodos temporais leva a um acentuar de sentimentos de auto-depreciação, quebra de auto-estima, solidão, isolamento, clivagem com a realidade e perturbações do foro psicossomático ou psiquiátrico, bem como de sedentariedade, e eventuais tentativas de auto e hetero agressões, em casos mais extremos o suicídio. Poderemos concluir que o trabalho, formação, aperfeiçoamento ao nível profissional e actividades terapêuticas realizadas no EP delineiam-se no sentido de criar, manter, desenvolver e dotar o recluso de capacidades para a realização de actividades que, posteriormente, possam levá-lo a retirar lucros económicos da mesma, facilitando, conseqüentemente a reinserção social (Coutinho-Pereira et al., 2002). As actividades acarretam uma extrema importância no desenvolvimento pessoal, não só na aquisição de competências técnicas mas, primordialmente, no adquirir-se competências sociais e pessoais bem como o desenvolvimento de hábitos de trabalho e aptidões até ao momento ocultadas (Coutinho-Pereira et al., 2002).

O EPESCB, surgindo de um projecto-piloto, tenta proporcionar às reclusas que se encontram neste estabelecimento condições penitenciárias “especiais”, permitindo que

todas desenvolvam actividades prisionais. Por outro lado há uma procura constante em proporcionar às reclusas um contacto com pessoas externas de diferentes áreas, o que proporciona uma aquisição de conhecimentos e um desenvolvimento de relações interpessoais situacionais alargadas. Alguns profissionais dentro da instituição trabalham no sentido de proporcionar a realização de *workshops* sobre as mais variadas temáticas, incentivando a uma maior satisfação, permitindo um combate à ociosidade. O combate à ociosidade é um aspecto fulcral, uma vez que está directamente relacionado com a criminalidade (Barros, n.d.).

Torna-se importante um trabalho contínuo após entrada da reclusa no EP, não se valorizando somente esse trabalho numa fase inicial de adaptação ao sistema. É necessário trabalhar-se necessidades e motivações a longo prazo para que seja possível uma melhor reinserção social. A reinserção social é a meta final mais importante, contudo, nem sempre atingível. A população reclusa primária, com um elevado peso percentual na amostra estudada, pode também ter necessidade de ser um dos focos atencionais. Esta falha pode demonstrar que não existe somente uma lacuna a nível da reinserção social após entrada nos estabelecimentos, mas características do próprio meio que impossibilitam a aquisição de competências sociais, pessoais e profissionais levando os sujeitos a delinquir.

Quando nos centramos no presente estudo, verificamos que este apresenta algumas limitações, sendo uma destas, o facto de um grande número de reclusas ser iletradas, o que não permite uma compreensão totalitária quando são abordadas as competências intrapessoais, interpessoais e profissionais. Apesar de um elevado esforço na explicação da definição de cada item correspondente a cada competência, as mesmas poderão não ter sido compreendidas na sua totalidade. Outra das limitações verificadas remete-nos para o próprio questionário utilizado. Neste ambiente concretamente, onde o comportamento pode trazer benefícios a nível do processo penal, as mulheres não dão respostas com as quais se possam prejudicar no seu entendimento. Mesmo depois de explicado que estes resultados não as beneficiam no bom nem no mau sentido no seu processo penal. Contudo, a distorção cognitiva, os pré(conceitos) existentes são dificilmente fragmentados no sentido de serem compreendidos. Este facto pode evidenciar-se em algumas questões de uma forma mais evidente, como por exemplo nas dimensões da cooperação, auto-estima e empatia. Em estudos posteriores, será

necessária realização de análise semântica dos itens para melhor compreensão dos mesmos.

Antes de findar o estudo, será importante salientar a importância de uma investigação comparativa entre géneros verificando simultaneamente se outras tipologias de actividades prisionais influenciam a aquisição de competências sociais e pessoais. É imprescindível perceber até que ponto as diferentes actividades poderão facultar competências profissionais, no sentido de uma diminuição da ociosidade e consequente aumento de actividade após nova aquisição de liberdade. Este futuro tópico investigacional, poderia facilitar a percepção do sistema prisional, implementando-se novas actividades, mais facilitadoras de aquisição de competências sociais e prisionais nos diversos Estabelecimentos Prisionais.

É de louvar todo o trabalho desenvolvido pelo EP, devido a possibilitar às reclusas um desenvolvimento pessoal, social e profissional em várias dimensões. Contudo, uma vez que é extremamente recente, há sempre aspectos a serem moldados. A formação profissional, poderia ser um aspecto a realçar e trabalhar no sentido de uma maior adesão por parte das reclusas. A formação permite a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, que deveriam abranger áreas de trabalho preferenciais das mulheres ou que estas, tivessem perspectivas de um futuro emprego.

Ao nível de reclusas que se encontram em Regimes Abertos seria prudente desenvolver um trabalho através da instituição e da DGSP, no sentido de criar laços com empresas que assegurem postos de trabalho após as reclusas saírem em liberdade. Este aspecto, apesar de utópico, seria extremamente necessário para uma coesa reinserção social.

## Referências Bibliográficas

- Agra, C. (1998). *Entre droga e crime: Actores, espaços, trajetórias*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Almeida, J.; Duarte, M.; Fernando, P.; Sousa, F. & Abreu, P. (2003). A Reinserção Social dos Reclusos: Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional. *Observatório Permanente da Justiça Portuguesa: Centro de Estudos Sociais*.
- Assis, S. & Avanci, J. (2004). *Labirinto de espelhos – Formação da auto-estima na infância e na adolescência*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Ballone, G. (2005). *Criminologia*. Retirado em 5 de Outubro, 2007, de <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=26&sec=78>.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: The Exercise of Control*. New York: W. H. Freeman and Company.
- Barros, A. (n.d.). *Relato de Experiência: Educação e Trabalho – Instrumentos de Ressocialização e Reinserção Social*. Retirado em 25 de Janeiro, 2008, de <http://www.educacaonacional.com.br/include/download.php?arquivo=/home/educacaonacional.com.br/www/arquivos/biblioteca/1934/RNE00640.pdf>.
- Beleza, M. (1990). *Mulheres, Direito, Crime ou A Perplexidade de Cassandra*, dissertação para doutoramento apresentada à faculdade de Direito de Lisboa.
- Bensalah, T. (2006). *Theatre of the Oppressed & Feminism*. Retirado em 14 de Maio, 2008, de <http://www.theatreoftheoppressed.org/uploads//UNDER%20PRESSUREvolume%2025%20-%20October%202006.pdf>.
- Bernardino, O. (2003). *Suporte Social e Promoção do Sucesso Académico em Contexto Universitário*, dissertação para mestrado apresentada à Universidade de Aveiro.
- Bowlby, J. (1990). *Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.

- Branco, M. (1998). Desemprego Persistente e Dualização Social: Contribuição para a Definição de um Conceito de Desenvolvimento Socialmente Sustentável. *Estudos de Economia*, 3(18), 307-327.
- Browne, K. (2001). *Trabalhos Divididos – Uma Perspectiva Evolutiva das Mulheres no Trabalho*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Byrne, M. & Howells, K. (2000). *Key Issues in the Provision of Correctional Services of Women*. Retirado em 6 de Novembro, 2007, de <http://64.233.179.104/scholar?hl=pt-PT&lr=&q=cache:sTHbpTF8RpYJ:www.aic.gov.au/conferences/womencorrections/byrnhowe.pdf+key+issues+in+the+provision+of+correctional+services+of+women>.
- Caballo, V. (1993). *Manual de evaluación y entrenamiento de las habilidades sociales*. Madrid: Siglo XXI.
- Caballo, V. & Iurrtia, M. (2004). Treinamento em Habilidades Sociais. In P. Knap et al., (Coords.), *Terapia Cognitiva – Comportamental na Prática Psiquiátrica* (pp. 454-467). São Paulo: Artmed Editora.
- Cardoso, J. (2003). Processo criminal e mulher – uma perspectiva comparada. In A. Toscano & S. Godslan (Orgs.), *Mulheres más* (pp. 393-407). Porto: Fundação Universidade Fernando Pessoa.
- Carlen, P. (2007). A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração. *Análise social*, 185, 1005-1019.
- Chies, L. (2005). Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. *Sociologias*, 13.
- Coelho, C. & Palha, A. (2006). *Treino de habilidades sociais aplicado a doentes com esquizofrenia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Correia, A. (2003). Teatro fora dos Teatros – Arte Dramática na Prisão, no Jardim e no Bairro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, 55-73.

- Coutinho-Pereira, A.; Silva, A., & Correia, O. (2002). Microglobalização: O Trabalho em Meio Prisional - Sua Importância para a Saúde Mental. *Revista de Psiquiatria*, 1-2, 24-34.
- Cunha, M. (n.d.). *A Prisão feminina como “ilha de Lesbos” e “escola do crime”*: Discursos, representações e práticas. Retirado em 31 de Outubro, 2007, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/dspace/bitstream/1822/5248/3/A%20pris%c3%a3o%20como%20ilha.pdf>.
- Cunha, M. (2002). *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- Cunha, M. (2003). O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira. *Retóricas sem fronteiras*, I, 101-109.
- Cunha, M. (2006). *A reclusão segundo o género: Os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade*. Retirado em 6 de Novembro, 2007, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5246/3/A%20pris%c3%a3o%20segundo%20o%20g%c3%a9nero.pdf>.
- Cury, A. (2006). *Superando o cárcere da emoção*. São Paulo: Academia de Inteligência.
- Dantas, D. (2004). Está alguém aí fora? – Reflexões sobre o trabalho oficial na prisão. *Temas penitenciários*, 1-2, 71-78.
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (2000). *Execução das Medidas Privativas de Liberdade*. Ministério da Justiça.
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (2005). Proposta de estratégia de intervenção do serviço de educação e ensino do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, não publicado.
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (2008a). *Bolsa de Trabalho*. Retirado em 26 de Abril, 2008, de <http://www.dgsp.mj.pt/>.
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (2008b). *Estatísticas 2008*. Retirado em 10 de Outubro, 2008, de <http://www.dgsp.mj.pt/>.

- Estanque, E. (2005). *Classes, precaridades e ressentimento: Mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais*. Retirado em 4 de Dezembro, 2007, de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/238/238.pdf>.
- Esteves, A. & Malheiros, J. (2001). Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas. In M. Pinheiro, L. Baptista & M. Vaz (Orgs.), *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta Editora.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Freire, J. (2002). *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*. Porto: Edições Afrontamento.
- Freud, S. (2001). O Princípio do Prazer e o Princípio da Realidade. In S. Freud (Ed.), *Textos Essenciais da Psicanálise – A Estrutura da Personalidade Psíquica e a Psicopatologia* (pp. 95-106) Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Fonseca, C.; Matos, R., & Manita, C. (2008). A reclusão feminina no contexto português. In Fonseca, C.; Matos, R., & Manita, C.. *Jornadas de Psicologia Clínica – Psicologia Forense e da Transgressão* (Jornadas).
- Goffman, E. (1999). *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Goleman, D. (1996). *Inteligência Emocional*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gomes, C.; Duarte, M., & Almeida, J. (n.d.). Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português. In *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas Reflexividade e Acção, Atelier: Direito, Crimes e Dependências (Actas)*, 27-34.
- Gonçalves, R. A (1999). *Psicopatía e processos adaptativos à prisão*. Braga: Centro de Estudos e Investigação em Psicologia da Universidade do Minho.
- Gonçalves, R. (2002). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, R. & Lopes, M. (2004). Mulheres na prisão... Percursos em Família. *Polícia e Justiça: Família, Violência e Crime*, III, 153-168.

- Grint, K. (1998). *Sociologia do Trabalho*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Guerra, M. & Lima, L. (2005). *Intervenção Psicológica em Grupos em Contextos de Saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Hatch, A. & Faith, K. (1990). The Female Offender in Canada: A Statistical Profile. *Canadian Journal of Women and the Law – Revue Juridique La Femme et le Droit*, 2 (3), 432-456.
- Heath, D. (1977). *Maturity and competence: A transcultural view*. New York: Gardner Press.
- Hoffman, M. (2000). *Empathy and moral development – implications for caring and justice*. New York: Cambridge University Press.
- Homans, G.(1992). *The Human Group*. New York: Harcourt Brace.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (n.d.). *Classificação Nacional de Profissões – CNP*. Retirado em 30 de Julho, 2008, de <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Paginas/CNP.aspx>.
- Islam-Zwart, K. & Vik, P. (2004). Female adjustment incarceration as influenced by sexual assault history. *Criminal Justice and Behavior*, 5 (31), 521-541.
- Jardim, J. (2003). Desenvolvimento de competências intra-interpessoais e profissionais no jovem adulto. In P. Santos (Org.). *Temas Candentes em Psicologia do Desenvolvimento* (pp. 313-322). Lisboa: Climepsi Editora.
- Jardim, J. & Pereira, A. (2006). *Competências Pessoais e Sociais: Guia Prático para a Mudança Positiva*. Porto: ASA.
- Jardim, M. (2007). *Programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais: Estudo para a promoção do sucesso académico*, dissertação de doutoramento apresentado à Universidade de Aveiro, não publicado.
- Laporte, D. & Sévigny, L. (2006). *A auto-estima dos 6 aos 12 anos – Crescer & Viver*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Lefebvre, H. (1979). *O Marxismo*. São Paulo: Difel.

- Lima, A. (2004). *Abandono Aprendido Estudo Exploratório em Estabelecimentos Prisionais do Norte do País*. [Monografia]. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Lorvellec, S. (1997). Le Travail el Peine. *Revue Pénitentiaire et de Droit Penal*, 3, 207.
- Lourenço, N. & Lisboa, M. (2000). Dez anos de criminalidade em Portugal. In M. Martins, *Crime e Castigo* (pp. 19-34). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Luzia, C. (2008). *Código Penal*. Coimbra: Edições Almedina.
- Madureira, C. (2007). *Especificidades do Meio Prisional e Agentes de (Dês) Adaptação à Prisão: “Uma Visão no Feminino...”*. [Monografia]. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns - Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Almedina.
- Matos, R. & Machado, C. (2003). Criminalidade feminina em Portugal: Caracterização das jovens mulheres detidas em estabelecimentos prisionais portugueses. In A. Toscano & S. Godsland (Orgs.), *Mulheres más* (pp.313-331). Porto: Fundação Universidade Fernando Pessoa.
- Méda, D. (1999). *O Trabalho: Um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Moreira, J. J. S. (2002). Estatísticas Prisionais 2001. *Temas Penitenciários*, 8-9, 63-92.
- Moreira, J.J.S. (2005). Estatísticas Prisionais 2004. *Temas Penitenciários*, 1-2, 89-122.
- Muncie, J. & Wetherell, M. (1999). Family policy and political discourse. In J. Muncie, M. Wetherell, M. Langan, R. Dallos & A. Cochrane (Eds.), *Understanding the family* (pp.39-80). London: Sage Publications.
- Murta, S. (2005). Aplicações do Treinamento em Habilidades Sociais: Análise da Produção Nacional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18 (2), 283 – 291.

- Musitu, G. & Cava, M. (2000). *Potencia de la autoestima en la escuela – Programa Galatea*. Barcelona: Paidós.
- Neves, A. (1998). *Motivação para o Trabalho*. Lisboa: Editora RH.
- Neves, A. & Gonçalves, R. (2008). Necessidades Criminógenas e risco de reincidências criminal.... In Neves, A. & Gonçalves, R.. *Jornadas de Psicologia Clínica – Psicologia Forense e da Transgressão* (Jornadas).
- Norland, S. & Shover, N. (1977). Gender Roles and Female Criminality. *Criminology*, 1(15), 87-104.
- Otero, M.; Poupart, J., & Spielvogel, M. (2004). *Sortir et s'en sortir: La montée de la norme d'autonomie dans les trajectoires de retour à la communauté des «ex-détenus»*. Retirado em 30 de Julho, 2008, de [http://books.google.pt/books?id=Rcm-S2QYC4AC&pg=PT80&lpg=PT80&dq=Otero,+Poupart+e+Spielvogel+-+«La+montée+de+la+norme+d'autonomie+dans+les+trajectoires+de+retour+à+la+communauté+des+«ex-détenus»&source=web&ots=iERDvM2jBN&sig=7GCUOUWFTYjHINR49V6EZX11vKk&hl=pt-PT&sa=X&oi=book\\_result&resnum=4&ct=result#PPT19,M1](http://books.google.pt/books?id=Rcm-S2QYC4AC&pg=PT80&lpg=PT80&dq=Otero,+Poupart+e+Spielvogel+-+«La+montée+de+la+norme+d'autonomie+dans+les+trajectoires+de+retour+à+la+communauté+des+«ex-détenus»&source=web&ots=iERDvM2jBN&sig=7GCUOUWFTYjHINR49V6EZX11vKk&hl=pt-PT&sa=X&oi=book_result&resnum=4&ct=result#PPT19,M1).
- Paiva, C.; Lopes, M., & Lopes, L. (2005). A Prisão no feminino: Projecto Ser\_Dona de A (Alfa) a Ω (Omega). *Temas Penitenciários*, 1-2, 63-69.
- Parente, J. S. (2006). *O Trabalho Penitenciário Enquanto factor de Reinserção Social*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Pedrosa, C. & Serra, A. (2004). Perda de eficácia em situações de *stress* e reincidência criminal: Estratégias de resolução de problemas e percepção de controlo pessoal em indivíduos com comportamentos criminais recorrentes. *Psychologica*, 35, 11-131.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2005). *Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Pollock, J. M. (1998). *Counseling Women in Prison*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Quintino, S. (2005). *Creche na prisão feminina do Paraná – humanização da pena ou intensificação do controle social do estado?*. Retirado em 6 de Novembro, 2007, de <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/5937/1/Capa+e+Sum%3Frio.pdf> fwsed.
- Ribeiro, J. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Rita, R. (2007). *Crianças atrás das grades: é possível?*. Retirado em 29 de Maio, 2008, de [http://www.sbsociologia.com.br/congresso\\_v02/papers/GT30%20Viol%C3%Aancia%20e%20Sociedade%20seguran%C3%A7a,%20controle%20e%20castigo/paper\\_XII\\_Congresso\\_Brasileiro\\_de\\_Sociologia.pdf](http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT30%20Viol%C3%Aancia%20e%20Sociedade%20seguran%C3%A7a,%20controle%20e%20castigo/paper_XII_Congresso_Brasileiro_de_Sociologia.pdf).
- Rocha, J. P. (2007). *Contributo de um programa de actividade física adaptada em reclusas condenadas com depressão*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Sacau, A.; Alves, J., & Peixoto, C. (2003). Estudos da representação científica e jornalística de mulheres delinquentes. In A. Toscano & S. Godsland (Orgs.), *Mulheres más* (pp. 333-343). Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto (2005). *Missão da SCMP no Estabelecimento Prisional de St.<sup>a</sup> Cruz do Bispo*. Retirado em 28 de Fevereiro, 2008, de [http://www.scmp.pt/pagegen.asp?SYS\\_PAGE\\_ID=870316](http://www.scmp.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=870316).
- Santos, N.; Lima, A., & Faria, L. (2007). Escala de Abandono Aprendido (EAA) Revisitada: Estudo no Contexto Prisional do Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 4, 172-184.
- Schein, E. H. (1982). *Psicologia Organizacional*. Rio de Janeiro: Editora Prentice- Hall do Brasil.

- Seabra, H. M. & Santos, T. (2006). *Reclusos Estrangeiros em Portugal: Esteios de uma Problematização*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Seibert, F. & Santos, S. (2002). *A Expressão Corporal na Formação de Educadores*. Retirado em 14 de Maio, 2008, de <http://www.efdeportes.com/efd55/expre.htm>.
- Silva, A. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Soares, B. & Ilgenfritz, I. (2002). *Prisioneiras. Vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Stattin, H.; Magnusson, D., & Reichel, H. (1989). Criminal Activity at Different Ages. A Study Based on a Swedish Longitudinal Research Population. *British Journal of Criminology*, 4 (29), 317-335.
- TeBeest, R.; Kornstedt; K.; Feldmann, C. & Harmasch, L. (n.d.). *The Use of Expressive Arts in Various Occupational Therapy Settings*. Retirado em 23 de Abril, 2008, de <http://216.239.59.104/search?q=cache:ePvcJuMGuG8J:murphylibrary.uwlax.edu/digital/jur/2002/tebeest-kornstedt-feldmann-harmasch.pdf+The+Use+of+Expressive+Arts+in+various+occupational+Therapy+Settings&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>.
- Vatin, F. (2002). *Epistemologia e Sociologia do Trabalho*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vaz-Serra, A. (2002). *O stress na vida de todos os dias*. Coimbra: Edições do Autor.
- Verdeau-Paillés, J. (1993). *Le Bilan Psycho-Musical et la Personnalité*. France: Éditions J. M. Fuzeau.
- Veronese, M. & Guareschi, P. (2005). Possibilidades Solidárias e Emancipatórias do Trabalho: Campo Fértil para a Prática da Psicologia Social Crítica. *Psicologia & Sociedade*, 2 (17), 1-19.

Webster, C. (1997). *O dever de Trabalho do Recluso e a sua Ressocialização: Uma Coexistência Impossível?*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Wesely, J. K. (2006). Considering the context of women's violence: gender, lived experiences, and cumulative victimization. *Feminist Criminology*, 4 (1), 303-328.

Zacarés, J. J. & Serra, E. (1998). *La Madurez Personal: Perspectivas desde la Psicología*. Madrid: Pirámide.